

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Philippe Fernandes Viana dos Santos

**DA GUERRA DO *YOM KIPPUR* À TEMPESTADE DE *AL-AQSA*:
A guerra como extensão da política do Hamas à sombra de 1973**

Belo Horizonte
2025

Philippe Fernandes Viana dos Santos

**DA GUERRA DO *YOM KIPPUR* À TEMPESTADE DE *AL-AQSA*:
A guerra como extensão da política do Hamas à sombra de 1973**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Danny Zahreddine

Belo Horizonte

2025

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S237d Santos, Philippe Fernandes Viana dos
Da Guerra do *Yom Kippur* à tempestade de AL-AQSA: a guerra como extensão da política do Hamas à sombra de 1973 / Philippe Fernandes Viana dos Santos. Belo Horizonte, 2025.
137 f. : il.

Orientador: Danny Zahreddine

Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

1. Hamas. 2. Relações árabe-israelenses. 3. Conflito Árabe-israelense - Aspectos políticos - Gaza, Faixa de. 4. Guerra arabe-israelense, 1973. 5. Gaza, Faixa de - História - Séc. XX. 6. Israelenses. 7. Palestinos. I. Zahreddine, Danny. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 327.56

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva - CRB6/2086

Philippe Fernandes Viana dos Santos

**DA GUERRA DO *YOM KIPPUR* À TEMPESTADE DE *AL-AQSA*:
A guerra como extensão da política do Hamas à sombra de 1973**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais

Área de Concentração: Segurança e Instituições Internacionais

Prof. Dr. Danny Zahreddine

Prof. Dr. Jorge Mascarenhas Lasmar

Prof. Dr. Jorge Muniz de Souza Morteau

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2025.

DEDICATÓRIA

Que a presente dissertação seja dedicada a todas as vítimas do conflito israelense-palestino, em especial àqueles que perderam suas vidas, lares e esperanças. Que este trabalho, ainda que singelo, possa ecoar o clamor por paz, justiça e humanidade, e inspire a construção de um futuro onde o diálogo prevaleça sobre a guerra, e o respeito mútuo sobre a intolerância. Que a memória dos israelenses e palestinos que sofreram jamais seja esquecida, e que sua dor se transforme em um motor para a busca incessante por um mundo mais justo e pacífico.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador e amigo, Prof. Dr. Danny Zahreddine, pessoa por quem possuo profundo respeito e admiração, por todo apoio e disponibilidade. É sempre um prazer ombrear com o senhor. Aos meus pais, Marco Aurélio e Rosane, por terem me ensinado o valor dos estudos. Aos colegas do mestrado, que sempre se colocaram à disposição e tornaram a caminhada mais leve com seu companheirismo. Às minhas filhas Antonella e Manuela, que são a maior inspiração da minha vida e me incentivam a ser uma pessoa melhor a cada dia. Que eu possa ser o melhor exemplo possível para as duas e que nunca me falte determinação para dar o meu melhor para vocês. Aos queridos professores Dr. Cristiano Mendes, Dra. Daniela Secches, Dr. Eugênio Diniz, Dr. Leonardo Ramos, Dra. Letícia Carvalho, Dra. Raquel Bessa e aos demais docentes que não tive o prazer de conhecer, mas certamente contribuem para que o programa de pós-graduação em Relações Internacionais da PUC-Minas seja tão respeitado.

*[...] And as the spirits seem
To whistle on the wind
A shot is fired somewhere
Another war begins [...]
(For the Greater Good of God, 2006).*

RESUMO

O presente trabalho analisa os motivos políticos por trás da Operação Tempestade de *Al-Aqsa*, desencadeada em 07 de outubro de 2023. Na ocasião, o Hamas desferiu seu mais duro golpe contra Israel e seu povo. Diante das improváveis perspectivas de vitória em um conflito armado contra as poderosas Forças de Israel e da necessidade de ruptura do *status quo*, algumas similaridades com os propósitos do Egito (e Síria) em seu ataque surpresa no Dia do Perdão judaico, que deu início à Guerra do *Yom Kippur* em 06 de outubro de 1973, são abordadas e discutidas. O estudo busca comparar fatos históricos amparado na teoria de Clausewitz sobre a utilização da guerra como uma extensão da política pelos Estados em um ambiente internacional anárquico para verificar a hipótese de que o Hamas, tal qual o Egito de Anwar al Sadat, cinquenta anos antes, teria utilizado da guerra para a obtenção de vantagens políticas em sua luta contra Israel. Uma provável derrota no campo militar proveniente de um contra-ataque certo seria um preço a ser pago visando à obtenção de ganhos políticos e estratégicos importantes para os interesses palestinos. Em relação à metodologia, são empregados o método hipotético-dedutivo e o método histórico, sendo aplicado o *process tracing* como um exame sistemático de evidências diagnósticas selecionadas e analisadas à luz da hipótese de pesquisa apresentadas pelo autor. Ao final do trabalho, a hipótese apresentada é confirmada e conclui-se que uma derrota no campo militar proveniente do contra-ataque israelense foi considerada pelo Hamas um custo de seu propósito de obtenção de ganhos políticos e estratégicos com a guerra, de maneira similar à estratégia adotada pelo Egito de Sadat, em outubro de 1973.

Palavras-chave: Hamas. Guerra do *Yom Kippur*. Israel. Operação Tempestade de *Al-Aqsa*. Gaza. Objetivos políticos.

ABSTRACT

This paper analyzes the political motives beneath Operation Al-Aqsa Flood, launched on October 7, 2023. On that occasion, Hamas dealt its heaviest blow to Israel and its people. Given the unlikely prospects of victory in an armed conflict against the powerful Israeli forces and the need to disrupt the status quo, some similarities with the intentions of Egypt (and Syria) in their surprise attack on the Jewish Day of Atonement, which began the Yom Kippur War on October 6, 1973, are addressed and discussed. The study seeks to compare historical facts expanded upon in Clausewitz's theory of the use of war as an extension of state policy in an anarchic international environment to test the hypotheses that Hamas, like Anwar Sadat's Egypt fifty years earlier, used war to gain political advantage in its war against Israel. A likely defeat in the military field resulting from a certain counterattack would be a price to be paid resulting from the achievement of important political and strategic gains for Palestinian interests. Regarding the methodology, the hypothetical-deductive and historical methods are used, with process tracing being applied as a systematic examination of selected diagnostic evidence and evidence in light of the research hypotheses presented by the author. At the end of the work, the presented hypothesis is confirmed, and it is concluded that a military defeat resulting from the Israeli counterattack was considered by Hamas a cost of its purpose of obtaining political and strategic gains from the war, similar to the strategy adopted by Sadat's Egypt in October 1973.

Keywords: Hamas. Yom Kippur War. Israel. Operation Al-Aqsa Flood. Gaza. Political Objectives.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP	Autoridade Nacional Palestina
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
FDI	Forças de Defesa de Israel
IMP	Irmandade Muçulmana da Palestina
OLP	Organização para Libertação da Palestina
ONU	Organização das Nações Unidas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	ANCORAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	20
2.1	A lógica do realismo estrutural na análise de conflitos.....	20
2.2	Aspectos teóricos do realismo ofensivo e a teoria do <i>status quo</i>	24
2.3	O Realismo Neoclássico e a inserção das variáveis domésticas.....	29
2.4	Clausewitz e a guerra como instrumento político.....	31
2.5	A Guerra Assimétrica.....	42
2.6	Metodologia.....	47
3	O HAMAS E A RESISTÊNCIA PALESTINA.....	54
3.1	O conflito Israel e Palestina e suas origens.....	55
3.2	A origem e ascensão do HAMAS.....	63
3.3	A atuação do Hamas como liderança política e social.....	69
3.4	As relações internacionais do Hamas.....	70
3.5	A Operação Tempestade de <i>Al-Aqsa</i>	76
4	A GUERRA DO YOM KIPPUR.....	87
4.1	Os antecedentes da guerra.....	87
4.2	Da revolução de Nasser e o nacionalismo árabe à ascensão de Sadat.....	91
4.3	A estratégia egípcia para utilização da guerra como extensão de sua política.....	98
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	101
5.1	Estrutura e conjuntura na análise comparada entre a Guerra do <i>Yom Kippur</i> e a Operação Tempestade de <i>Al-Aqsa</i>	101
5.1.1	<i>Análise das semelhanças estruturais e conjunturais entre a Guerra do Yom Kippur e a Operação Tempestade de Al-Aqsa</i>	101

5.1.2	<i>Análise das dissemelhanças estruturais e conjunturais entre a Guerra do Yom Kippur e a Operação Tempestade de Al-Aqsa.....</i>	104
5.2	<i>Process Tracing da Guerra do Yom Kippur e a Operação Tempestade de Al-Aqsa à luz da teoria de base.....</i>	105
5.2.1	<i>Comparação das guerras pela lente do realismo estrutural, realismo ofensivo e realismo neoclássico.....</i>	105
5.2.2	<i>As ações planejadas para rompimento do status quo.....</i>	112
5.2.3	<i>Clausewitz e a guerra como extensão da política em 1973 e 2023.....</i>	117
5.2.4	<i>Comparação entre as guerras assimétricas contra Israel.....</i>	119
5.3	<i>Conclusões sobre a Operação Tempestade de Al-Aqsa e os objetivos do Hamas.....</i>	120
5.4	<i>Verificações de hipóteses e objetivos da pesquisa.....</i>	123
5.5	<i>Considerações finais.....</i>	127
	REFERÊNCIAS.....	131

1 INTRODUÇÃO

Um dos problemas mais delicados da história moderna do Oriente Médio¹, e de fato da Sociedade Internacional contemporânea, tem sido o conflito entre israelenses e palestinos. Através das vicissitudes da história e dos caprichos da política de poder, tanto internacional quanto local, esses dois povos passaram a habitar a mesma porção de terra (Kamrava, 2013). O conflito se arrasta por décadas, motivado por reivindicações territoriais de ambos os lados e agravado, atualmente, pela grande pressão demográfica árabe (sobretudo em Gaza), pela assimetria do desenvolvimento socioeconômico intrarregional, por disputas pelos escassos recursos hídricos disponíveis e, como se não bastasse, pela intolerância cultivada ao longo do século XX (Visacro, 2009).

Nas últimas décadas, eles lutaram, mataram e assediaram uns aos outros e, ainda, não se mostraram dispostos a encontrar maneiras de compartilhar a “Terra Prometida”. Ambos os lados passaram a ver o outro apenas como um inimigo, desumanizado e sem direitos básicos. Ao defender seu próprio ponto de vista como única causa justa e legítima, cada lado infligiu dor e miséria ao outro e hoje, nenhum dos lados detém o monopólio do medo da violência, o que torna a região particularmente tensa (Kamrava, 2013).

Desde o final da década de 1980, a oposição à ocupação israelense em terras palestinas vem sendo recrudesceida, muito pelo nascimento do Hamas. De acordo com Rashmi Singh (2013), o Hamas, um acrônimo de *Harakat al-Muqawama al-Islamiya* (Movimento de Resistência Islâmica) emergiu com a Primeira *Intifada*², em 1987, e rapidamente ganhou espaço, identificando-se como grupo militante islâmico de comportamento fundamentalista. Sua tática consistia em utilizar da violência como

¹ O Oriente Médio constitui uma área de conexão e passagem dos continentes europeu, africano e asiático. É formado por quinze Estados Nacionais e uma Autoridade Nacional Palestina. Os Estados Nacionais são: Turquia, Síria, Líbano, Israel, Palestina (Autoridade Nacional e território ocupado), Egito, Jordânia, Arábia Saudita, Iêmen, Omã, Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Catar, Kuwait, Iraque e Irã (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025, p. 33).

² O termo árabe *Intifada* significa "levante" ou "revolta" e se refere a duas grandes ondas de revoltas populares palestinas contra a ocupação israelense, especialmente nos territórios da Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental. A primeira *Intifada* ocorreu entre 1987 e 1991 e a segunda, entre 2000 e 2003 (Tessler, 2009) (Harms; Ferry, 2017).

ataques com lançamento de foguetes e até atentados suicidas contra alvos civis. Mas o Hamas sempre foi mais do que uma simples organização terrorista. Desde seu surgimento, como um braço armado da Irmandade Muçulmana egípcia, dedica suas energias e recursos para apoiar social e humanitariamente a população palestina na Faixa de Gaza e também na Cisjordânia. O Hamas está profundamente envolvido em ações de caridade, um de seus grandes propósitos. Mas o grupo mantém, pelo uso da força, e por meio das brigadas *Ezzedeen Al-Qassam*, a tentativa de incitar a *Jihad* (Guerra Santa) entre os palestinos, árabes e muçulmanos (Singh, 2013).

Nas últimas décadas, vários embates violentos ocorreram entre Israel e o Hamas, resultando em algumas operações militares de grande escala, além de confrontos menores, de poucos dias ou semanas, geralmente envolvendo trocas de foguetes e ataques aéreos. Destacaram-se neste contexto, até então, a Operação Chumbo Fundido - uma grande ofensiva israelense em Gaza com o objetivo de interromper o lançamento de foguetes pelo Hamas em 2008 e 2009 - a Operação Pilar de Defesa - outra resposta israelense ao aumento dos ataques de foguetes disparados pelo Hamas, que teve como objetivo específico enfraquecer a capacidade de lançamento de foguetes do grupo e atingir líderes do Hamas no ano de 2012 - e a Operação Margem Protetora - ofensiva em que Israel alegou que visava a destruição dos túneis de ataque do Hamas e o desmantelamento de suas capacidades de lançamento de foguetes, resultando em milhares de mortes e uma crise humanitária em Gaza após semanas de combates intensos (Tamini, 2011).

As hostilidades nunca se encerraram e momentos de paz relativa foram interrompidos por atos de violência, quase sempre seguidos de uma retaliação ainda mais intensa da outra parte. Em 2003, um dos atentados mais mortais conduzidos por militantes palestinos em território israelense durante a Segunda *Intifada* ganhou destaque. O incidente ocorreu em cinco de março, quando um militante do Hamas realizou um ataque suicida em um ônibus na cidade de Haifa, ao norte de Israel, deixando 17 mortos e cerca de 53 feridos. Atentados como esse tinham como objetivo pressionar o governo israelense e chamar a atenção para a causa palestina, mas também provocaram respostas militares severas por parte de Israel (Smith, 2017).

Até então, a estratégia de combate do Hamas se restringia a alguns atos terroristas, lançamento de foguetes contra o território israelense e pequenas incursões

por túneis contra alvos civis e militares. Mas em sete de outubro de 2023, numa ação sem precedentes denominada pelo Hamas como Operação Tempestade de *Al-Aqsa*, milhares de combatentes do Hamas invadiram o oeste de Israel, fronteira com Gaza, atacando postos militares, *kibutz* (colônias agrícolas) e participantes de um festival de música, matando ao menos 1.139 pessoas, em sua maioria civil e capturando cerca de 240 reféns. Este foi o maior e mais pesado ataque sofrido por Israel desde a Guerra do *Yom Kippur*, em 1973 (Al Jazeera, 2023).

A ofensiva de 07 de outubro de 2023 fez com que os holofotes do mundo se voltassem mais uma vez para o Oriente Médio e, após a forte resposta militar de Israel, o sofrimento do povo palestino foi novamente evidenciado. O histórico da luta do Hamas e sua atuação no campo político em Gaza levam a crer que os ataques podem representar mais do que um ato de desespero, mas um gesto bem orquestrado e dotado de interesses mais complexos. Emerge da discussão o seguinte problema: Com que propósito teria o Hamas planejado e executado uma ofensiva armada sem precedentes contra Israel, mesmo sem perspectivas contundentes de vitória militar no conflito?

O objetivo geral da pesquisa é analisar a Operação Tempestade de *Al-Aqsa* para compreensão dos objetivos políticos e estratégicos que motivaram a ofensiva militar coordenada pelo Hamas contra Israel em outubro de 2023, à luz da teoria de Clausewitz sobre a guerra como um fenômeno político.

Figuram como objetivos específicos do trabalho:

a) contextualizar o conflito Israel-Palestina, com foco na evolução das ações revisionistas do Hamas contra a manutenção do *status quo* israelense, principalmente, após sua ascensão política e controle do território palestino da Faixa de Gaza, em 2006, para melhor entendimento da lógica motivadora da operação militar desencadeada em outubro de 2023;

b) compreender o discurso do Hamas e seu histórico de atuação na luta contra Israel em uma guerra assimétrica, com o fim de avaliar o propósito e a atuação prática do grupo em Gaza;

c) analisar a utilização da guerra como extensão da política praticada pelo Hamas, relacionando os objetivos dos ataques de outubro de 2023 com os objetivos egípcios de 1973, no contexto da Guerra do *Yom Kippur*, exatamente 50 anos antes, para entender se há similaridade entre os propósitos do Hamas e Egito, numa ação arriscada contra um adversário mais forte.

A partir do tema apresentado, da pergunta de pesquisa e dos objetivos esperados com a investigação, tem-se a seguinte hipótese de pesquisa: O Hamas, tal qual o Egito de Anwar al Sadat, cinquenta anos antes, durante a Guerra do *Yom Kippur*, teria utilizado da guerra como extensão de sua política, segundo a lógica “Clausewitziana”, para a obtenção de ganhos políticos em sua guerra de resistência contra Israel. Sabedor de que uma vitória militar direta seria improvável, o Hamas teria atraído as Forças de Defesa de Israel (FDI) para um contra-ataque capaz de evidenciar a crise humanitária vivida em Gaza há muito tempo e impactar a opinião pública mundial acerca do sofrimento do povo palestino, de modo a pressionar Israel a um acordo que retirasse as sanções e políticas de ocupação impostas aos palestinos. Uma provável derrota no campo militar proveniente de um contra-ataque israelense seria um preço a ser pago visando à obtenção de ganhos políticos e estratégicos importantes para os interesses palestinos.

Para o alcance dos objetivos propostos no trabalho, a presente pesquisa busca um entendimento sumarizado da teoria da guerra de Clausewitz e de algumas de suas implicações. Foram exploradas as principais ações do Hamas na luta contra o Estado de Israel, principalmente, após as eleições de 2006, sob a ótica revisionista da teoria do *status quo*. Completa o embasamento teórico a contribuição do realismo estrutural de Waltz e do realismo ofensivo de John Mearsheimer para compreensão da relação entre o Hamas e o Estado de Israel e os objetivos do governo de Anwar Al Sadat no contexto da Guerra do *Yom Kippur*, a última grande investida árabe contra Israel.

Como justificativa da pesquisa, e entendendo a guerra como um ato político a partir da ótica “Clausewitziana”, destaca-se a necessidade de se entender os objetivos políticos causadores da atual guerra travada entre Israel e Hamas, com potencial de extensão do conflito até a participação de outros atores transnacionais e estatais no Oriente Médio.

Como citam Hitman e Kertcher (2023), há uma produção acadêmica abundante sobre o Hamas. Desde a sua fundação em dezembro 1987, foram escritos estudos ao longo das últimas décadas analisando, entre outros: o contexto histórico do movimento (Abu-Amr, 1993 *apud* Hitman e Kertcher, 2023); a sua carta e a rígida ideologia islâmica (Maqdsi, 1993; Nusse, 2012 *apud* Hitman e Kertcher, 2023); sua estrutura interna (Tamimi, 2007); os seus ajustamentos aos desenvolvimentos políticos na arena palestina (Mishal, 2003 *apud* Hitman e Kertcher, 2023); sua rivalidade com o Fatah (Schanzer, 2003); suas capacidades em comparação com outras organizações terroristas, como, por exemplo, o Hezbollah (Gleis & Berti, 2012 *apud* Hitman e Kertcher, 2023); e a possibilidade do Hamas como parceiro para um acordo de paz (O'Donnell, 2008 *apud* Hitman e Kertcher, 2023).

A lista mencionada é meramente exemplificativa, mas pode traduzir a complexidade das perspectivas existentes sobre o Hamas. Hitman e Kertcher (2023) conceituam e dividem a atuação do grupo em quatro fases: no início, o movimento centrava-se nas atividades sociais e religiosas voltadas à reparação da sociedade palestina em seu interior. Na sua segunda fase, no final dos anos oitenta, o Hamas viu no terrorismo sua estratégia principal contra Israel. Durante a terceira fase, na década de 1990, passou a integrar o sistema político palestino após a assinatura da série de acordos entre Israel e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) que estabeleceu um processo de paz para o conflito israelense-palestino, conhecidos por Acordos de Oslo³ (1993 e 1995). A quarta etapa começou após as eleições de 2006, quando o Hamas se tornou o poder político dominante na Faixa de Gaza (Hitman; Kertcher, 2023).

³ O Acordo de Oslo I foi assinado em 1993 e focou no reconhecimento mútuo e na retirada de tropas israelenses de certas áreas palestinas. O Acordo de Oslo II foi assinado em 1995 e dividiu a Cisjordânia em áreas com diferentes níveis de controle israelense e palestino (Hitman; Kertcher, 2023).

Contextualizado nessa quarta etapa, em que o Hamas assume papel de maior relevância na Faixa de Gaza e adquire maior responsabilidade junto ao povo palestino, o presente trabalho se aprofunda nos objetivos por trás da Operação Tempestade de Al-Aqsa. Tão logo foi desencadeada a ofensiva armada, não apenas contra alvos militares, mas, principalmente, contra civis israelenses nas zonas fronteiriças de Israel com a Faixa de Gaza em 07 de outubro de 2023, uma questão veio à tona: com que perspectivas um grupo de resistência local se lançaria em uma ofensiva contra uma potência regional e uma das forças armadas mais poderosas do Oriente Médio?⁴ Seria parte de uma estratégia maior para forçar Israel a uma negociação favorável à causa palestina? Seria uma atitude desesperada para chamar a atenção do mundo sobre o sofrimento de seu povo em Gaza ou seria mesmo parte do plano original do Movimento de Resistência Islâmica que conclama à luta “[...] até que o inimigo seja derrotado e a vitória de Alá triunfe”? (Hamas, 1988, p. 2).

Por uma interpretação exclusiva da carta magna de fundação do Hamas, é claro e inequívoco que o diálogo entre Israel e o Hamas é algo improvável graças ao princípio norteador da organização – o fim do Estado de Israel -, conforme sua carta de fundação: “Israel existirá e continuará existindo até que o Islã o faça desaparecer, como fez desaparecer a todos aqueles que existiram anteriormente a ele” (Hamas, 1988). Contudo, após a sua fixação como poder político e maior autoridade palestina na Faixa de Gaza, faz-se necessária uma análise mais completa envolvendo o discurso, as ações, coligações e manobras políticas do grupo. A ofensiva de 2023 pode fornecer informações importantes para a compreensão dos objetivos políticos implícitos do Hamas.

Analisar os motivos que levaram à intensificação dos confrontos entre palestinos e israelenses no Oriente Médio constitui o cerne desta investigação e observar um fato histórico passado, mais especificamente a ofensiva egípcia na Guerra do *Yom Kippur*, em 1973, com emprego de meios extremos, mas limitados, para o alcance de metas racionais, podem auxiliar na compreensão dos objetivos dos ataques do Hamas de outubro de 2023. Para resolver o problema de pesquisa

⁴ Apesar de ser um estado pequeno, Israel ocupa a 15ª colocação no ranking de potências militares em 2025, de acordo com o site *Global Firepower* (2025), além de ser um parceiro histórico dos Estados Unidos - que ocupa o topo do ranking.

proposto, optou-se por uma pesquisa de natureza aplicada e exploratória. De acordo com Antônio Carlos Gil (2002), uma pesquisa exploratória tem como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (Gil, 2002, p. 41). Desse modo, a pesquisa optou pelo método hipotético-dedutivo, já que a hipótese representa um método de resolução de problemas cujo ponto principal se inspira no modo dedutivo do raciocínio, como explicam Marconi e Lakatos (2022).

Busca-se com a pesquisa corroborar ou refutar a hipótese apresentada de que o Hamas, tal qual o Egito de Anwar al Sadat, cinquenta anos antes, durante a Guerra do *Yom Kippur*, teria utilizado da guerra como extensão de sua política, segundo a lógica “Clausewitziana”, para a obtenção de ganhos políticos em sua guerra de resistência contra Israel. Sabedor de que uma vitória militar direta seria improvável, o Hamas teria atraído as Forças de Defesa de Israel (FDI) para um contra-ataque capaz de deflagrar a crise humanitária vivida em Gaza há muito tempo e impactar a opinião pública mundial acerca do sofrimento do povo palestino, de modo a pressionar Israel a um acordo que retirasse as sanções e políticas de ocupação impostas aos palestinos. Uma provável derrota no campo militar proveniente de um contra-ataque israelense seria um preço a ser pago visando à obtenção de ganhos políticos e estratégicos importantes para os interesses palestinos.

Será aplicado o método histórico, específico das ciências sociais e humanas e que parte do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm suas raízes no passado, sendo, portanto, fundamental pesquisar sua origem para bem compreender sua natureza e função. O método histórico auxilia na contextualização do tema, pois como corrobora Marconi e Lakatos (2022), preocupa-se em colocar o fenômeno estudado no ambiente social em que surgiu.

Também serão aplicados os métodos bibliográfico e documental, que auxiliarão com o primeiro e segundo objetivos específicos apresentados anteriormente. Para isso, serão utilizadas fontes primárias, como estatutos, tratados e resoluções, bem como outros documentos oficiais. Serão utilizadas fontes secundárias, como artigos científicos, livros e matérias de sites de notícias.

Para uma comparação dos objetivos do Hamas com a Operação Tempestade de *Al-Aqsa* com a estratégia egípcia na Guerra do *Yom Kippur*, será feita uma análise

de conteúdo. Primeiramente, será necessário analisar o contexto das duas guerras e os momentos geopolíticos experimentados em cada caso. Serão comparadas as diferenças e semelhanças dos acontecimentos, considerando as características dos atores estatais e não estatais e os momentos, alianças e resultados alcançados para se chegar ao provável interesse político e estratégico por trás das ofensivas militares contra Israel. Comparar objetivos políticos de atores (estatais ou não) diferentes em dois momentos diferentes não é tarefa simples e pode aparentar um problema metodológico, como cita Fonseca Júnior (1998), haja vista a necessidade de se considerar que o ambiente internacional varia e a conjuntura política regional pode ser muito diferente em momentos históricos distintos. Para a comparação operar, uma das premissas é definir a natureza dos problemas diplomáticos em cada uma das diferentes conjunturas (Fonseca Júnior, 1998).

Como descrito por Fonseca Júnior (1998), a chave do processo de comparação está em definir as condições que indiquem quer as semelhanças/dissemelhanças e a continuidade/descontinuidade entre dois momentos, a partir das quais o trabalho de política externa poderia ser tratado analiticamente. Existe, em suma, uma continuidade heterogênea. Para uma melhor compreensão dos momentos comparados, seguindo a lógica do autor, é preciso indagar em que o Oriente Médio e o mundo são diferentes em 1973 e 2023 e em que eles se aproximam.

No segundo capítulo da pesquisa serão trabalhadas as questões teórico-metodológicas. Serão abordadas as teorias, ideias e conceitos-base para o trabalho. Serão apresentados a lógica do realismo defensivo e realismo ofensivo na análise do conflito em questão, a teoria realista sobre o *status quo* e a ancoragem teórica que classifica a guerra como assimétrica e suas peculiaridades. Na sequência, serão apresentados os conceitos seminais de Clausewitz sobre a guerra e sua relação com a política. Ao final do capítulo, será apresentada a metodologia aplicada na condução da pesquisa.

No terceiro capítulo, será dado enfoque ao Hamas como ator político e representante da luta pela causa palestina. Será feita uma contextualização regional e do conflito israelense-palestino, passando pela origem e ascensão do Hamas e sua atuação como liderança política e social, focando na evolução do Hamas como agente político em Gaza. Desta forma, será fornecida uma base para a compreensão dos

objetivos políticos e estratégicos que motivaram a ofensiva militar coordenada pelo Hamas em outubro de 2023. Será também aprofundada a Operação Tempestade de *Al-Aqsa*.

No quarto capítulo serão estudadas as estratégias adotadas pelo Egito na Guerra do *Yom Kippur* de 1973, seus objetivos políticos e militares, bem como os resultados alcançados. Será dada ênfase à estratégia egípcia para utilização da guerra como extensão de sua política e apontados os interesses almejados e alcançados com a guerra de 1973, com a função de confirmar se há uma afinidade de objetivos políticos dos dois atores e em que medida a eminente derrota militar árabe poderia ser parte de um sacrifício para obtenção de um ganho político.

Por fim, no capítulo de análise e discussão de resultados, será feita uma reflexão sobre a confirmação ou não da hipótese bem como as conclusões alcançadas com a pesquisa. Serão analisadas as similaridades das campanhas contra Israel e explorados os objetivos prováveis do Hamas na guerra atual contra o estado israelense, à luz das teorias apresentadas.

2 ANCORAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

No presente capítulo desta dissertação, será apresentado o arcabouço teórico que serviu de base para a pesquisa. Primeiramente serão apresentados os conceitos do realismo estrutural de Kenneth Waltz na análise de conflitos, bem como o enfoque na segurança no sistema internacional pela ótica da corrente teórica. Em seguida, serão tratadas a teoria do realismo ofensivo de Mearsheimer e a teoria do *status quo* no entendimento dos conflitos entre Israel e o Hamas, de acordo com as contribuições de Mearsheimer e Schweller. Logo após, será apresentada a obra de Clausewitz e seu enfoque no uso da guerra para fins políticos. Em outra subseção, será explorado o tema guerra assimétrica para uma melhor classificação do conflito estudado e, por fim, serão apresentados os passos metodológicos seguidos para a construção da pesquisa

2.1 A lógica do realismo estrutural na análise de conflitos

Na obra inaugural do realismo estrutural ou neorrealismo, Waltz (1979) defende que a alta recorrência dos principais fenômenos internacionais, apesar da grande diversidade interna dos Estados e de suas transformações socioeconômicas e políticas através dos tempos, indica a influência de fatores sistêmicos que superam o nível estatal (Mendes, 2012). Em outras palavras, como descreveu Mendes, “uma efetiva teoria das relações internacionais não pode prescindir de um elemento estrutural ou sistêmico” (Mendes, 2012, p. 94).

Aplicando a lógica de construção estrutural ao sistema internacional, tem-se que a estrutura do internacional é anárquica: ao contrário de um regime hierárquico, comumente encontrado no âmbito doméstico dos Estados, no qual vigora um claro relacionamento de superioridade e subordinação entre as unidades e agências que compõem o sistema interno, o sistema internacional é marcado por uma descentralização e ausência de vínculos de comando e obediência entre estados (Mendes, 2012). Coetzee (2013) corrobora a afirmação ao destacar que, conforme

proposto por Kenneth Waltz, o realismo estrutural é uma teoria que fornece uma análise sistêmica da política de poder e da realidade existente de conflito resultante de uma estrutura internacional anárquica.

O realismo estrutural destaca as relações de causa e efeito observadas entre os Estados e a estrutura (Little, 2007). Um exemplo claro é a constante luta pelo poder entre os Estados como consequência do sistema classificado como anárquico. Nesse contexto, políticas de autoajuda são imprescindíveis ao funcionamento dos Estados. As taxas de crescimento díspares entre Estados e a competição para melhorar as capacidades, a segurança e a maximização do poder moldam a política internacional, impactando na própria estrutura (James, 2022).

Por causas variadas, Estados com todo tipo de instituições econômicas, costumes sociais e ideologias políticas travaram guerras. Vários tipos diferentes de organizações travam guerras, quer sejam grandes nações ou grupos menores. Se uma condição apontada parece ter causado uma determinada guerra, deve-se perguntar o que permite a repetição de guerras mesmo quando suas causas variam (Waltz, 1979). A guerra pode ser entendida como algo inevitável em um cenário internacional anárquico, tendo por base a teoria de Waltz. As capacidades e a distribuição do poderio militar, bem como a natureza competitiva dos Estados egoístas que buscam um equilíbrio de poder, implicam caminhos que levam em direção à guerra (Waltz, 1979).

No entanto, para Waltz, isso também depende da polaridade do sistema. Sistemas caracterizados pela convivência de duas grandes potências apresentam uma tendência ao equilíbrio de poder, pois a perda de uma representa um ganho para a outra. Pelo contrário, os sistemas caracterizados por muitas potências dispersam perigos e interesses encobertos e muitas vezes sobrepostos com um valioso estado de responsabilidades (Waltz, 2000). Além disso, a interdependência complexa e a complicada política de alianças aumentam a incerteza e abrem caminho para erros de cálculo, aumentando a probabilidade de eclosão da guerra (Waltz, 1979).

De acordo com Waltz (2000), o número de grandes potências que coexistem internacionalmente determina o número de polos existentes no sistema internacional. Enquanto as capacidades são um atributo das unidades, para Waltz a distribuição das capacidades é um fator estrutural que independe das unidades isoladamente. É a

distribuição de capacidades no interior da estrutura internacional que determina o número de polos (Mendes, 2012). Waltz (2000) cita que o sistema internacional admite apenas duas formas estruturais: a multipolar, formada por três ou mais potências e a bipolar, composta por duas grandes potências.

Em linhas gerais, a lógica do realismo estrutural prevê que sistemas bipolares são mais estáveis do que sistemas multipolares porque estes são mais propensos a mudanças mais dramáticas na configuração de poder e, conseqüentemente, mais propensos à ocorrência de guerras. A formação de alianças sólidas e duradouras também é prejudicada por um sistema multipolar. Mearsheimer (2001), na mesma linha de Waltz, descreve que desequilíbrios de poder são mais comuns em sistemas multipolares. Para o autor, estes sistemas abrem mais espaço para erros de cálculo do que sistemas bipolares.

Para explicar quais são os efeitos estruturais sobre o comportamento estatal, o neorrealismo parte da premissa de que o principal interesse dos Estados é sua segurança: garantir a sua própria sobrevivência, entendida aqui como a manutenção de sua integridade territorial e de sua soberania. Desta situação, associada à condição anárquica do sistema internacional, origina-se o principal e mais elementar incentivo estrutural: os Estados têm de prover a sua própria segurança, na medida em que ninguém irá interceder por eles na eventualidade de ser posta em risco a sua sobrevivência. Em outras palavras, Estados no sistema internacional se encontram em uma situação eminentemente de autoajuda (Mendes, 2012).

Nesse sistema de busca da própria sobrevivência e autoajuda, é importante que os Estados se atentem à distribuição do poder entre eles, ou seja, a balança de poder no sistema, como afirma Mendes (2012). Dessa forma, os Estados possuem uma natureza eminentemente posicional, já que é importante para cada ente a maneira como eles se encontram posicionados em relação aos outros, ou quão fortes eles são relativamente. Essa é a única maneira de serem apuradas as suas reais condições de resistência a um eventual atentado à sua sobrevivência (Mendes, 2012).

Diniz (2002) cita que, se é verdade que os Estados buscam apenas garantir a própria sobrevivência, não faz sentido que eles temam tanto uns aos outros. A explicação lógica, segundo o autor, perpassa por uma dinâmica que se convencionou chamar de “dilema da segurança”, assim disposto por Herz (1950) *apud* Diniz (2002):

Onde quer que tal sociedade anárquica tenha existido - e ela existiu em algum nível na maioria dos períodos da história conhecida - surgiu o que pode ser chamado de "dilema da segurança" de homens, grupos ou seus líderes. Grupos ou indivíduos vivendo em tal constelação devem estar, e geralmente estão preocupados com sua segurança quanto a ser atacado, subjugado, dominado ou aniquilado por outros grupos ou indivíduos. Esforçando-se por obter segurança quanto a tais ataques, eles são movidos a adquirir mais e mais poder de modo a escapar ao impacto do poder alheio. Isto, por sua vez, torna os demais mais inseguros e os obriga a prepararem-se para o pior. Como ninguém pode jamais sentir-se inteiramente seguro em tal mundo de unidades em competição, segue-se uma competição por poder, e o círculo vicioso de acumulação de segurança e de poder está instalado (Herz, 1950, p. 157 *apud* Diniz, 2002, p. 13).

O dilema da segurança constitui uma base lógica do neorrealismo de Waltz. O dilema retrata um cenário onde os Estados, preocupados com a própria sobrevivência, procuram continuamente meios para garanti-la, incrementando suas capacidades, sobretudo as militares. Isso faz com que haja um aumento na insegurança dos demais Estados, que por temerem por sua existência, tratam de aumentar suas próprias capacidades para fazer frente à ameaça potencial. Mendes (2012) relata que é instaurado um círculo vicioso que, motivado pela incerteza, contribui para um aumento da insegurança e desconfiança em todos. As mesmas capacidades militares utilizadas para a defesa e, conseqüente, promoção da própria segurança, podem ser utilizadas para ataque, o que garante às bases do dilema da segurança um aspecto ambíguo (Mendes, 2012).

Na corrente do realismo estrutural, as relações internacionais são marcadas por insegurança e incerteza. Quando determinados Estados se fortalecem, é natural que os demais, por terem sua segurança relativa diminuída, esforcem-se para restaurar o equilíbrio de poder por meio do aumento interno de suas próprias capacidades ou formando alianças com outros Estados que também tiveram sua posição na balança de poder ultrapassada. Ambos os mecanismos - interno e externo - constituem esforços de balanceamento e podem, obviamente, serem utilizados conjuntamente (Waltz, 1979).

Mendes (2012) complementa que as estruturas internacionais só podem ser redesenhadas a partir de alterações em seu princípio ordenador ou na distribuição de capacidades entre os Estados. Enquanto o ambiente internacional permanecer desprovido de uma agência central capaz de regular efetivamente o comportamento

dos Estados, as mudanças estruturais terão lugar apenas na ocorrência de alterações na distribuição dessas capacidades.

Waltz concorda que as unidades do sistema internacional são os Estados, mas, como defende Mendes (2013), isso não significa que Waltz ignore a diversidade de atores que interagem no cenário internacional. Os Estados não são e nunca foram os únicos atores internacionais. Porém, as estruturas não são definidas por todos os atores representados no interior dos Estados, mas pelos principais deles (Waltz, 1979). Mendes (2013) relembra que, apesar de reconhecer se tratar de uma escolha primordialmente teórica, a seleção dos Estados como as unidades naturais do sistema internacional tem, para Waltz, respaldo empírico. São os Estados que estabelecem os termos dos relacionamentos que eles mantêm entre si e com os demais atores não-estatais. Os próprios atores não-estatais interagem a partir de regras e procedimentos fixados pelos Estados, que geralmente possuem o veredito sobre a eficácia e a durabilidade dessas regras e procedimentos (Waltz, 1979).

A escolha pelo realismo estrutural para fornecimento de embasamento teórico das relações internacionais no caso estudado se dá pelo seu foco no papel da estrutura do sistema internacional. A busca pela segurança e o dilema da segurança ajudam a explicar o conflito. Porém, como forma de complementação das análises, o realismo ofensivo fornece peças interessantes para o entendimento do todo. O realismo defensivo e o realismo ofensivo oferecem lentes distintas e complementares para compreender a lógica subjacente às ações de cada ator no conflito entre Israel e o Hamas, mesmo que o Hamas não seja um Estado tradicional. Ambas as abordagens partem do princípio do realismo estrutural de que a anarquia do sistema internacional é a principal força motriz do comportamento dos atores, mas o realismo ofensivo vem complementar essa análise trazendo a busca pela hegemonia internacional como fator preponderante.

2.2 Aspectos teóricos do realismo ofensivo e a teoria do *status quo*

O realismo ofensivo é uma vertente mais moderna da tradição realista das Relações Internacionais que se afasta um pouco da lógica do “realismo clássico”, de

Morgenthau e Kissinger. Visto que se expressa como uma variação do realismo estrutural (ou neorrealismo) inaugurado por Kenneth Waltz, em 1979, compartilha dos mesmos pressupostos de que o sistema internacional (a estrutura) constrange a ação dos Estados (as unidades dessa estrutura), mas desconsidera as características individuais desses Estados, tais como fatores culturais e tipos de regime, centrando-se na capacidade material como principal fator de análise. Assim, o fundador e principal autor da corrente, John J. Mearsheimer defende que a busca pelo poder é a única forma de sobrevivência de uma grande potência no ambiente anárquico que é o sistema internacional (Mearsheimer, 2001).

O realismo ofensivo, como vertente do realismo estrutural que oferece uma perspectiva particularmente pessimista sobre as relações internacionais e a segurança, diferentemente do realismo defensivo, que acredita que os Estados buscam apenas segurança, defende que os Estados são maximizadores de poder e buscam constantemente oportunidades para aumentar sua influência e domínio no sistema internacional. Isso significa que os Estados estão sempre em busca de oportunidades para aumentar seu poder e influência à custa dos outros, pois acreditam que estarão mais seguros à medida que se tornam mais poderosos. Os Estados buscam uma hegemonia, que é considerada a forma mais segura de garantia da própria sobrevivência (Mearsheimer, 2001).

A busca por poder é o maior ponto de divergência entre a teoria proposta por Mearsheimer e o realismo estrutural defensivo de Waltz (1979). Para Waltz, os Estados são maximizadores de segurança, adquirida pela manutenção do *status quo* via balança de poder, por isso chamado também de “realismo defensivo”. Já Mearsheimer entende que os Estados são maximizadores de poder e são revisionistas por natureza. Isso significa que eles estão constantemente procurando oportunidades para alterar o *status quo* e o equilíbrio de poder a seu favor, buscando acumular mais poder relativo à custa dos demais (Mearsheimer, 2001).

Pela teoria de Waltz, o objetivo do Estado é concentrar capacidade material e bélica o suficiente para manter o seu posicionamento na distribuição total de poder no sistema. Um Estado que venha a superar este quantitativo determinado de poder passaria a se constituir em uma ameaça aos demais, que tenderiam a se unir contra este Estado visto como desafiante. A estabilidade do sistema internacional se daria

por meio de uma balança de poder bem distribuída, de modo que a busca por poder excessivo de determinado Estado transforma o sistema menos seguro, devendo ser evitado (Waltz, 1979), diferentemente do realismo ofensivo, em que os Estados focam na maximização do poder por si.

E isso ocorre porque erros de cálculo sobre a quantidade de poder suficiente pode comprometer a sobrevivência do próprio Estado. Como não existe uma autoridade central para se recorrer em caso de necessidade de proteção, os Estados devem buscar sempre atualização tecnológica e bélica para não serem superados pelos demais. Pela interpretação do realismo ofensivo, é mais seguro acumular o máximo de poder, o que aponta para uma tendência de os atores se comportarem de maneira agressiva mutuamente, sempre desconfiando de suas intenções e interações no ambiente internacional sistêmico (Mearsheimer, 2001). A guerra aqui passa a ser vista como um caminho natural.

O realismo ofensivo reflete o pensamento de Clausewitz (1993) sobre a guerra como um ato de violência destinado a forçar um adversário a submeter-se a uma vontade determinada. Para essa vertente do realismo, as grandes potências competem de forma agressiva pela hegemonia, pois acreditam que essa é a melhor maneira de garantir sua segurança. A guerra emerge como a principal estratégia utilizada pelos Estados para obter poder relativo (Mearsheimer, 2001).

John J. Mearsheimer apresentou as diferentes categorias de poder militar que são cruciais para as grandes potências na busca por segurança e hegemonia. Ele cita quatro categorias de poder militar: Poder Terrestre (*Land Power*), Poder Naval Independente (*Independent Naval Power*), Poder Aéreo Estratégico (*Strategic Air Power*) e Armas Nucleares (*Nuclear Weapons*). Mearsheimer destaca que, embora todas as categorias de poder militar sejam relevantes, o poder terrestre é o mais fundamental para a busca da hegemonia regional. As outras categorias, embora importantes, desempenham um papel auxiliar ou, no caso das armas nucleares, atuam principalmente como dissuasores, mas não eliminam a lógica da competição por poder e a importância da capacidade de projeção de força em terra (Mearsheimer, 2001).

De acordo com Mearsheimer (2001), a busca pelo poder e pela hegemonia é feita, principalmente, por meio da guerra e da chantagem. Os Estados respondem à

ascensão de um poder ameaçador por meio do *balancing* (balanceamento) e do *buck-passing* (atribuição de responsabilidade). O *balancing* refere-se às ações que um Estado ou grupo de Estados toma para igualar o poder ou contrariar a ameaça de outro Estado mais poderoso ou agressivo. O objetivo é evitar que um único Estado se torne tão dominante que possa ditar os termos da política internacional ou ameaçar a soberania de outros. O *buck-passing*, por outro lado, é uma estratégia na qual um Estado tenta transferir o ônus de balancear ou confrontar uma ameaça para outros Estados, permanecendo à margem. Em vez de agir diretamente para conter o poder crescente de um agressor, o Estado espera que outro país ou coligação de países assumam os custos e riscos do conflito (Mearsheimer, 2001).

Para Waltz (1979), os Estados possuem natureza eminentemente posicional conservadora, e buscam, portanto, a manutenção do *status quo* internacional. Randall Schweller critica a visão do realismo estrutural tradicional de que todos os Estados são iguais em sua busca por segurança ou poder. Ele argumenta que os estados não apresentam comportamentos uniformes, pois possuem diferentes níveis de satisfação com o sistema internacional (de acordo com sua posição e reconhecimento no sistema) e, portanto, assumem comportamentos diferentes (Schweller, 1996).

Para Schweller, os Estados se inserem em três categorias principais com base em seus interesses de *status*: Estados *Status Quo* (estão contentes com o sistema atual e buscam manter a ordem existente e seu lugar nela); Estados Revisionistas (insatisfeitos com o sistema atual e desejam mudar a distribuição de poder e *status*, aumentando sua influência e posição no sistema internacional); e Estados de Interesse do *Status* (não apresentam interesse definido em manter ou mudar o *status quo* e podem se alinhar com qualquer lado) (Schweller, 1996). Como já mencionado, o realismo ofensivo de Mearsheimer já entende que a existência de potências que busquem manter o *status quo* é incomum, pois o sistema internacional tende a gerar continuamente estímulos para a busca de maior poder (Mearsheimer, 2001).

Ao adicionar o conceito de *status*, visto como um motivador importante para o comportamento dos Estados, Schweller vai além da teoria da balança de poder, alegando que há, sobretudo, um conceito de balança de ameaças. Os Estados não se aliam apenas contra Estados mais poderosos. Eles o fazem para se defender contra aqueles que representam uma ameaça direta aos seus interesses de *status*.

Um Estado não representa uma ameaça apenas pelo seu poder, mas também pelo nível de agressividade e pelas intenções percebidas de outros Estados (Schweller, 1996).

Schweller (1996) argumenta sobre as diferenças nas estratégias dos Estados, enfatizando que os Estados podem adotar estratégias diferentes com relação à balança de poder. Estados *status quo* buscam manter o equilíbrio de poder, formar alianças defensivas e desenvolver suas relações diplomáticas, ao passo que Estados Revisionistas podem tentar desafiar o *status quo*, por meio de expansão territorial, criação de esferas de influência, alianças ofensivas e conflitos de baixa intensidade. Estados que se interessam pela manutenção do *status*, geralmente são mais flexíveis em suas estratégias, podendo formar alianças com qualquer Estado, de acordo com a percepção de obtenção de vantagens ao interesse próprio (Schweller, 1996).

Para Schweller, várias são as causas prováveis de insatisfação com o *status quo*: um Estado pode discordar com sua posição na hierarquia de poder, considerando-se sub-representado ou oprimido; um Estado pode acreditar que o sistema internacional é injusto seja pela distribuição de recursos, fronteiras ou tratados; um Estado pode ser motivado por uma ideologia revisionista que o impele a mudar o sistema, mesmo que isso envolva o uso da força e pode ser ainda influenciado por fatores domésticos, como instabilidade política ou mesmo o clamor popular (Schweller, 1996).

Os conceitos defendidos por Schweller podem ser aplicados a conflitos regionais para analisar os motivos por trás da ação de diferentes países, diferenciando aqueles que buscam manter o *status* daqueles que buscam mudança efetiva. A teoria do *status quo* também pode ajudar a compreender atores não estatais insatisfeitos que desafiam a ordem vigente, como o Hamas, ao categorizá-lo como grupo revisionista. Neste caso, obviamente, suas ações e alianças, como sua ligação com o Hezbollah ou mesmo com a República Islâmica do Irã, concentram-se em tentar subverter o *status quo* israelense na região, em uma guerra marcada pela assimetria de poderes.

2.3 O Realismo Neoclássico e a inserção das variáveis domésticas

O Realismo Neoclássico emerge como a vertente teórica que se estabeleceu como uma influente ponte entre o Realismo Estrutural (Neorealismo) e as análises de política externa mais detalhada. Diferente das abordagens puramente sistêmicas, que enfatizam a estrutura anárquica do sistema internacional como a principal causa do comportamento estatal, o Realismo Neoclássico avança ao integrar variáveis domésticas e de nível de unidade (como a percepção dos líderes) para explicar as escolhas de política externa e, crucialmente, as variações na forma como os estados respondem às pressões e oportunidades impostas pela distribuição de poder global. Ao reter a primazia da estrutura de poder, mas argumentar que seus efeitos são filtrados por fatores internos, esta teoria oferece uma lente mais detalhada para compreender por que e como o poder de um estado é, ou não, traduzido em ação internacional.

O Realismo Neoclássico se estabelece como uma perspectiva teórica fundamental para a compreensão das decisões de política externa, integrando de maneira sofisticada os diversos níveis de análise das Relações Internacionais. Essa abordagem adota o pressuposto central do Realismo Estrutural, reconhecendo que a anarquia e as considerações de segurança atuam como as principais pressões sistêmicas a moldar o comportamento dos Estados; contudo, seu diferencial reside na inclusão inovadora do nível unitário, indicando que, no processo decisório efetivo, as pressões do sistema internacional são inevitavelmente filtradas e mediadas por uma complexa rede de variáveis domésticas, tais como as percepções das elites, a coesão institucional do Estado e a mobilização de recursos internos. Assim, o Realismo Neoclássico consegue explicar não apenas as tendências gerais da política internacional, mas também a variação na forma e no tempo em que diferentes Estados respondem a desafios sistêmicos análogos (Rose, 1998).

O Realismo Neoclássico constitui uma síntese teórica que, conforme argumentado por Schweller (2003), mantém a base estruturalista de Waltz ao considerar a anarquia e a distribuição de poder como as principais pressões do sistema internacional. Contudo, a teoria avança ao resgatar as contribuições dos realistas tradicionais que se concentravam na política externa, incorporando assim os

argumentos da primeira e da segunda imagem de análise (sistema e unidade). O cerne dessa abordagem é empregar variáveis domésticas — como a percepção das elites e a capacidade de mobilização do Estado — como variáveis intervenientes que filtram e traduzem as pressões sistêmicas, permitindo uma explicação mais rica e matizada do processo de tomada de decisão e das variações específicas na política externa de cada Estado.

Segundo Schweller (2003), o Realismo Neoclássico representa um progresso significativo nas teorias realistas ao clarificar a lógica tanto do Realismo Tradicional quanto do Estrutural, unificando a primeira, a segunda e a terceira imagens em suas variáveis de análise. Este avanço é demonstrado metodologicamente pelo emprego de detalhados estudos de caso para testar teorias sistêmicas, explicar anomalias específicas de política externa e gerar novas hipóteses sobre o comportamento nacional. Dessa forma, a teoria contribui para a produção de um corpo de conhecimento mais robusto e cumulativo na disciplina.

O Realismo Neoclassico busca responder, portanto, questões como: Sob que condições as nações expandem os seus interesses políticos? Qual é a relação entre o comportamento externo de uma nação e a sua mobilização doméstica? Como as elites políticas percebem e pensam sobre o seu poder na política mundial? Como Estados avaliam e adaptam-se às mudanças do seu poder relativo? Como Estados respondem a desafios e oportunidades na sua esfera externa? Diferentes tipos de Estados respondem de diferentes formas? O que explica a variação em estratégias de alianças entre os Estados, se eles preferem balancear, buck-pass, bandwagon, chain-gang, ou evitar as alianças por completo? (Schweller, 2003, p. 318, tradução nossa).

Conforme os fundamentos estabelecidos por Rose (1998), o Realismo Neoclássico enfatiza que as decisões de política externa são impulsionadas, não apenas pela quantidade objetiva de recursos, mas primariamente pelas percepções de poder relativo das elites e líderes políticos. Embora o crescimento das capacidades materiais de um país leve, em última análise, a uma correspondente expansão de suas ambições externas, essa tradução é complexa e imperfeita: a estrutura estatal atua como uma crucial variável interveniente. Assim, países que possuem capacidades brutas comparáveis, mas que apresentam diferentes níveis de coesão ou capacidade de extrair e direcionar recursos da sociedade serão suscetíveis a agir de maneiras distintas às mesmas pressões sistêmicas.

Em oposição à premissa de Kenneth Waltz de que os Estados buscam primariamente a segurança, Rose (1998) afirma que o Realismo Neoclássico assume que os Estados respondem à incerteza da anarquia internacional buscando controlar e moldar o seu ambiente externo, ou seja, maximizando sua influência. Essa lógica estabelece que, à medida que o poder relativo de um Estado cresce, suas ambições e o escopo de sua atividade de política externa se expandem. Inversamente, um declínio no poder impõe um recuo correspondente nas ações e ambições nacionais.

Metodologicamente, o Realismo Neoclássico se destaca por dar ênfase a narrativas teoricamente informadas que rastreia o modo como a força material relativa é traduzida no comportamento efetivo dos decisores políticos (Rose, 1998). Seus defensores argumentam que essa abordagem, ao detalhar o mecanismo causal que liga o poder sistêmico às ações específicas do Estado através de variáveis domésticas, demonstra um elevado poder explicativo, capaz de iluminar o comportamento dos países em uma vasta gama de regiões e períodos históricos.

O Realismo Neoclássico oferece uma explicação mais rica, histórica e contingente do comportamento dos estados, permitindo analisar por que, em um mesmo ambiente sistêmico, um estado pode exibir um comportamento que desvia do comportamento padrão, seja pelo *over-balancing*, que ocorre quando as elites superestimam a ameaça ou a capacidade necessária, resultando em uma reação exagerada ou *under-balancing*, ocasião em que as elites não percebem a ameaça ou são incapazes de mobilizar recursos suficientes (devido à fragmentação estatal, conflito de elites, etc.), o Estado reage de forma insuficiente (Rose, 1998).

2.4 Clausewitz e a guerra como instrumento político

"On War" (em alemão, "Vom Kriege") foi publicado em 1832, no ano seguinte à morte de Carl Von Clausewitz. Sua origem está profundamente ligada ao contexto histórico e militar do início do século XIX, especificamente durante as Guerras Napoleônicas. Clausewitz serviu como oficial no exército prussiano durante as Guerras Napoleônicas (1803-1815), período de intensa mudança de conceitos militares e estratégicos na Europa. A experiência de Clausewitz no campo de batalha

e sua observação das táticas e estratégias de Napoleão influenciaram sua análise da guerra (Howard *et al.*, 1976).

Após as derrotas iniciais da Prússia nas Guerras Napoleônicas, ficou evidenciada uma necessidade crescente de reforma e modernização das forças armadas prussianas. Clausewitz, que participou dessas reformas, buscou entender as novas realidades da guerra moderna e, para isso, formulou suas ideias com base em correntes filosóficas da época, incluindo o idealismo alemão. Ele abordou questões sobre a moralidade, a ética da guerra e a relação entre política e conflito, refletindo a influência do pensamento filosófico contemporâneo (Howard *et al.*, 1976).

O general prussiano inaugurou o enfoque ao tratamento científico do fenômeno da guerra. Seu pioneirismo rompe com uma tradição de publicações que, na verdade, funcionavam mais como manuais de conduta na guerra e de “regras” para a vitória. Seu trabalho se dedicou ao entendimento detalhado da guerra e suas complexidades. Assim, o método utilizado por Clausewitz define conceitos e extrai dele todas as prováveis consequências lógicas para depois verificar se essas consequências encontram amparo na realidade (Proença Jr.; Diniz; Raza, 1998). Sua obra, de maneira seminal, se aprofunda nas interações complexas entre a guerra, a política e a sociedade.

Clausewitz pontua a luta como uma essência da guerra e a define como um embate físico entre duas partes que tentam subjugar umas às outras, deixando-a incapaz de resistir. No seu entendimento, “a guerra é, portanto, um ato de força para compelir nosso oponente a fazer a nossa vontade” (Clausewitz, 1993, p. 83, tradução nossa⁵). Assim, o objetivo da guerra não é a destruição por si só, mas forçar o adversário a realizar seus desejos. Essa definição de Clausewitz sobre a guerra não poderia ser mais simples, embora impactante. A guerra pode ser entendida como um duelo em maior escala, considerando-se que vários duelos compõem uma guerra. Cada um dos oponentes, invariavelmente tenta, por meio da força física, obrigar o outro a fazer sua vontade e o objetivo imediato de todos os lados é tornar o oponente (ou os oponentes) incapaz de oferecer resistência.

⁵ War is thus an act of force to compel our enemy to do our will.

Aqui, o significado de força é bem literal. Faz menção às capacidades militares equipadas com as invenções da arte e da ciência (Howard *et al.*, 1976). Para o autor, a força física é o meio de guerra para a conquista do objetivo de impor nossa vontade ao inimigo e essa força deve ser utilizada com inteligência e em intensidade máxima. Clausewitz entende que o uso da força na guerra não deve ser moderado, por mais desumana que essa afirmação possa parecer.

O uso máximo da força não é de forma alguma incompatível com o uso simultâneo do intelecto. Se um lado usa a força sem escrúpulos, sem se deixar abater pelo derramamento de sangue, envolve, enquanto o outro lado se abstém, o primeiro ganhará a vantagem (Howard *et al.*, 1976, p. 75, tradução nossa⁶).

Clausewitz defende que o inimigo deve ser colocado em uma situação mais desagradável do que o sacrifício a ele exigido na imposição de sua vontade. Desmantelar suas forças é tão importante porque a pior de todas as condições em que um beligerante pode se encontrar é estar desarmado e indefeso. E para o autor, o objetivo da guerra é justamente este: desarmar o inimigo, o que pode ser alcançado por meio de diversas ações, como a destruição das forças armadas adversárias ou a conquista de território. Para tanto, o esforço não pode, de maneira nenhuma, ser dosado. Uma nação em guerra deve buscar o esforço máximo em todos os sentidos (Clausewitz, 1993).

Howard *et al.* (1976) citam que, pelo entendimento de Clausewitz, seria um grande erro ignorar a essência brutal da guerra, e o lado que entender primeiro o princípio do uso máximo da força sai em vantagem. As guerras entre nações civilizadas são menos inescrupulosas do que as guerras entre povos selvagens justamente pelas condições sociais características dos próprios Estados e presentes nas suas relações entre si. Essas forças que circunscrevem e moderam a guerra não fazem parte da guerra em si, pois já existem antes do início da luta por um conceito de formação social do estado. A introdução do princípio da moderação inerente aos

⁶ The maximum use of force is in no way incompatible with the simultaneous use of the intellect. If one side uses force without compunction, undeterred by the bloodshed involves, while the other side refrains, the first will gain the upper hand.

Estados na própria teoria da guerra seria, portanto, contrária à lógica (Howard *et al.*, 1976).

Como cita Clausewitz, “quando comunidades inteiras vão à guerra – povos inteiros, e especialmente povos civilizados – a razão sempre reside em alguma situação política, e a ocasião é sempre devida a algum objeto político” (Clausewitz, 1993, p. 98, tradução nossa⁷). Mas como defende Mendes (2012), os relacionamentos políticos nem sempre são violentos, como se pode ver com uma simples retomada à história. A guerra é somente uma das formas que as disputas políticas podem se manifestar, diferente das outras, principalmente, pelo uso da força. Assim, mesmo que a guerra seja entendida como um dos recursos de que a política pode lançar mão, é sempre a motivação política que está por trás das guerras. Isso é invariável (Mendes, 2012, p. 92).

De acordo com Clausewitz, “a guerra é meramente a continuação da política por outros meios” (Clausewitz, 1993, p. 99, tradução nossa⁸). Partindo deste pressuposto, pode-se inferir que suas causas dizem respeito à uma tentativa de imposição de uma vontade de determinado lado à vontade do oponente, que precisa ser dobrada por meio da força, como o autor ressalta. A guerra se origina de um conflito de vontades entre dois ou mais lados e progride até a extensão do jogo de interesses políticos para o campo da força (Clausewitz, 1993). Este é o último recurso a ser utilizado na busca dos objetivos políticos dos Estados e, quando é lançado, provavelmente, as vias diplomáticas não foram suficientes. Não se pode negligenciar que a guerra deve ser conduzida com um propósito claro que se alinha com os objetivos políticos dos governos (Clausewitz, 1993).

O entendimento da guerra como uma ação articulada e colocada na balança de probabilidades pelos governantes vincula o conflito armado à defesa dos interesses políticos dos Estados. Para o autor, o fenômeno da guerra é um recurso a ser utilizado no exercício da política: “vemos, portanto, que a guerra não é meramente um ato atrelado a decisões políticas, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação do intercurso político, realizado por outros meios” (Clausewitz, 1993, p.

⁷ When whole communities go to war, the reason always lies in some political situation, and the occasion is always due to some political object.

⁸ war is a continuation of politics by other means.

99, tradução nossa⁹). A guerra deve ser entendida como uma ferramenta para se alcançar um determinado objetivo inserido em uma estratégia maior. Quando as nações avançam para uma guerra, elas objetivam buscar algo que não foi possível ser obtido pelas vias pacíficas.

Um conceito central na obra de Carl von Clausewitz e que descreve a complexa inter-relação entre elementos fundamentais que influenciam a natureza da guerra é a chamada Trindade “Clausewitziana”. De acordo com o conceito, a guerra sofre influência de três elementos inter-relacionados: a paixão popular, a probabilidade do sucesso e a razão da política. A interação entre os três elementos é essencial para a condução de operações militares eficazes e para a formulação de estratégias que atendam aos objetivos nacionais (Howard *et al.*, 1976).

A paixão popular refere-se ao fervor emocional da população e à disposição do povo em apoiar a guerra. A paixão popular pode ser motivada por fatores como nacionalismo, ideologia, ou a defesa de interesses coletivos. A mobilização do povo é crucial para o sucesso de um esforço de guerra e o apoio ou a oposição do povo podem representar a sustentabilidade ou não da guerra. Quando a população está comprometida e motivada, isso pode fortalecer a moral das tropas e aumentar a capacidade de resistência. Por outro lado, a falta de apoio e legitimação popular pode levar à desmobilização e à derrota (Howard *et al.*, 1976).

A probabilidade do sucesso diz respeito às capacidades e habilidades das forças armadas, incluindo treinamento, moral, liderança e estratégia. O exército é o instrumento pelo qual são travadas as batalhas. A habilidade e competência dos soldados e dos comandantes no campo de batalha são cruciais para o sucesso na guerra, interferindo diretamente na probabilidade de êxito das operações militares. A capacidade de planejar e executar operações bem-sucedidas é fundamental. Para tanto, um comandante deve ser capaz de avaliar corretamente a situação, adaptar estratégias e tomar decisões informadas diante da incerteza do campo de batalha (Howard *et al.*, 1976).

⁹ war is not merely a political act but a real political instrument, a continuation of political intercourse, a carrying out of the same by other means.

O terceiro aspecto da trindade é a razão da política, que diz respeito aos objetivos políticos que justificam a guerra. A guerra como extensão da política depende da habilidade dos governantes em gerenciar o conflito. A coesão e apoio interno são essenciais para condução da guerra com eficácia. A guerra deve ter um propósito claro, que se alinhe com os interesses macro e objetivos políticos do Estado. Clausewitz enfatiza a utilização da guerra como um instrumento da política, e não um objetivo em si. (Howard *et al.*, 1976). Para tal intuito, os objetivos políticos devem ser claros e alinhados aos propósitos daquele Estado.

A trindade da guerra representa a interação dinâmica entre esses três aspectos. O equilíbrio entre o sentimento do povo, a habilidade do exército e a razão do governo determina as características e desfechos dos conflitos. A predominância de qualquer um dos elementos da tríade pode moldar o caráter da guerra. A compreensão da trindade da guerra ajuda a explicar como as guerras afetam e são afetadas pela sociedade em geral (Howard *et al.*, 1976). Na campanha estadunidense no Vietnã, por exemplo, a interação entre povo, exército e governo parece ter sido completamente diferente da verificada na atuação do país na Segunda Guerra Mundial. A razão do governo e, sobretudo, o sentimento do povo americano nas duas ocasiões provavelmente influenciaram nos rumos (divergentes) das duas guerras, apenas para citar dois exemplos modernos de aplicabilidade do conceito de Clausewitz.

Clausewitz destaca a importância de um plano ao se empenhar em uma guerra e mesmo que o primeiro confronto não seja o único, este exerce muita influência nas ações subseqüentes. O autor entende que uma derrota inicial é sempre uma desvantagem que não deve ser arriscada deliberadamente. Há que se ponderar este conceito com a ideia defendida pelo autor de que o resultado final de uma guerra nem sempre deve ser considerado mesmo final, já que a parte derrotada pode considerar o revés como um mal transitório, para o qual uma resposta ainda pode ser encontrada posteriormente em contextos mais favoráveis (Howard *et al.*, 1976).

Clausewitz cita que o objetivo político é o motivo original da guerra e deve determinar o objetivo militar a ser alcançado e o nível de esforço exigido, e enfatiza que o contexto, a mobilização e a natureza das forças são cruciais para a compreensão e a análise de conflitos. Ele nos lembra que a guerra não se resume a

objetivos políticos, mas envolve uma série de fatores humanos e sociais que moldam a maneira como esses objetivos são perseguidos.

O objeto político não pode, no entanto, por si só, fornecer o padrão de medição. Como estamos lidando com realidades, não com abstrações, isso só pode ser feito no contexto dos dois estados em guerra. O mesmo objeto político pode provocar reações diferentes de diferentes povos, e até mesmo das mesmas pessoas em momentos diferentes. Podemos, portanto, tomar o objeto político como um padrão apenas se pensarmos na influência que ele pode exercer sobre as forças que deve mover. A natureza dessas forças exige, portanto, um estudo. Dependendo se suas características aumentam ou diminuem o impulso para uma ação específica, o resultado irá variar (Howard *et al.*, 1976, p. 81, tradução nossa¹⁰).

É possível que entre dois povos e dois Estados haja tensões provenientes de uma massa de material tão inflamável que, ao menor desentendimento, pode produzir uma explosão de consequências desproporcionais. Uma tensão equivalente é notada para os esforços que se espera que um objetivo político possa desencadear em qualquer um dos estados e para os objetivos militares que suas políticas assim o exigirem (Howard *et al.*, 1976). A afirmativa de Clausewitz poderia facilmente ter sido baseada na constante tensão vivida no Oriente Médio. O barril de pólvora a que se traduz a região, sobretudo a Faixa de Gaza, sofre os efeitos da política violenta do Hamas e do governo de Israel.

Ao relacionar o objetivo político ao objetivo militar que impulsiona uma guerra, Clausewitz traz que, algumas vezes, os objetivos são parecidos ou até idênticos. Em outros casos não. Para o autor, uma guerra pode ser provocada para obtenção de objetivos voltados para uma negociação de paz, por exemplo. Nesse caso, deve ser planejado e executado um objetivo militar diverso, mas que se adeque ao propósito político e o simbolize nas negociações de paz. “Há momentos em que, para que o objetivo político seja alcançado, o substituto tem de ser muito mais importante”

¹⁰ The political object cannot, however, in itself provide the standard of measurement. Since we are dealing with realities, not with abstractions, it can do so only in the context of the two states at war. The same political object can elicit differing reactions from different peoples, and even from the same people at different times. We can therefore take the political object as a standard only if we think of the influence it can exert upon the forces it is meant to move. The nature of those forces therefore calls for study. Depending on whether their characteristics increase or diminish the drive toward a particular action, the outcome will vary.

(Howard *et al.*, 1976, p. 81, tradução nossa¹¹). Tudo passa por um minucioso plano para se obter uma vitória militar inicialmente.

Clausewitz sugere que a natureza e a intensidade de um conflito são moldadas pela situação política subjacente, evidenciando que a guerra deve ser vista como um instrumento a serviço de objetivos políticos e reforça o nível de envolvimento da população no esforço de guerra. Ele descreve que “de um modo geral, um objetivo militar que corresponda ao objeto político em escala será, se este for reduzido, reduzido proporcionalmente” (Howard *et al.*, 1976, p. 81, tradução nossa¹²) e complementa que as guerras podem se manifestar em todos os graus de importância e intensidade, desde uma guerra de extermínio até uma simples observação armada (Howard *et al.*, 1976).

Clausewitz (1993) enfatiza a necessidade de os líderes políticos definirem claramente os objetivos que buscam alcançar através da guerra. Esses objetivos devem guiar a estratégia militar. Um objetivo limitado pode levar a uma estratégia de desgaste ou manobra, enquanto um objetivo mais ambicioso pode exigir uma estratégia de aniquilação do inimigo. A falta de ação efetiva das partes e a ausência de negociação de acordos de paz podem manter as tensões elevadas por muito tempo e comunidades inteiras envolvidas em uma guerra de atrito.

O autor menciona que, se duas partes se prepararam para uma guerra e permanecerem armados, enquanto não houver a negociação de um acordo, esse motivo de hostilidade ainda deve estar ativo e somente o desejo de aguardar por um momento mais adequado antes da ação pode contê-los. Nestes casos de inação, o autor entende que não há uma explicação pelo conceito de equilíbrio, pois a única explicação é que ambos estão esperando um momento melhor para agir (Clausewitz, 1993).

Clausewitz (1993) cita um exemplo de impasse entre dois estados prestes a guerrear em que um dos dois estados apresente como objetivo a conquista de uma parte do território inimigo, no intuito de ter um trunfo para utilização na barganha pela

¹¹ There are times when, if the political object is to be achieved, the substitute must be a good deal more important.

¹² Generally speaking, a military objective that matches the political object in scale will, if the latter is reduced, be reduced in proportion.

paz. Neste caso, com a terra conquistada, o objetivo político foi alcançado, já que não se faz necessário prosseguir numa ofensiva militar por território inimigo e pode se dar uma pausa. A partir de uma análise de suas possibilidades reais, o outro estado deve decidir entre negociar a paz ou partir para a ação, se concluir que possui a capacidade de organização necessária para isso.

Clausewitz (1993) conceitua os dois estágios de uma guerra como ataque e defesa. Segundo o autor, o defensor leva vantagem sobre o atacante e sua explicação é simples: quem se defende precisa apenas manter o *status quo*. Já o atacante deve tentar quebrar essa ordem e impor algo novo. Além do mais, é menos custoso sob todos os aspectos sustentar uma posição em seu terreno, dispondo de recursos naturais e industriais próprios e com apoio de sua população do que irromper em território desconhecido, dependendo de longas cadeias de suprimentos, comunicações, reforços etc.

O autor ressalta as vantagens em se defender ante a um ataque e reforça que: “estou convencido de que a superioridade da defesa (se corretamente compreendida) é muito grande, bem maior do que parece à primeira vista” (Clausewitz, 1993, p. 95, tradução nossa¹³). Os desdobramentos da campanha ofensiva produzem naturalmente um gradual enfraquecimento das forças envolvidas no esforço de guerra, o que não necessariamente é visto nas forças de defesa (Clausewitz, 1993). Os fatores apresentados por Clausewitz capazes de gerar o enfraquecimento gradual do ataque são sintetizados por Diniz da seguinte forma:

Os enfrentamentos travados com as vantagens da defesa produzirão perdas ao atacante. Além disso, na medida em que o ataque avança, ele vai adentrando terreno hostil – o que implica que, para poder explorar os recursos da área ocupada, ele terá que destacar forças para permiti-lo, forças que serão subtraídas aos enfrentamentos com o defensor que se seguirão; vai estendendo suas linhas de comunicação, expondo-as ao contra-ataque inimigo – e, portanto, tem que destacar forças para protegê-la, forças essas que serão também subtraídas dos futuros embates; vai se distanciando das fontes de reforços – dificultando a chegada de novas forças, que poderiam recompor suas forças para os enfrentamentos posteriores (Diniz, 2002, p. 112).

¹³ I am convinced that the superiority of defense (if correctly understood) is very great, much greater than it appears at first sight.

Empreender uma campanha de ataque ou de invasão a território estrangeiro exige mais daquele que luta para quebrar o *status quo*, como visto. Essa assimetria entre ataque e defesa e a superioridade intrínseca da defesa explicam, muitas vezes, a existência de pausas na condução de guerras: um lado, ou ambos, dada a dimensão momentânea de suas forças, podem ser fortes o suficiente para se defender, porém fracos demais para atacar (Mendes, 2012).

O autor apresenta também o conceito da tríade da guerra, com destaque para a violência (meio pelo qual impomos nossa vontade ao inimigo) a chance (a natureza mutável da guerra, que também é afetada pelo acaso e a sorte, ante as incertezas e probabilidades) e racionalidade (devem ser avaliadas as probabilidades de sucesso e as estratégias e táticas devem ser utilizadas racionalmente para se maximizar as probabilidades). Com amparo na racionalidade, os governantes procuram o correto emprego da estratégia e da tática para uma campanha vitoriosa na guerra (Clausewitz, 1993).

Clausewitz entende que uma derrota inicial é sempre uma desvantagem que ninguém arriscaria deliberadamente. Deve haver um plano e mesmo que o primeiro confronto não seja o único, este exerce muita influência nas ações subsequentes. Há que se ponderar este conceito com a ideia defendida pelo autor de que o resultado de uma guerra nem sempre deve ser considerado mesmo final. O estado derrotado pode considerar a derrota como um mal transitório, para o qual um remédio ainda pode ser encontrado em melhores condições políticas posteriormente (Howard *et al.*, 1976). Neste contexto, trazendo para o caso prático em questão, a Operação Tempestade de Al-Aqsa pode ter sido planejada e aguardada para o momento mais apropriado pelo Hamas, que nunca teria se dado por derrotado.

Clausewitz nos traz os conceitos de estratégia (o planejamento de longo prazo para alcançar objetivos) e tática (as ações no campo de batalha). Ele enfatiza a importância da flexibilidade e da adaptação das estratégias em resposta às condições em mudança. Tática e estratégia são conceitos distintos, mas que se complementam. A estratégia se relaciona com o objetivo geral da guerra e deve ser vista em uma perspectiva mais ampla, como complementa o autor. As táticas são empregadas de diferentes formas e contextos para obtenção de objetivos menores que vão contribuir com o todo. As ações táticas devem sempre acompanhar os objetivos estratégicos da

guerra, pois é através da aplicação das táticas que se segue uma estratégia (Howard *et al.*, 1976).

O general prussiano escreveu sobre a importância de se surpreender o adversário em uma guerra. A surpresa é descrita como uma arma tática poderosa. Um ataque surpresa pode desorientar e desmoralizar o inimigo. Um comandante astuto usa a surpresa e a audácia para compensar uma desvantagem numérica ou de armamento, pois um ataque inesperado quebra as linhas de defesa do inimigo, causando confusão e desordem (Howard *et al.*, 1976). Igualmente importante, quando se possui menores capacidades bélicas, que o esforço de guerra seja empregado de forma concentrada, como parte da tática.

Concentrar a força num ponto decisivo é um princípio fundamental do ataque no entendimento de Clausewitz. As ações ofensivas devem ser concentradas num ponto mais vulnerável do inimigo, ainda mais se suas forças não forem numerosas e equipadas o suficiente para que uma guerra aberta seja travada com o inimigo (Howard *et al.*, 1976). A essa diferença de capacidades, Smith (2012) descreve como guerra assimétrica, um tipo de conflito armado em que há uma disparidade significativa entre as forças em confronto, seja em termos de poder militar, tecnologia, recursos ou estratégia. Essa discrepância faz com que o lado mais fraco adote táticas não convencionais para compensar a desigualdade de poder e afetar o moral das forças adversárias. Para Clausewitz, um exército pode ser superior, mas se sua moral estiver afetada, seu resultado pode ser prejudicado.

Outro conceito introduzido por Carl Von Clausewitz relevante para a tática de guerra é a chamada "Névoa da guerra", utilizada para descrever a incerteza enfrentada pelos comandantes no campo de batalha. Não se refere especificamente à clareza das decisões, mas sim às dificuldades e incertezas inerentes à guerra, como informações incompletas ou enganosas sobre o inimigo, o terreno e até mesmo as próprias forças. Essa incerteza torna a tomada de decisões um desafio significativo durante o combate. A névoa da guerra representa o contexto em que a informação pode ser incompleta ou enganosa. O caos do campo de batalha pode obscurecer a situação real e complicar as decisões (Clausewitz, 1993).

2.5 A Guerra Assimétrica

O termo "guerra assimétrica" é relativamente novo, mas remete a um antigo conjunto de práticas militares que cresceram dramaticamente em importância nos últimos anos. Refere-se ao uso de táticas não convencionais para combater a superioridade militar convencional de um adversário. Para Steven Metz e Douglas Johnson (2001), no âmbito dos assuntos militares e de segurança nacional, a assimetria implica atuar, organizar e pensar de maneira distinta dos adversários, de forma a maximizar nossas próprias vantagens, explorar as fraquezas do inimigo, obter a iniciativa ou alcançar uma maior liberdade de ação. Assimetria significa agir, organizar e pensar de forma diferente do oponente para maximizar o poder relativo, explorar as suas fraquezas ou ganhar maior liberdade de ação. Pode ser político-estratégica, militar-estratégica, operacional ou uma combinação e pode impor o uso de métodos, tecnologias, valores, organizações ou perspectivas de tempo diferentes. A estratégia pode ser adotada por curtos ou longos prazos, ser intencional ou não e ser distinta ou implementada em conjunto com abordagens simétricas, além de se expressar nas dimensões psicológica e física (Metz; Johnson, 2001).

A assimetria entendida como desbalanceamento, em termos operacionais, é derivada do emprego de novas capacidades no intuito de explorar as fraquezas contrárias, impedindo simultaneamente que o inimigo possa empregar seus fatores de força. O oponente, num primeiro momento, não percebe, não espera e nem compreende: "capacidades convencionais que sobrepujam as do adversário ou que representam novos métodos de ataque e defesas" (Thorleifson, 2004, p. 04 *apud* Bermúdez, 2006, p. 67). A diferença em relação à guerra de manobra é a novidade de emprego de meios ou procedimentos ou na combinação inesperada deles (Bermúdez, 2006).

Kenneth F. McKenzie Jr, escrevendo no contexto estratégico dos EUA, define a guerra assimétrica como uma "alavancagem" de força tática ou operacional inferior contra as vulnerabilidades do lado mais forte, visando à obtenção de um efeito desproporcional com o objetivo de minar sua vontade para que o ator assimétrico alcance seus objetivos estratégicos (McKenzie, 2000). O autor cita que, na definição do Estado-Maior Conjunto Norte Americano, "a guerra assimétrica consiste em

abordagens imprevistas ou não tradicionais para contornar ou minar os pontos fortes de um adversário enquanto explora as suas vulnerabilidades através de tecnologias inesperadas ou meios inovadores" (Mckenzie, 2000, p. 02, tradução nossa¹⁴). O autor destaca a importância dos aspectos psicológicos nas abordagens assimétricas na busca pelos objetivos estratégicos, ainda que estes possam parecer atos sem sucesso num primeiro momento:

As principais diferenças nesta definição proposta são o elemento de efeito desproporcional – alcançar objetivos estratégicos através da aplicação de recursos modestos – e o reconhecimento explícito da importância da componente psicológica. Estes elementos são essenciais para considerar como um ator assimétrico pode alcançar objetivos estratégicos através de uma operação - mesmo uma operação falhada - que, da perspectiva da potência maior, é apenas um ataque tático (Mckenzie, 2000, p. 03, tradução nossa¹⁵).

Mckenzie (2000) ressalta a disparidade de interesses como a maior causa de assimetria entre os atores. Para o autor, o maior incentivo para a utilização de abordagens assimétricas nasce de uma real ou percebida disparidade de interesses. Quando um adversário mais fraco é motivado por interesses vitais e confronta um estado forte com interesses não vitais, o primeiro tem o maior incentivo para usar abordagens assimétricas com foco no efeito estratégico das ações (Mckenzie, 2000).

Ainda destacando o papel do componente psicológico das estratégias de guerra assimétrica, Mckenzie (2000) ressalta que as abordagens assimétricas podem ter um efeito poderoso apenas manipulando o efeito psicológico. É possível compensar as disparidades materiais e outras deficiências atingindo diretamente a vontade do inimigo. Em termos funcionais, o alvo se torna a mente do oponente, em particular, sua vontade. É uma reafirmação de um princípio "Clausewitziano" de que a guerra é um ato de dobrar o inimigo até que ele realize a sua vontade (Mckenzie, 2000).

¹⁴ Asymmetric warfare consists of unanticipated or non-traditional approaches to circumvent or undermine an adversary's strengths while exploiting his vulnerabilities through unexpected technologies or innovative means.

¹⁵ The key differences in this proposed definition are the element of disproportionate effect - achieving strategic objectives through application of modest resources - and the explicit recognition of the importance of the psychological component. These elements are essential to considering how an asymmetric actor can achieve strategic objectives through an operation - even failed operation- that, from the perspective of the larger power, is only a tactical attack.

Nesse diapasão, citando o exemplo histórico da campanha na Germânia do proeminente general romano Germanicus Julius Caesar, Vincent Goulding Jr. destaca a importância da derrota psicológica no moral do adversário:

A melhor maneira de surpreender os futuros inimigos é combatê-los bem onde eles menos esperam, assim como Germanicus fez. Essa estratégia não apenas atinge o objetivo imediato de impor a derrota física, mas, mais importante, envia a mensagem mais forte possível aos futuros adversários de que recorrer a meios militares garante apenas que seus fins políticos nunca serão alcançados. A guerra é uma disputa de vontade. A derrota psicológica é muito mais prejudicial e duradoura do que o reverso no campo de batalha. A melhor maneira de conseguir isso é derrotar seu inimigo onde ele se sentir mais confortável e confiante. Às vezes você só precisa vencê-lo em seu campo. Germanicus entendeu isso muito bem (Goulding Jr., 2000, p. 24, tradução nossa¹⁶).

Para Rodin, apesar de a guerra assimétrica não ser um fenômeno novo, a importância global assumida por esse tipo de conflito nas últimas décadas é tida como uma novidade. As táticas assimétricas não são utilizadas por uma questão de escolha, mas sim por fraqueza. Estas táticas são adotadas por atores que não desfrutam de uma capacidade militar proporcional para enfrentar seu inimigo em termos de igualdade relativa em uma guerra convencional. Logo, um aumento dos conflitos assimétricos é natural e até esperado durante períodos de grande desigualdade estratégica (Rodin, 2020). O autor entende que o termo “assimetria” possui cunho estratégico e as táticas de assimetria estão ligadas também por certas características éticas (Rodin, 2020).

M. R. Sudhir cita que a Revisão da Estratégia Conjunta de 1999 do governo dos EUA define especificamente “assimetria como algo feito às forças militares para minar sua força militar convencional” (Sudhir, 2008, p. 58). As abordagens assimétricas são descritas como “tentativas de contornar ou minar a força militar enquanto exploram suas fraquezas, usando métodos que diferem significativamente do método de operações esperado” (Sudhir, 2008, p. 58). O autor entende que tais abordagens geralmente buscam um grande impacto psicológico, como choque ou

¹⁶ The best way to surprise future enemies is to fight them well where they least expect it, just as Germanicus did. Not only does such a strategy achieve the immediate objective of imposing physical defeat, more importantly it sends the strongest possible message to future adversaries that resorting to military means ensures only that their political ends will never be accomplished. War is a contest of will. Psychological defeat is much more damaging and long-lasting than battlefield reverse. The best way to achieve it is to thrash your enemy where he feels most comfortable and confident. Sometimes you just have to beat him on his home field. Germanicus understood this very well.

confusão que afeta a iniciativa, a liberdade de ação ou a vontade de um oponente. Elas podem ser aplicadas em todos os níveis de guerra, em todo o espectro de operações militares e geralmente empregam táticas, armas ou tecnologia inovadoras e não tradicionais (Sudhir, 2008).

McKenzie defende que a tática assimétrica pode ser classificada em seis categorias: (1) uso de armas químicas; (2) uso de armas biológicas; (3) uso de armas nucleares; (4) guerra de informação; (5) terrorismo (caracterizado pelo uso da força contra alvos civis); (6) conceitos operacionais alternativos, que podem incluir táticas de guerrilha nas quais os soldados não procuram defender posições fixas, mas sim assediar um exército regular realizando ataques surpresa, o envolvimento de atores não estatais como partes no combate, a mistura de forças e instalações militares com comunidades e infraestrutura civis, usando civis como escudos humanos, mudando o local da batalha para ambientes urbanos complexos que degradam a eficácia de armas de alta tecnologia e usando armas e tecnologia primitivas de maneiras surpreendentes (Mckenzie, 2000).

Brúmmel Bermúdez cita que, de acordo com a Doutrina Básica da Marinha do Brasil (2004), “a guerra assimétrica é empregada, genericamente, por aquele que se encontra muito inferiorizado em meios de combate, em relação aos de seu oponente” (Bermúdez, 2006, p. 81). O autor entende que a assimetria então está diretamente ligada ao desbalanceamento extremo de forças. Para o lado mais fraco, a guerra assimétrica é a forma de combate que lhe resta. Para o mais forte, “será tratada como forma ilegítima de violência, especialmente quando voltada a danos civis” (Bermúdez, 2006, p. 81). O autor completa descrevendo que “os atos terroristas, os ataques aos sistemas informatizados e a sabotagem são algumas formas de guerra assimétrica” (Bermúdez, 2006, p. 81).

Os atos terroristas são frequentemente adotados na guerra assimétrica e podem ser empregados com fins políticos, como afirma Sudhir. O terrorismo foca nos danos psicológicos do oponente como tática para tentar equilibrar as forças. Mas nem toda guerra assimétrica faz uso desta prática e o termo é utilizado propositalmente para fornecer uma conotação negativa a algumas abordagens assimétricas, como ressalta o autor:

Examinar o "terrorismo" revela duas variantes: uma como um fim em si mesmo, como o praticado por elementos anarquistas, e a outra como o meio para um fim político como o dos naxalitas. O terrorismo como meio para um fim é geralmente uma tática do lado mais fraco em um conflito assimétrico. Essa tática é influenciar até o ponto da paralisia, as faculdades de tomada de decisão dos oponentes e, assim, adquirir ascendência psicológica, corrigindo assim o desequilíbrio convencional. Pode ser usado pelo lado mais forte também na forma de 'choque e pavor'. A guerra assimétrica às vezes é chamada de terrorismo por aqueles que desejam negar os objetivos políticos de seus oponentes, explorando as conotações negativas da palavra por seu valor de propaganda. Isso é frequentemente usado pelo lado mais forte, enquanto o mais fraco usa o contratermo: terrorismo de Estado (Sudhir, 2008, p. 59, tradução nossa¹⁷).

O autor destaca ainda que, embora o recurso da guerra assimétrica seja geralmente utilizado pelo lado mais fraco como forma de compensação de uma desvantagem, se os requisitos para caracterização da guerra assimétrica forem a exigência de um pensamento inovador e criativo, poderá também ser adaptada por forças armadas mais fortes e configuradas convencionalmente. A adaptabilidade dos exércitos pode torná-los suscetíveis à utilização da guerra assimétrica (Sudhir, 2008), ou pelo menos de elementos típicos dessa modalidade em ações militares específicas.

Bermúdez (2006) destaca o pensamento clássico de Clausewitz e Sun Tzu sobre a mutabilidade do fenômeno guerra e suas possibilidades de adaptação de acordo com o contexto geral do conflito:

No pensamento de Clausewitz, a guerra não é arte nem ciência, é um fenômeno que pertence ao campo da existência social, e que, dependendo das condições, pode tomar formas radicalmente diferentes, modificando a sua natureza em cada caso concreto, em analogia ao atributo do camaleão. De forma mais poética, Sun Tzu, por sua vez, faz uma parábola do emprego apropriado das forças de combate com a flexibilidade da água, batendo contra as fraquezas do inimigo e evitando os seus pontos fortes. Estas citações, que definem um marco conceitual, são os pontos de partida na tentativa de enfocar a guerra assimétrica, desde a perspectiva dos clássicos do pensamento estratégico militar, por meio da análise de um caso, no intuito de vislumbrar uma integração da psicologia oriental com a mecânica ocidental do ponto de vista árabe (Bermúdez, 2006, p. 64).

¹⁷ Examining 'terrorism' reveals two variants: one as an end in itself such as that indulged in by anarchist elements, and the other as the means to a political end such as that of the Naxalites. Terrorism as a means to an end is generally a tactic of the weaker side in an asymmetric conflict. This tactic is to influence to the point of paralysis, the decision-making faculties of opponents and, thereby, acquire psychological ascendancy, thus, redressing conventional imbalance. It can be used by the stronger side also in the form of 'shock and awe'. Asymmetric warfare is sometimes called terrorism by those wishing to deny the political aims of their opponents by exploiting the negative connotations of the word for its propaganda value. This is often resorted to by the stronger side, while the weaker uses the counter-term: state terrorism.

Bermúdez cita que, quando Clausewitz descreve os fins e meios na guerra, no capítulo II do seu livro um, indica que, com a intenção de desarmar um Estado, deve-se atentar para três elementos que envolvem a guerra: as forças militares, o território e a vontade do inimigo. Estas três categorias gerais seriam os objetivos clássicos a enfrentar: deve-se destruir o exército inimigo para que ele não possa mais lutar; deve-se conquistar seu território para que um novo exército não seja estruturado; e deve-se compelir o adversário pela força, a se submeter à sua vontade, porque a sua capitulação moral é o grande objetivo final. Mesmo que conquistados os dois primeiros, a guerra não seria terminada enquanto a vontade de luta do inimigo não fosse extinta (Bermúdez, 2006).

Shaughnessy e Cowan entendem que o terrorismo é assimétrico por natureza e tem como princípio fundamental atacar a força de vontade do povo, a credibilidade do governo e a sua capacidade de garantia de sua própria segurança (Shaughnessy; Cowan, 2002). O terrorismo é o tipo de guerra assimétrica que tem tido maior evolução nos últimos anos, tanto pelos eventos violentos espetaculares já registrados, quanto pela grande capacidade de difusão mundial por meio da tecnologia a serviço da mídia internacional (Bermúdez, 2006).

2.6 Metodologia

O trabalho proposto busca responder à seguinte pergunta: “Com que propósito teria o Hamas planejado e executado uma ofensiva armada sem precedentes contra Israel, mesmo sem perspectivas contundentes de vitória militar no conflito iminente?” A qual é respondida provisoriamente pela hipótese: “A ofensiva de 07 de outubro de 2023 pode ter sido desencadeada com o propósito de pressionar o estado de Israel a abrir negociações com o Hamas e uma derrota no campo militar proveniente de um contra-ataque israelense seria um preço a ser pago visando à obtenção de ganhos políticos e estratégicos importantes para os interesses palestinos, de maneira similar à vitória política experimentada pelo Egito de Sadat ante ao mesmo Estado de Israel, em outubro de 1973.

A abordagem adotada é predominantemente qualitativa, com a exploração de dados oficiais nacionais e internacionais, trabalhos científicos de análises geopolíticas e de Relações Internacionais, literatura correlata e notícias. Esta abordagem, de acordo com Maria Cecília de Souza Minayo (2002), é utilizada para compreender aquilo que não pode ser quantificado e preocupa-se com o entendimento e a explicação da dinâmica das relações sociais. Além disso, a pesquisa qualitativa auxilia no aprofundamento da compreensão de grupos sociais, no entanto, esse tipo de abordagem não leva em conta a representatividade numérica, visto que não pode ser quantificada e se encarrega de situações mais específicas, como cita Minayo (2002):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2002. p. 21).

A pesquisa tem como objetivo geral analisar a Operação Tempestade de Al-Aqsa para compreensão dos objetivos políticos e estratégicos que motivaram a ofensiva militar coordenada pelo Hamas contra Israel em outubro de 2023, à luz da teoria de Clausewitz sobre a guerra como um fenômeno político. Para alcançar o objetivo do trabalho foi utilizado, entre outras ferramentas metodológicas, o método *process tracing*, ou rastreamento de processos, que emerge como uma ferramenta essencial nos estudos de segurança, pela sua capacidade de lidar com a complexidade da multicausalidade e da complexidade das variáveis que são encontradas nas análises (Tannenwald, 2015).

Collier cita que o *process tracing*, “[...] é definidas como o exame sistemático de evidências diagnósticas selecionadas e analisadas à luz de questões e hipóteses de pesquisa apresentadas pelo investigador” (Collier, 2011, p. 1, tradução nossa¹⁸). O *process tracing* é uma abordagem de pesquisa qualitativa amplamente utilizada nas ciências sociais, especialmente na ciência política e nas relações internacionais. Seu objetivo principal é explicar como e porque um determinado resultado ou evento

¹⁸ [...] it is defined as the systematic examination of diagnostic evidence selected and analyzed in light of research questions and hypotheses posed by the investigator.

ocorreu em um caso específico, investigando os mecanismos causais e as etapas intermediárias que ligam uma causa a um efeito (Collier, 2011).

O *process tracing*, utilizado como metodologia para analisar mecanismos causais no estudo do caso escolhido, concentrou-se em examinar a sequência de eventos que ligam a luta dos árabes contra a hegemonia e a manutenção do *status quo* de Israel nos dois momentos históricos observados (Guerra do *Yom Kippur* e Operação Tempestade de *Al-Aqsa*) aos resultados políticos obtidos com as ações militares de cada evento, buscando evidências que sustentem a hipótese causal da pesquisa. O *process tracing* é uma ferramenta útil para que seja entendido como e por que certos resultados ocorreram nos dois eventos delimitados estudados. A metodologia adotada permite uma análise minuciosa dos processos que levaram à eclosão do conflito originado pela Operação Tempestade de *Al-Aqsa* e possibilita a identificação dos mecanismos causais envolvidos.

De acordo com Mahoney (2010), King, Keohane e Verba (KKV) entendem o rastreamento de processos como a busca por variáveis intervenientes que ligam uma variável independente a uma variável dependente. Eles veem a descoberta dessas etapas intervenientes como parte do objetivo mais fundamental de estimar o efeito causal de uma variável independente de interesse. O rastreamento de processos pode aumentar o número de observações teoricamente relevantes. Os autores entendem que o rastreamento de processos é, principalmente, uma ferramenta descritiva e uma etapa inicial no processo de inferência causal (Mahoney, 2010).

Para Tannenwald (2015) o uso do *process tracing* como estratégia metodológica, quando analisada de forma intuitiva, apresenta notável semelhança com a abordagem criteriosa adotada pelos historiadores diplomáticos em suas análises históricas. De igual modo, ao analisar o método de *process tracing* e a explicação histórica adotada pelos historiadores, há uma distinção fundamental entre essas abordagens, no sentido de que a explicação histórica se baseia, em grande parte, na preocupação de expor uma narrativa descritiva dos eventos, ao passo que o *process tracing* visa a transformar essa narrativa em um quadro analítico composto por variáveis teóricas, em vez de variáveis unicamente empíricas. Essa distinção entre as duas ressalta a natureza interpretativa e contextualizada da explicação histórica, que se concentra na narrativa cronológica dos acontecimentos. O *process tracing*,

dessa forma, busca transcender a estratégia de pura descrição dos eventos históricos, atuando no processo de identificação e análise das variáveis subjacentes e os mecanismos causais que impulsionam esses eventos (Tannenwald, 2015).

O método adotado no trabalho serve como instrumento de análise explicativa, de forma a auxiliar nas análises do histórico e dos conteúdos estudados para chegar a considerações que amparam o melhor entendimento sobre a complexa relação entre árabes e israelenses. Além da metodologia do *process tracing*, um instrumento metodológico do âmbito das pesquisas qualitativas, também utilizado para o melhor aproveitamento e aprofundamento da pesquisa, é a análise de conteúdo.

A análise de conteúdo pode ser definida como um conjunto de técnicas sistemáticas e objetivas de descrição do conteúdo das mensagens, visando a obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos sobre as condições de produção e/ou recepção dessas mensagens. Ela permite ir além do que é aparente no conteúdo, buscando significados, padrões, temas e a relação entre a mensagem e seu contexto de produção e recepção para compreender o sentido real da mensagem. Ir além do que é dito explicitamente para entender o que está implícito, as intenções, os valores e as perspectivas (Bardin, 2011).

Por meio da análise de conteúdo, busca-se a identificação de um padrão recorrente de medidas políticas dos Estados que desencadearam em duas guerras históricas envolvendo Israel e Estados árabes na região. A análise permite contextualizar a comunicação aos dois momentos históricos e validar a hipótese. Como cita Bardin (2011), a partir da análise dos dados, é possível confirmar ou refutar suposições, ou até mesmo construir novas compreensões sobre o fenômeno estudado.

Depois de identificado o caso selecionado com base em sua importância para a pesquisa e no conhecimento prévio sobre suas possíveis causas e resultados, são formuladas as hipóteses causais entre os fatores que podem ter levado ao resultado observado. O processo é rastreado e a sequência de eventos que ligam a causa ao resultado são analisadas, buscando evidências que confirmam ou refutam as hipóteses. As evidências encontradas são avaliadas para determinar se elas apoiam ou não as hipóteses causais. Com base na avaliação das evidências, o pesquisador

faz inferências sobre a plausibilidade das relações causais entre os fatores e o resultado (Mahoney, 2010).

A pesquisa caminha pelo método hipotético-dedutivo. Em linhas gerais, o método hipotético-dedutivo é um método de abordagem que Karl R. Popper desenvolveu como uma crítica radical ao método indutivo, lançando as bases para o critério da falseabilidade (Marconi; Lakatos, 2022). Esse método se inicia com um problema ou uma lacuna no conhecimento científico e passa pela formulação de hipótese(s) e por um processo de inferência dedutiva que testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela(s) referida(s) hipótese(s). Caso as hipóteses sejam refutadas, deve-se substituí-las e refazer o ciclo (Pronadov; Freitas, 2013).

O embasamento teórico envolvendo aspectos do realismo estrutural de Kenneth Waltz na análise de conflitos e do realismo ofensivo de John Mearsheimer, passando pelos conceitos teóricos envolvendo a manutenção do *status quo*, é seguido de uma análise mais aprofundada da utilização da guerra como instrumento político de acordo com teoria de Carl von Clausewitz. Contribuem para um melhor entendimento do conflito israelense-palestino as definições de guerra assimétrica e suas características.

Em seguida, o estudo se aprofunda na atuação do Hamas na Faixa de Gaza desde a sua fundação até a deflagração da Operação Tempestade de Al-Aqsa e traz elementos importantes dos ataques de outubro de 2023 e do contexto envolvendo a ação. Posteriormente, uma análise aprofundada sobre a estratégia egípcia na Guerra do *Yom Kippur*, 50 anos antes, mas com similaridades importantes, fornece elementos para uma comparação entre os objetivos políticos de Hamas e Egito nas duas investidas contra Israel, utilizando como suporte a base teórica apresentada. Para que a comparação seja efetiva, Fonseca Jr. (1998) propõe que uma das premissas fundamentais é definir a natureza dos problemas diplomáticos em cada uma das conjunturas distintas.

A chave do processo comparativo, segundo Fonseca Jr. (1998), reside em identificar as condições que revelam semelhanças e dissemelhanças, bem como a continuidade e a descontinuidade entre os dois momentos analisados. Como defende

o autor, é a partir dessa identificação que a política externa pode ser tratada de forma analítica. Em suma, existe uma continuidade heterogênea e para compreender melhor a comparação entre 1973 e 2023 no Oriente Médio e no mundo, é necessário indagar em que a região e o mundo são diferentes e em que se aproximam em 1973 e 2023.

Além de mudanças nas suas fronteiras, decorrentes dos acordos de Camp David, grandes mudanças estruturais e conjunturais (políticas, econômicas, sociais, tecnológicas, de poder) ocorreram nesses 50 anos. Em 1973, o mundo vivenciava a bipolaridade da Guerra Fria e a crise do petróleo de 1973 teve um impacto significativo nas relações entre os Estados. Em 2023, o cenário é de multipolaridade crescente, novas tecnologias, e diferentes configurações de conflitos e cooperação. A guerra assimétrica e o uso de estratégias de cunho terroristas ganharam força. A opinião pública, alavancada pela grande capilaridade de informações e notícias da atualidade também se constitui num elemento que diferencia o cenário atual do experimentado em 1973.

Alguns elementos de continuidade ou padrões persistentes também podem ser identificados. Certas dinâmicas geopolíticas regionais, algumas delas herdadas da Guerra Fria, como a influência dos EUA e Rússia nos arranjos políticos, a importância estratégica do petróleo e a busca por segurança por parte dos atores se mantêm. Israel mantém sua condição de Estado ameaçado no Oriente Médio, muito embora tenha progredido em se aproximar de alguns países, como o próprio Egito e a Arábia Saudita.

Ao fazer essa distinção entre o que mudou (descontinuidade/diferença na conjuntura e estrutura) e o que permaneceu (continuidade/semelhança na conjuntura e estrutura), Fonseca Jr. (1998) entende que é possível realizar uma análise comparativa mais robusta e metodologicamente fundamentada, evitando armadilhas de anacronismo como a desconsideração da estrutura do sistema internacional vigente, ou mesmo uma simplificação excessiva das análises.

As principais limitações da presente pesquisa se relacionam: a) à dinâmica dos fatos, ainda em andamento, não só na Faixa de Gaza como no Oriente Médio com a escalada do conflito entre Israel e Irã; b) à dificuldade em se relacionar o Egito, um Estado Nacional dotado de forças armadas regulares e reconhecimento internacional com o Hamas, uma organização política e militar (tida por alguns países como um

grupo terrorista), que governa parte do território palestino, mas que não se insere formalmente no plano internacional como um Estado soberano e c) pelo lapso temporal de cinco décadas entre os eventos comparados.

3 O HAMAS E A RESISTÊNCIA PALESTINA

A disputa árabe-israelense tem sido a característica mais dominante e duradoura da geopolítica do Oriente Médio pós Segunda Guerra Mundial. O conflito na região é multifacetado. Não se trata apenas de guerra entre Estados, caracterizado pelo combate tradicional entre nações soberanas em disputa, por exemplo, por território ou recursos naturais, mas também de outros tipos de tensão. Esses conflitos levaram a conflagrações internas, interestaduais e regionais, às vezes durando várias décadas. Embora tais conflitos regionais possam ser vistos como indicativos de seus povos belicosos, eles têm, em muitos casos, raízes na história da intervenção persistente por potências externas em busca de interesses estratégicos, incluindo o acesso às riquezas econômicas da região – particularmente o petróleo (Hinchcliffe; Milton-Edwards, 2007).

3.1 O conflito Israel e Palestina e suas origens

O conflito israelense-palestino não tem milhares de anos, como supõe o conhecimento popular. Harms e Ferry (2017) descartam a ideia de uma suposta "rixa de sangue" entre árabes e judeus que remonta aos filhos de Abraão. Numa perspectiva convergente, Zahreddine, Lasmar e Teixeira (2025) completam que o conflito entre Israel e Hamas também não é resultado de um fenômeno instantâneo, ou momentâneo, e sim, desdobramentos de um longo processo histórico que o envolve. Sociopoliticamente, a despeito dos registros históricos de cooperação e coexistência étnico-religiosa, os impactos profundos da colonização britânica e francesa, das intervenções militares norte-americanas e a prevalência de países com maioria muçulmana e árabe deram origem a constantes conflitos entre os povos e religiões do Oriente Médio. Esse processo histórico de constituição regional criou uma realidade geopolítica *sui generis*, caracterizada por intensas disputas locais e regionais, gerando desdobramentos em escala mundial (Zahreddine, 2025).

Harms e Ferry (2017) destacam que, por muito tempo, Israel e os outros cananeus ocuparam as mesmas terras e viveram em relativa paz. Não se pode ignorar

que tanto judeus quanto palestinos apresentam reivindicações históricas coerentes e semelhantes com relação à terra que, de fato, converge no passado antigo. Mas a ideia de uma guerra travada há milhares de anos entre dois povos ignora o contexto histórico e político específicos que moldaram o conflito moderno. As tensões na região têm raízes que remontam ao final do século XIX, mas a dinâmica atual é o resultado de eventos mais recentes, como a criação do Estado de Israel em 1948 e a ocupação dos territórios palestinos após a Guerra dos Seis Dias em 1967 (Harms; Ferry, 2017).

Harms e Ferry (2017) descrevem que o árabe nada mais é do que aquele que fala árabe e que cresceu e se identifica com a cultura árabe, tipicamente do Oriente Médio. O judeu é aquele que acredita nos princípios religiosos do judaísmo¹⁹ e pode ter algumas raízes étnicas que remontam ao que pode ter sido um grupo populacional original de Canaã ou da Palestina. Os muçulmanos, por sua vez, são pessoas que praticam o islamismo²⁰ e podem ou não ser árabes. Na verdade, a maioria dos muçulmanos nem são árabes (Harms; Ferry, 2017). Dos dezesseis Estados (contando com a Autoridade Nacional Palestina - ANP) que compõem a região, apenas Turquia, Irã e Israel não possuem maioria árabe (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025).

A nomenclatura "palestino" representa um termo étnico regional para um povo que viveu na terra da Palestina por milhares de anos, de cananeus a fenícios ou *moabitas*, *edomitas*, entre outros. Este mesmo povo viveu e se misturou com outras populações sob a ocupação romana, grega, bizantina e árabe, sendo que a cultura árabe-palestina conhecida hoje resulta de um influxo de tribos árabes do final do século VII. Os árabes palestinos modernos são, na verdade, também originalmente descendentes da população cananéia nativa que continuou no tempo ao lado dos primeiros israelitas, depois dos judeus e depois dos romano-judeus da antiga Palestina, na história moderna. Os palestinos são descendentes dos antigos cananeus, assim como os judeus (Harms; Ferry, 2017).

¹⁹ O Judaísmo é uma das três grandes religiões monoteístas e abraâmicas (junto do cristianismo e do islamismo). Surgiu há cerca de 4 mil anos atrás na região do Mediterrâneo Oriental. O judaísmo é a religião que se consolidou entre o povo hebreu, como era conhecido na Antiguidade. Sua principal característica é a crença em Javé como único deus (Armstrong, 2000).

²⁰ O Islã, cujo significado remonta a "rendição" ou "submissão", é a segunda maior religião do mundo, perdendo apenas para o cristianismo. Os cerca de 1,6 bilhão de seguidores do Islã, os chamados muçulmanos, são monoteístas, se dedicam a Alá (Deus) e se orientam pelo seu livro sagrado, o Alcorão (Harms; Ferry, 2017).

A origem do povo judeu remonta a tempos antigos, com raízes que se entrelaçam com a história das civilizações do Oriente Médio. Os judeus são tradicionalmente considerados descendentes dos hebreus, um grupo que se estabeleceu na terra de Canaã, que corresponde a partes do moderno Israel, Palestina e Jordânia. Historicamente, os judeus enfrentaram diversas migrações, conquistas e exílios, incluindo a escravidão no Egito, a conquista da “Terra Prometida”, o exílio babilônico e a diáspora que resultou na dispersão do povo e contribuiu para o desenvolvimento de diferentes comunidades judaicas por várias partes do mundo (Smith, 2017). É importante frisar que a nacionalidade israelense não significa necessariamente ser judeu. A maioria dos israelenses é sim de origem judaica, advinda do próprio Oriente Médio, Europa, Ásia, África e Américas, mas cerca de 20% da população de Israel é árabe. Esses dados não consideram a população palestina dos territórios ocupados por Israel (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025).

Dos cananeus aos romanos, essas são as raízes da antiga cultura palestina e judaica e os judeus, os descendentes dos antigos israelitas, são também descendentes dos antigos cananeus, os povos de Canaã. De fato, por um nome ou outro, os judeus povoaram a terra por milhares de anos, mas os palestinos nativos de hoje também são descendentes dos antigos cananeus (Harms; Ferry, 2017). Canaã foi um dos primeiros nomes registrados para a região da Palestina. A antiga Canaã cobre uma área ligeiramente maior do que a moderna terra da Palestina (incluindo Israel, Gaza e Cisjordânia), para abranger o Líbano, o sul da Síria, a metade ocidental da Jordânia e a Península do Sinai. Muitos reinos específicos (Israel, Filisteia, Moabe, etc.), impérios (assírios, neobabilônicos, etc.) ou províncias (Judéia, Samaria, etc.) foram estabelecidos na região (Harms; Ferry, 2017).

Mapa 1- Canaã na época do Velho Testamento



Fonte: (The Church of Jesus Christ of Latter-day Saints, 2025).

Para Kamrava (2013), três princípios alicerçaram o nascimento do Estado de Israel: (1) a constituição dos judeus como uma nação, um povo de identidade única; (2) a localização dessa nação em um território específico, citado na Bíblia como o *Eretz Israel*; e (3) a soberania dessa nação na forma de um país moderno e independente. A formação de uma nação judaica foi endossada pela corrente sionista, que se propôs a ressuscitar um antigo reino e seu povo em uma nova forma moderna.

Toda nação precisa de um ponto de referência territorial, por mais abstrato que seja em definição e realidade, e para a nação judaica esse ponto de referência estava na Palestina. E para que o projeto sionista fosse concluído com sucesso, a nação judaica precisava de independência política e

territorial, então o estado israelense foi declarado em 14 de maio de 1948 (Kamrava, 2013, p. 72, tradução nossa²¹).

A ocupação do povo árabe na região da Palestina histórica pode ser traçada desde a conquista islâmica no ano 636 d.C., quando os árabes muçulmanos conquistaram a região, que antes fazia parte do Império Bizantino. Desde então, a Palestina tornou-se parte do Califado *Rashidun* e, posteriormente, do Califado *Omíada* e *Abássida*, quando a população árabe cresceu na região e se estabeleceu ao longo dos séculos. Durante o domínio otomano, que durou de 1517 até o final da Primeira Guerra Mundial em 1917, a região experimentou um crescimento demográfico e econômico significativos, com uma população diversificada que incluía árabes, turcos, curdos e outros grupos étnicos. A Palestina foi administrada como uma província otomana - parte de um vasto império que incluía várias comunidades árabes (Smith, 2013).

De acordo com Hinchcliffe e Milton-Edwards (2007), as desavenças envolvendo Israel no Oriente Médio se originaram na resistência estabelecida pelos árabes na região contra a tentativa inicial dos colonos sionistas vindos, principalmente, da Europa, de construir um estado nacional na Palestina, com a consequente expropriação de parte da população árabe palestina. Contudo, o conflito passa a ganhar uma dimensão mais ampla com o surgimento de uma identidade nacional palestina e de novos nacionalismos árabes unidos em oposição ao sionismo e à sua estreita associação que foi percebida com as forças do imperialismo e do colonialismo europeu (Hinchcliffe; Milton-Edwards, 2007).

A luta pelos direitos árabes à autodeterminação sobre a Palestina em face do domínio europeu sobre toda a região teve suas raízes durante a Primeira Guerra Mundial, quando os britânicos assumiram compromissos contraditórios com os árabes e os judeus sionistas para obter seu apoio contra a Alemanha e seus aliados otomanos. Zahreddine, Lasmar e Teixeira (2025) citam as chamadas “cartas Husseyn-McMahon”, em que o Sharif da cidade santa de Meca, Husseyn Ibn Ali e o

²¹ Every nation needs a territorial reference point, however abstract in definition and reality, and for the Jewish nation that reference point was in Palestine. And for the Zionist project to be successfully completed, the Jewish nation needed political and territorial independence, so Israeli statehood was declared on May 14, 1948.

Alto Comissário Britânico para o Egito, Sir Henry McMahon negociaram o apoio árabe contra o Império Otomano em troca do apoio britânico na criação de um Califado Árabe na Região. A liderança árabe foi levada a acreditar que os árabes controlariam grande parte da região após a derrota dos otomanos, mas ao mesmo tempo os britânicos e franceses planejavam substituir Istambul como o centro de poder dominante na região (Hinchcliffe; Milton-Edwards, 2007). Os árabes cumpriram sua parte, apoiando os britânicos, mas as contrapartidas prometidas não foram totalmente cumpridas. Estes Estados do Oriente Médio foram posteriormente divididos e criados a partir de interesses britânicos e franceses e de elites árabes locais (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025).

A Declaração Balfour complicou ainda mais o impasse na região (Hinchcliffe; Milton-Edwards, 2007). Após a Primeira Guerra Mundial e durante o mandato britânico (1920-1948) da região herdada do Império Otomano, as tensões entre a população árabe e os judeus que buscavam estabelecer um lar nacional na Palestina aumentaram. A declaração Balfour de 1917, que apoiava a criação de um "lar nacional para o povo judeu" na Palestina, gerou reações mistas. Muitos judeus a receberam com entusiasmo, enquanto os árabes palestinos e outras comunidades árabes a viam como uma traição às promessas feitas pelo governo britânico (Smith, 2013).

Com a ascensão do nazismo, durante a década de 1930, as perseguições aos judeus na Europa e a falta de amparo de países como os Estados Unidos e a Suíça, que impunham barreiras à imigração judaica, contribuíram para a população judaica na região palestina crescer. O Holocausto dizimou cerca de seis milhões de judeus na Europa e, após a Segunda Guerra Mundial, algo precisava ser feito, ainda que por remorso ao número de vidas ceifadas pelo genocídio nazista. Foi então que, em 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) propôs um plano de partilha da Palestina em dois estados: um de maioria judaica e outro árabe, com Jerusalém - cidade sagrada para o judaísmo, o cristianismo e o islamismo - ficando sob administração internacional (Catherwood, 2011).

Após a Segunda Guerra Mundial, a imigração judaica atingiu níveis ainda maiores e a pressão pelo estabelecimento na Palestina de um lar para os sobreviventes do Holocausto ficou insustentável. Os britânicos, incapazes de manter a lei e a ordem, passaram a administração do conflito às mãos das recém-criadas

Nações Unidas, que decidiram resolver as reivindicações concorrentes de autodeterminação promovendo a divisão entre judeus e árabes, com a cidade sagrada de Jerusalém ficando sob administração da autoridade internacional. O movimento sionista aceitou a condição de Estado, pois os judeus espalhados em exílio poderiam ser reunidos novamente sob a bandeira do novo Estado. No entanto, os palestinos e os estados árabes reputaram como injusto o plano de partilha da ONU, sob a alegação de que ignorava os direitos legítimos dos palestinos, que reclamavam que suas terras estavam sendo doadas como uma compensação pela culpa européia pelo Holocausto (Hinchcliffe; Milton-Edwards, 2007).

O plano de partilha agradou a liderança sionista²², mas os líderes árabes da região o rejeitaram, pois não aceitavam a criação de um Estado predominantemente judeu na Palestina. Os britânicos permaneceram no território até 1948, quando renunciaram seu mandato. Antes mesmo da declaração de independência de Israel, em 1948, “Poucos dias depois de a Resolução 181 ser adotada, um conflito armado entre judeus e palestinos eclodiu na região. Como resultado, rapidamente as forças militares judaicas passaram a controlar grande parte da Palestina Árabe [...]” (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025, p. 94).

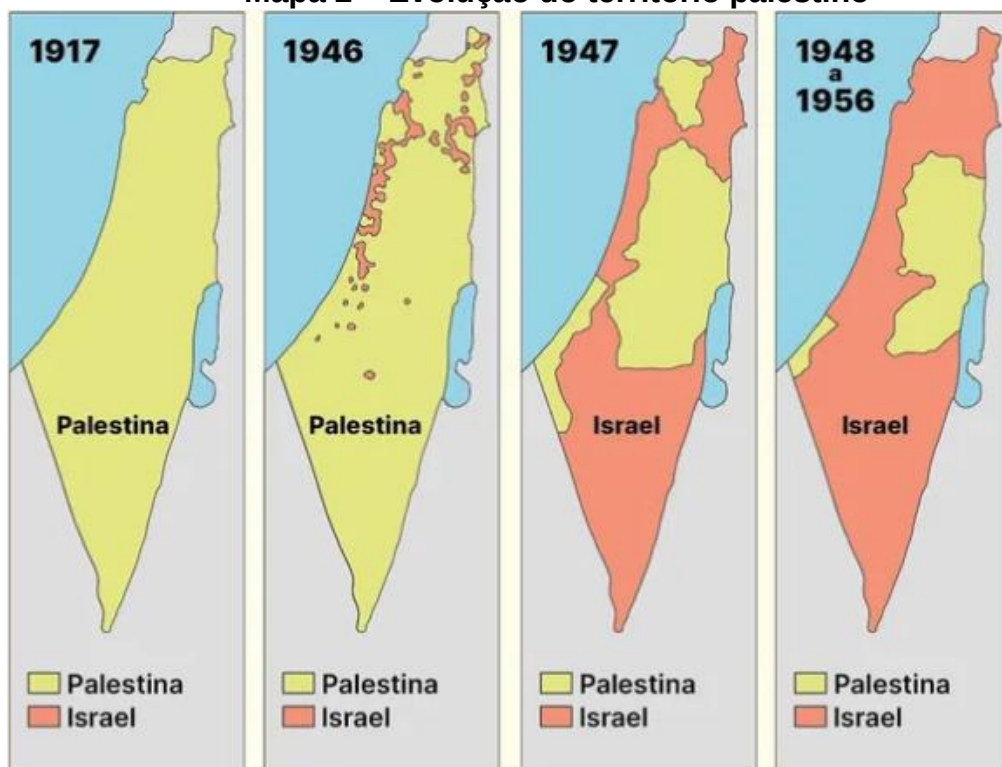
Logo após a Declaração de Independência de Israel, em 15 de maio de 1948, tendo Ben Gurion como seu primeiro-ministro (Catherwood, 2011), unidades dos exércitos árabes do Egito, Jordânia e Síria (apoiadas por forças do Líbano e do Iraque) tentaram reconquistar o solo palestino que passara a constituir o Estado israelense. Os exércitos árabes, mal liderados e pouco equipados, não foram capazes de derrotar as Forças de Defesa de Israel (FDI). As negociações do armistício não ocorreram até janeiro de 1949, época em que entre 700.000 e 800.000 palestinos foram expulsos de seus lares e saíram do território ocupado, buscando refúgio no Líbano, Jordânia, Síria, Egito, Cisjordânia e Faixa de Gaza, num triste episódio conhecido pela comunidade palestina como *Al-nakbah* – a catástrofe (Hinchcliffe; Milton-Edwards, 2007).

O fim da guerra significou a partilha efetiva do território da Palestina. A Cisjordânia e Jerusalém Oriental ficaram sob o controle da Jordânia. O governo

²² O termo "sionismo" vem de "Sião", um dos nomes bíblicos para Jerusalém e, simbolicamente, para a Terra de Israel. O jornalista austro-húngaro Theodor Herzl é considerado o pai do sionismo político. Sua obra "O Estado Judeu", de 1896 e o Primeiro Congresso Sionista, realizado em 1897 na Suíça estabeleceram o objetivo formal de criar um Estado judeu na Palestina (Harms; Ferry, 2017).

egípcio administrou a Faixa de Gaza a partir do Cairo e o restante do país passou a pertencer ao novo e fortalecido Estado israelense, cujo território passou de 14.000 para 21.000 quilômetros quadrados. Em virtude da malfadada ofensiva militar contra Israel, os árabes passaram a contar com um quinto do território original de sua terra (Hinchcliffe; Milton-Edwards, 2007). O povo palestino, que agora ocupava duas pequenas porções de terras sem qualquer conexão (Gaza e Cisjordânia) ainda tinha que conviver com o crescente número de colonos judeus em seu limitado território.

Mapa 2 – Evolução do território palestino



Fonte: (Significados, 2025).

Desde que aumentou seu território em cerca de 50% após derrotar seus vizinhos árabes na guerra de 1948, Israel se viu envolvido em pelo menos três guerras com os Estados da região: Guerra de Suez (1956), Guerra dos Seis Dias (1967), e a Guerra do *Yom Kippur* (1973). Em nenhuma das ocasiões as coligações de países conseguiram vencer Israel no campo de batalha (Catherwood, 2011) (Harms; Ferry, 2017). A Guerra do Yom Kippur teve suas particularidades, pois seus resultados geraram impactos importantes para o mundo árabe. Paralelamente a estas guerras,

conflitos assimétricos com grupos de resistência ao estabelecimento de um Estado predominantemente judeu em terras palestinas ganharam destaque.

Estima-se que, desde meados da década de 1970, cerca de 7180 colonos judeus moravam na Faixa de Gaza e Cisjordânia. Em 1992, durante o governo do Likud, os colonos já passavam de 67.000. A população palestina da época chegava a 938 mil habitantes. O governo israelense adotou medidas para abrigar o crescente número de imigrantes judeus com a apropriação das terras palestinas através de confiscos. Com essa política expansionista, o governo Israelense do Likud se apropriou nos seus primeiros 15 anos de governo, de 1977 a 1992, de 55% do total das terras da Cisjordânia e de pouco mais de 30% da Faixa de Gaza (Samih; Zacharia, 1997).

Enquanto novos colonos chegavam aos territórios palestinos, Israel endureceu algumas medidas de segurança que causavam deterioração das condições de vida da população palestina, completamente subordinada à administração militar e civil israelense. Um exemplo notável foi a implementação da política “Punho de Ferro”, em 1985, que previa toques de recolher, demolições de casas, prisões domiciliárias e deportações em massa (Almejo, 2008).

Em 1987, em resposta a estas duras ações por parte do governo israelense, diversas manifestações populares deram origem a um levante popular palestino contra as autoridades de ocupação israelense. Por meio de protestos e desobediência civil, o levante objetivava a recuperação dos territórios palestinos ocupados por Israel desde 1967 (Almejo, 2008). A Primeira Intifada, como ficou conhecida a revolta dos palestinos na Faixa de Gaza e na Cisjordânia contra Israel, estendeu-se até 1993, com a assinatura dos Acordos de Oslo I, os quais estabeleceram as condições para a Faixa de Gaza e a Cisjordânia se autogovernarem e onde estava patente o reconhecimento da (recém-criada) Autoridade Palestina e do governo de Israel. Dois anos depois surgiram os Acordos de Oslo II, que previam a total retirada de Israel da Cisjordânia (Vieira, 2023).

3.2 A origem e ascensão do HAMAS

Em 1945, a Irmandade Muçulmana inaugurou em Jerusalém a sua primeira filial palestina – a Irmandade Muçulmana da Palestina (IMP) - como um braço do movimento egípcio (Mishal, 2000). Porém, ao contrário da Irmandade Muçulmana do Egito, a ramificação Palestina do movimento possuía cunho social e cultural e não se dedicava tanto a ações de cunho político e muito menos violento (Mishal, 2000). Seu propósito era de estabelecer um estado islâmico na histórica Palestina, porém com uma postura mais comedida e com viés mais social e apolítico, quando comparada com sua congénere, a Irmandade Muçulmana do Egito (Vieira, 2023).

Em 1964, após algumas reuniões no Egito e na Jordânia, foi criada a Organização de Libertação Palestina (OLP). Ainda assim, a mais severa oposição à Israel não seria imposta pela OLP, mas pelo grupo armado criado em 1959 e que se tornou político em 1965, liderado por Yasser Arafat: o Fatah, que, literalmente, significa “conquista” em árabe. No entanto, a sigla também remete às primeiras letras invertidas de “O Movimento para a Libertação da Palestina” em árabe: *Harakat al-Tahrir al-Filistani*²³. O Fatah obteve tanto sucesso que os líderes da Organização para Libertação da Palestina (OLP) o convidaram para compor a organização e Arafat, em pouco tempo, tornou-se líder de ambas as entidades, seguindo nos cargos até o resto de sua vida (Catherwood, 2011).

Em 1967, após a Guerra dos Seis Dias, o ramo palestino da Irmandade Muçulmana ganhou um novo fôlego, visto a não proibição das atividades islâmicas culturais e sociais por parte de Israel nos territórios conquistados da Cisjordânia (conquistada da Jordânia) e da Faixa de Gaza (conquistada do Egito) (Vieira, 2023). Mas o imame e líder político palestino, Ahmed Yassin, acreditava que a Palestina precisava ser purificada e se preparar para a luta armada e política. As dificuldades sentidas pelo povo palestino, em especial os refugiados na Faixa de Gaza, deixaram o campo aberto para que pensamentos extremistas obtivessem apoio popular. O exemplo do Irã, com a escalada ao poder de Khomeini, um opositor ferrenho aos

²³ Filistani ou Filisteu vem da mesma raiz da denominação 'Philistine', mas os Árabes não descendem etnicamente desse povo — A similaridade é apenas geográfica (Catherwood, 2011, p. 204).

regimes norte-americano e israelense, também influenciou na radicalização como uma esperança de dias melhores para o povo palestino. Outros acontecimentos pressionaram a Irmandade Muçulmana da Palestina a enveredar pela luta armada, como o caso do acidente de trânsito ocorrido em 08 de dezembro de 1987, em Jabalia, Gaza, quando um caminhão militar israelense colidiu com um carro carregando trabalhadores palestinos, matando quatro deles. Os palestinos viram o incidente como um assassinato, o que contribuiu, em 14 de dezembro de 1987, com o surgimento oficial do Hamas pela mão dos altos membros da Irmandade Muçulmana da Palestina, na Faixa de Gaza (Vieira, 2023).

O Hamas surgiu em dezembro de 1987 no turbulento contexto da 1ª Intifada. Na noite seguinte ao início da explosão espontânea das massas palestinas, sete altos membros da Irmandade Muçulmana²⁴ em Gaza reuniram-se para uma agenda de emergência. Neste encontro histórico, os líderes tomaram a decisão de transformar a sua organização em um movimento de resistência que se denominaria “Movimento de Resistência Islâmica” (*Harakat al-Muqawamah al-Islamiyah*). Um dos líderes, Abd al-Aziz al-Rantisi, redigiu o primeiro comunicado, que foi publicado em 14 de dezembro, indicando o nascimento oficial do Hamas (Tamini, 2011, p. 10-11).

Em que pese terem como escopo a resistência ao autoritarismo de Israel e a criação de um estado palestino independente, Fatah e Hamas são rivais tradicionais que divergem sobre vários aspectos. Um ponto marcante que diferenciou os caminhos de luta seguidos pelos dois partidos foi observado com o primeiro acordo de Oslo, selado entre a Autoridade Nacional Palestina e o Estado de Israel, em setembro de 1993, base para uma maior autonomia palestina em Gaza e Cisjordânia. O Fatah, encabeçado por seu líder e assinante do acordo, Yasser Arafat, foi favorável ao acordo com os israelenses, mas o Hamas se opôs prontamente ao tratado, considerando-o um sacrilégio (Schanzer, 2003). Internamente, porém, o Hamas estava dividido quanto à sua própria estratégia em relação ao resultado dos acordos de Oslo. Alguns consideraram que era obrigação do Hamas se alinhar à Autoridade

²⁴ A Irmandade Muçulmana ou Sociedade dos Irmãos Muçulmanos (Jama'at Al Ikhwan Al Muslimin) é considerada o primeiro movimento social islâmico de massa moderno (Lia, 2006, p. 1) e base de inspiração para vários grupos ativistas islâmicos de surgimento posterior. Foi fundada em 1928 em resistência à presença britânica no Egito nas décadas de 1930 e 1940; participou da guerra de 1948 contra Israel e apoiou o golpe militar de 1952 no Egito, mas opôs-se aos governos que se seguiram, de Gamal 'Abd Al Nassir a Hosni Mubarak (Wickham, 2002).

Palestina e não perder a oportunidade de construir um Estado palestino. Mas, no final, o Hamas declarou que não participaria das novas instituições da Autoridade Palestina, optando por se juntar à "Frente Nacional Democrática e Islâmica" com sede em Damasco - incluindo a "*Jihad* Islâmica Palestina", a "Frente Popular para a Libertação da Palestina", a "Frente Democrática para a Libertação da Palestina", dentre outros grupos opositores menores. Desta forma, o Hamas passou a se identificar cada vez mais pela sua oposição aos acordos de Oslo (Schanzer, 2003).

A partir dos anos 2000, o declínio do Fatah foi seguido por um aumento do apoio popular ao Hamas, que por sua vez participou em peso das eleições, se aproveitando de sua popularidade crescente, inclusive para se proteger contra eventuais medidas repressivas que a Autoridade Palestina poderia adotar. Com base no seu sucesso nas eleições locais de 2006 (conquistando 74 das 132 cadeiras), o Hamas aproveitou o apoio popular para construir a narrativa de que a retirada unilateral de Israel da Faixa de Gaza era uma resposta à luta armada que o grupo e a *Jihad* Islâmica haviam travado contra os sionistas. Um argumento utilizado pelo Hamas era que a política de negociação e diplomacia do Fatah não obteve sucesso na retirada das forças israelenses de Gaza. Além disso, o Fatah perdia apoio gradativamente devido a problemas internos, como corrupção e disfunção das instituições do governo compostas, principalmente, por membros e apoiadores do Fatah (Klein, 2007).

Após a Segunda Intifada, em 2005, Israel se retirou unilateralmente da Faixa de Gaza. No ano seguinte, a forma de luta do povo palestino tomaria outros contornos. Este seria o ano de uma participação mais abrangente e assertiva do Hamas no cenário de luta do povo palestino. Na sequência da sua vitória nas eleições parlamentares de 2006, contra o Fatah, partido majoritário até então, foi derrotado pela primeira vez, tendo o Hamas tomado o controle da Faixa de Gaza, o que elevou as tensões entre o Hamas e a Fatah, que durou até 2011. Embora a Autoridade Nacional Palestina (ANP) seja a autoridade máxima nos territórios ocupados, o que ocorreu na prática foi a tomada de poder pelo Hamas da Faixa de Gaza (Vieira, 2023).

Uma marca que distingue bem o Hamas do secular Fatah, sempre foi o fundamentalismo religioso. Contudo, desde que entrou para a política e conquistou 76 das 132 cadeiras nas eleições parlamentares palestinas de 2006, o Hamas deu

inúmeras demonstrações de que, na prática, teria deixado de ser uma organização fundamentalista islâmica incapaz de distinguir entre princípio e prática. Klein (2017) alega que o Hamas demonstrou interesse em mudar suas posições sobre questões fundamentais e chegou até mesmo a assumir posições públicas que contradizem a tradição islâmica. Mas isto não significa que o Hamas tenha se tornado uma força moderada ou que tenha revogado a sua carta de fundação. Seus líderes continuaram a falar a linguagem do fundamentalismo, ao lado do pragmatismo (Klein, 2007).

O Hamas moderou a sua retórica absolutista inicial e praticamente interrompeu suas operações militares (por um tempo) para se alinhar com a opinião popular palestina e assim garantir a sua própria sobrevivência pouco depois de assumir o poder em Gaza (Løvlie, 2014). O tempo mostrou que o grupo nunca perdeu sua essência política de resistência armada e que os embates contra o Estado de Israel não cessariam.

Shaul Bartal (2021) compreende que, desde 2006, o Hamas é, de fato, a autoridade governamental palestina no controle de Gaza. No entanto, pode ser visto além de um governo local, mas como um movimento mais amplo ligado a causas de maior abrangência, como o nacionalismo árabe e islâmico, a eliminação de Israel e do controle judaico do território palestino, o que denota seu significado geográfico, geopolítico, teológico e cultural. Pode-se dizer que se trata de um movimento ideologicamente motivado, moldado por uma autoridade reconhecida e complementado por uma dimensão militar (Bartal, 2021).

As raízes do conflito entre o secularismo e o Islã na Palestina remontam ao início do conflito israelense-palestino. Os movimentos políticos seculares surgiram inicialmente em resposta à criação de Israel e ao deslocamento dos palestinos da sua terra natal. Estes movimentos, em grande parte da OLP, visavam o estabelecimento de um Estado Palestino dentro das fronteiras de 1967, com Jerusalém Oriental como capital, e uma solução justa para o problema dos refugiados. Contudo, a derrota na Guerra dos Seis Dias marcou um ponto de virada, levando ao declínio do nacionalismo árabe e à ascensão do nacionalismo palestino. Esta mudança criou um vazio político, que mais tarde foi preenchido pelo Hamas (Abusada, 2010).

Mkhaimar Abusada (2010) investigou os fatores que contribuíram para a ascensão de grupos islâmicos na Palestina, particularmente o Hamas. Ele destaca

como o fracasso do nacionalismo árabe e palestino em pôr fim à ocupação israelense, juntamente com acontecimentos externos como a revolução iraniana em 1979 e os ataques do Hezbollah a Israel, criaram um terreno fértil para o ressurgimento do Islã entre a população palestina. O Hamas, em particular, capitalizou este ambiente, assumindo o papel de força política dominante na Palestina após vencer as eleições de 2006 e assumir o controle de Gaza. A estratégia da organização incluía esforços para tornar a sociedade palestina o mais islâmica possível através de vários meios, incluindo um controle da educação, dos meios de comunicação social e do sistema jurídico (Abusada, 2010).

A divisão em curso entre a ANP e o Hamas sugere uma cisão profundamente enraizada e potencialmente insolúvel na governança palestina e nas estratégias de resistência. Esta separação sublinha o impacto duradouro dos fatores históricos e geopolíticos que moldaram o movimento nacional palestino ao longo das últimas seis décadas (Abusada, 2010).

A transformação da Palestina de um reduto de resistência secular para uma paisagem dominada por uma organização islâmica como o Hamas é um testemunho da intrincada interação de acontecimentos históricos, da dinâmica regional e dos fracassos de movimentos políticos anteriores. Esta mudança não só reflete a evolução das estratégias da resistência palestina contra a ocupação israelense, mas também sublinha as divisões profundas na sociedade palestina. A ascensão do Hamas e a divisão em curso com a Autoridade Palestina colocam desafios significativos à busca de um Estado palestino unificado, realçando a natureza complexa e multifacetada do conflito israelo-palestino. Compreender esta transformação é crucial para compreender a situação atual na região e os possíveis caminhos para uma resolução (Abusada, 2010).

3.3 A atuação do Hamas como liderança política e social

De acordo com Rashmi Singh (2013), o Movimento de Resistência Islâmica – Hamas emergiu com a Primeira Intifada, em 1987, e, identificando-se como um grupo

militante islâmico de comportamento fundamentalista, e que rapidamente ganhou espaço. Sua tática consistia em utilizar da violência como ataques com lançamento de foguetes e até atentados suicidas contra alvos civis. Mas como ressalta a autora, o Hamas sempre foi mais do que uma simples organização terrorista. Desde seu surgimento como um braço da Irmandade Muçulmana, dedica suas energias e recursos para apoiar social e humanitariamente a população palestina na Faixa de Gaza e também na Cisjordânia. Rashmi destaca que o Hamas está profundamente envolvido em ações de caridade, um de seus grandes propósitos (Singh, 2013).

Singh (2013) explica que, ao se apropriar das redes construídas pela Irmandade Muçulmana, o Hamas lenta e gradualmente ofuscou com seu sucesso a sua organização materna e ainda garantiu sua sustentabilidade no meio político palestino. Numa sociedade onde aproximadamente dois terços da população vivem abaixo da linha da pobreza, o ativismo social do Hamas é vital, não apenas como um esforço de sustentabilidade política no território, mas pela ausência de ajuda estatal e pela própria sobrevivência de um em seis palestinos assistidos pelo movimento (Singh, 2013).

Rashmi distingue a representatividade popular do Hamas à do Fatah. O movimento de resistência islâmica se apresenta mais intimamente ligado ao povo palestino, como defende a autora:

Como tal, o Hamas deve ser visto, em primeiro lugar, como um movimento social que, como consequência direta de estar baseado nos territórios ocupados, está profundamente enraizado na sociedade palestina e em suas realidades cotidianas desde o início de sua existência organizacional, de uma forma que seu arquirrival político, o Fatah, nunca foi. Como resultado dessa base local, o Hamas sempre possuiu uma compreensão íntima das ruas palestinas, suas ansiedades e preocupações (Singh, 2013, p. 25, tradução nossa²⁵).

As estratégias de resistência, astutamente utilizadas pelo Hamas, com presença nas ruas e no dia a dia dos palestinos, como defendem Singh (2013), buscaram não apenas mitigar as dificuldades e preocupações imediatas da sociedade

²⁵ As such, Hamas must be seen, first and foremost, as a social movement which, as a direct consequence of being based in the occupied territories, is deeply rooted in Palestinian society and its everyday realities from the very beginning of its organizational existence in a way its arch political rival, Fatah, never was. As a result of this local base, Hamas has always possessed an intimate understanding of the Palestinian street, its anxieties and concerns.

palestina, mas também desafiavam o cenário político que havia sido dominado pelo secular Fatah por algumas décadas. Parte de seu sucesso pode ser creditado à sua grande e variada base de apoio, pois, ainda que inicialmente seu principal reduto fosse composto pelos estratos mais baixos da sociedade palestina.

O Hamas transcendeu ao longo do tempo a fragmentação social e as divisões de classe para adquirir uma base de apoio heterogênea. Isso fortaleceu ainda mais suas amarras sociais, tornando seu isolamento da sociedade palestina difícil, senão impossível (Singh, 2013, p. 26, tradução nossa²⁶).

Mas seu sucesso também pode ser creditado à sua coerência ideológica, vitalidade política e unidade organizacional, o que lhe trouxe mais influência, legitimidade e poder entre aqueles que vivem nos territórios ocupados - como ficou demonstrado nas vitórias nas eleições ao parlamento em 2006 (Singh, 2013).

Singh (2013) explica que o Hamas sempre dividiu suas atenções, dedicando igual esforço a uma *jihad* militar contra Israel e ao bem-estar social para alcançar seus objetivos de estabelecer um Estado palestino islâmico independente. Conseguiu formar uma identidade única dentro do cenário político palestino e se adaptou a uma nova realidade política, mas sem necessariamente moderar sua perspectiva ideológica original e mantendo o islã no centro de seus objetivos. Dessa forma, o Hamas ofuscou a narrativa nacional secular do Fatah e redefiniu os objetivos estratégicos do movimento nacional, bem como os meios disponíveis para alcançá-los (Singh, 2013).

De acordo com Singh (2013), ao longo dos anos, o Hamas manteve inteligentemente o seu objetivo estratégico de longo prazo, que seria a formação do Estado-nação palestina, sem se perder nos pequenos acordos firmados com Israel. Na verdade, o Hamas enxergou os acordos políticos com Israel como pausas em sua *jihad* histórica e passou a utilizar a flexibilidade política e a capacidade de manobra para alcançar sua credibilidade ideológica e identidade política bem definida.

Singh (2013) defende que o Hamas sempre foi uma organização revolucionária e, desde seu início, como ala militar da Irmandade Muçulmana, representou uma

²⁶ Hamas has over time transcended social fragmentation and class divisions to acquire a heterogeneous support base. This has further strengthened its social moorings making its isolation from Palestinian society difficult, if not impossible.

ruptura acentuada com a lógica da Irmandade de realizar reformas sociais graduais por meio da educação e da pregação em favor de estratégias de engajamento mais violentas. Sua campanha sangrenta não teve como alvo apenas Israel, mas também seus rivais palestinos, principalmente o Fatah, e desde sua violenta tomada da Faixa de Gaza ganhou a reputação de esmagar toda a oposição com crueldade. O período compreendido entre 1993 a 2006, com destaque para os atentados suicidas contra Israel, destacou-se como o mais violento da trajetória do Hamas (Singh, 2013).

Martha Crenshaw classifica o Hamas como um grupo terrorista híbrido, com motivações sociais e religiosas. Essa classificação reflete uma dualidade do Hamas para a autora: por um lado, o grupo atua como um movimento político e social que fornece serviços à população palestina em Gaza; por outro, emprega táticas de violência, incluindo ataques terroristas, para atingir seus objetivos políticos e ideológicos, como a resistência à ocupação israelense e a criação de um Estado islâmico palestino. Para Crenshaw, o Hamas pratica o “velho terrorismo”, já que seus objetivos são pensados para serem negociáveis e limitados, possui atuação local, não global e normalmente associada a questões do nacionalismo e da própria autonomia territorial. Os novos terroristas buscam apenas a destruição, suas mortes resultarão no alcance do paraíso, não mudanças políticas aqui e agora. Neste quadro, a autora completa que o Hamas e a Jihad Islâmica estão mais para “velho” terrorismo com pequenos traços do “novo terrorismo”, motivo pelo qual os classifica como “grupos híbridos” (Crenshaw, 2007).

3.4 As relações internacionais do Hamas

Ao contrário do que se poderia esperar o Hamas não se isolou como um grupo de resistência local e limitado a uma atuação doméstica na Palestina. Sua atuação política foi além das fronteiras palestinas e os desdobramentos da Primavera Árabe o favoreceram. Philipp Amour (2018) interpreta a motivação do Hamas, vista pelo prisma do realismo neoclássico, como uma oportunidade de alinhamento ideológico com outros atores regionais:

Historicamente, o Hamas aliou-se ao Irã, à Síria e ao Hezbollah, e tornou-se reconhecido internacionalmente como parte do chamado campo da resistência conservadora (El Hussein, 2010). O desdobramento da transição regional no Oriente Médio proporcionou ao Hamas uma oportunidade estratégica de equilíbrio externo para formar novas parcerias dentro da ordem regional em desenvolvimento. O Hamas reconheceu sua posição regional estratégica única em 2011 e além como beneficiário do movimento da Primavera Árabe, em contraste com o Fatah e Israel (Mish'al, 2013). Como resultado, o Hamas mudou sua dependência para o novo campo reformista eleito liderado pela Turquia, Catar e Egito (Mursi-Administration) (Demirtaş, 2015). Esse alinhamento melhorou as relações do Hamas com a Líbia, Marrocos e Tunísia, estados que testemunharam mudanças políticas em benefício dos partidos políticos de base islâmica (Milton-Edwards, 2013). Do ponto de vista do realismo neoclássico, as motivações baseadas em ideias e interesses causaram a alienação do Hamas (Amour, 2018, p. 623, tradução nossa²⁷).

Amour (2018) cita que a mencionada elevação da posição regional do Hamas trouxe implicações para os assuntos geopolíticos em relação a Israel e ao Fatah, como ficou evidente, por exemplo, na troca de prisioneiros sem precedentes entre Israel e o Hamas, em outubro de 2011 (Levy, 2011 *apud* Amour, 2018), juntamente com as concessões que Israel fez aos pedidos do Hamas na sequência da operação militar do Pilar de Defesa em novembro de 2012 (Milton-Edwards, 2013). Ambos os acordos sinalizam para mudanças na distribuição de poder e essa mudança no equilíbrio regional de poder beneficiou o Hamas (Amour, 2018). As concessões feitas por Israel e pelo Hamas resultaram em relativa estabilidade entre as partes envolvidas e levaram a melhores condições para os palestinos em Gaza, depois que a nova liderança política no Cairo facilitou a travessia em Rafah (Panayiotides, 2012 *apud* Amour, 2018).

Essa forte atuação regional do Hamas causou um enfraquecimento na posição doméstica do Fatah e sua política moderada foi colocada em uma posição embaraçosa, visto que os acordos entre Israel e o Hamas mostraram que Israel estava

²⁷ Historically, Hamas has allied itself with Iran, Syria, and Hezbollah, and it has become internationally recognized as part of the so-called conservative-resistance camp (El Hussein, 2010). Unfolding regional transition in the Middle East provided Hamas with a strategic opportunity for external balancing to form novel partnerships within the unfolding regional order. Hamas has recognized its unique strategic regional standing in 2011 and beyond as a beneficiary of the Arab Spring movement, in contrast to Fatah and Israel (Mish'al, 2013). As a result, Hamas moved its dependence to the new elected-reformist camp led by Turkey, Qatar and Egypt (Mursi-Administration) (Demirtaş, 2015). This alignment has improved Hamas' relationships with Libya, Morocco, and Tunisia, states that witnessed political changes to the advantage of Islamist-based political parties (Milton-Edwards, 2013). From the viewpoint of neoclassical realism, idea-based and interest-based motivations caused Hamas's alienation.

preparado para se comprometer em questões específicas que, de outra forma, teria vetado (Milton-Edwards, 2013). As conquistas do Hamas na diplomacia e na resistência paramilitar em relação a Israel tiveram um efeito psicológico no cenário político (Bronner e Farrell, 2011 *apud* Amour, 2018). Aos palestinos, foi demonstrada a importância do equilíbrio para extrair compromissos do lado israelense. Isso endureceu as posições dos seguidores da corrente moderada do Fatah de que concessões políticas não podem ser negociadas com o governo de direita de Israel (Amour, 2018). Além disso, fortaleceu o sentimento de marginalização e alienação que o Fatah experimentou desde os Acordos de Oslo e sugeriu que a linha moderada não poderia obter o apoio dos palestinos por meio da política atual. A corrente de resistência venceu no terreno, levando a uma legitimação significativa do Hamas em particular, enquanto a linha moderada (do Fatah) sofreu um revés (Black, 2011 *apud* Amour, 2018). “Do ponto de vista realista, cabia ao Hamas desafiar e manter simultaneamente esses ganhos e abordar a reconciliação com o Fatah” (Amour, 2018, p. 624, tradução nossa²⁸).

O movimento da Primavera Árabe²⁹ (2010-2013) chegou à Palestina no início de 2011. Durante os levantes, o Hamas inicialmente foi visto como um vencedor, especialmente com a ascensão de partidos islâmicos na região, como a Irmandade Muçulmana no Egito. Nesse período, a Organização para a Libertação da Palestina, a Autoridade Nacional Palestina e o Fatah pareciam perder influência no cenário regional, pois o movimento pressionou a OLP sobre a validade de seu projeto nacional de construção do Estado e questionou o fracasso do processo de paz com o governo de direita de Israel. No entanto, o desenrolar da Primavera Árabe desafiou as expectativas do Hamas. A aposta do grupo em um “renascimento islâmico” regional, que supostamente fortaleceria sua posição, revelou-se equivocada e a política externa do Hamas mostrou-se inconsistente. Como resultado, o Hamas enfrentou um rebaixamento em sua posição regional e um isolamento geoestratégico, especialmente após a queda da Irmandade Muçulmana no Egito e mudanças políticas em outros países que haviam sido vistos como aliados potenciais. Essas decisões

²⁸ From the realist perspective, it was for Hamas to simultaneous challenge and maintain these gains and to approach reconciliation with Fatah.

²⁹ A Primavera Árabe foi uma onda de protestos, revoltas e revoluções que se espalharam por vários países árabes entre 2010 e 2013. O principal objetivo dos movimentos foi contestar regimes autoritários, exigir maior justiça social, democracia e melhores condições de vida à população (Bowen, 2013).

políticas mal calculadas contribuíram significativamente para a redução da influência do Hamas no contexto regional (Amour, 2018).

Desde junho de 2013, o governo do Egito decretou controles rígidos na fronteira de Gaza, fechando a passagem de Rafah para pessoas e bens, além de intensificar a demolição de túneis que ligavam a Faixa de Gaza ao Egito que sempre ajudaram os palestinos a superar o cerco econômico de Israel. Simultaneamente, Israel intensificou seu bloqueio terrestre, aéreo e marítimo à Faixa de Gaza. O isolamento geoestratégico castigou o Hamas e a economia da Faixa de Gaza. A miséria econômica e humanitária alimentou a competição política, incluindo grupos mais radicais (Schweitzer, 2015). O cerco a Gaza enfraqueceu e deixou o Hamas acuado, mas pode ter contribuído para a tomada de medidas mais violentas e desesperadas por parte do grupo.

Amour (2018) cita que, provavelmente, é de conhecimento da liderança do Hamas que seu realinhamento com o Irã não acabaria com o cerco estratégico por Egito e Israel, pois ambos os Estados adotam a postura mais conservadora e moderada e competem (como aliados) contra o Irã na ordem regional. A polarização no Oriente Médio parece restringir as manobras do Hamas no curso político para sair das dificuldades atuais e o seu rebaixamento na posição regional mudou o equilíbrio na frente Fatah-Hamas (Amour, 2018). “Como resultado, o Hamas teve que reavaliar sua posição, ajustar seu curso político e mostrar mais disposição para considerar concessões à OLP/Fatah” (Kuttab, 2014 *apud* Amour, 2018, p. 626, tradução nossa³⁰). Após seu rebaixamento regional, o dilema da liderança do Hamas em Gaza tem sido como se reconciliar com o Fatah sem, contudo, passar por um enfraquecimento estratégico em Gaza, como cita Amour. O autor completa que “A dinâmica futura mostrará até que ponto a liderança recém-eleita do Hamas (2017) está disposta a se comprometer com o Fatah para evitar a desordem pública e a miséria econômica” (Amour, 2018, p. 626, tradução nossa³¹)

³⁰ As a result, Hamas had to reevaluate its position, adjust its political course, and show more willingness to consider concessions to the PLO/Fatah.

³¹ Future dynamics will show how far Hamas's newly elected leadership (2017) is willing to compromise vis-à-vis Fatah to avoid public disorder and economic misery

Amour (2018) cita um rebaixamento regional do Hamas desde 2013, pois o partido teria se enfraquecido após a Primavera Árabe.

Portanto, o Hamas tem lutado para encontrar uma estratégia para sua sobrevivência desde 2013. O Hamas tomou medidas para se aproximar do campo neoconservador-moderado (Abu-Amer, 2015). O campo liderado pela Arábia Saudita, no entanto, não promoveu a inclusão do Hamas como aliado político e militar na região por muitas razões, incluindo sua origem dentro da Irmandade Muçulmana, seu impasse com a Jordânia e a deterioração de suas relações com o Egito, seus laços históricos com o Irã e sua rigidez ideológica em relação ao Ocidente e Israel (Danan, 2014; O Novo Árabe, 2016). Além disso, o Hamas tentou restabelecer suas relações com o campo da resistência neoconservadora (Abu-Amer, 2015; Raialyoum, 2015), mas com sucesso limitado, dada sua posição imutável em relação à Primavera Síria / Guerra Civil (Amour, 2018, p. 626, tradução nossa³²).

Supostamente, os esforços do Hamas para se aproximar do campo neoconservador-moderado representado pela Arábia Saudita aumentam o ceticismo do campo de resistência em relação ao movimento. O contrário também é verdadeiro, o que o deixa em uma situação complexa (Amour, 2018, p. 626).

Ao examinar como as interações regionais e as preferências locais impactaram na interação entre os movimentos rivais, Fatah e Hamas, desde 2010, e a aplicação empírica do realismo estrutural e do realismo neoclássico à divisão e dissensão palestinas, Philipp Amour (2018) demonstrou como o cenário de transformações regionais direcionou os conjuntos de manobras do Fatah e do Hamas no que diz respeito às negociações intramovimento de reconciliação nacional e reaproximação:

A variação na qual os dois movimentos reagiram deve-se em grande medida a diferenças marcantes nas janelas de restrição e oportunidade que a dinâmica regional ofereceu, bem como às patologias dos líderes, como preferências e estratégias políticas (da perspectiva do realismo neoclássico). Do ponto de vista teórico do realismo estrutural, há boas evidências de que uma parte da reticência dos movimentos em buscar a reconciliação estava, de fato, relacionada à atualização/rebaixamento regional (como no caso do

³² Therefore, Hamas has been struggling to find a strategy for its survival since 2013. Hamas has undertaken steps to draw closer to the neoconservative-moderate camp (Abu-Amer, 2015). The Saudi-led camp, however, has not promoted the inclusion of Hamas as a political and military ally in the region for many reasons, including its origin within the Muslim Brotherhood, its stand-off with Jordan and the deterioration of its relations with Egypt, its historical ties with Iran, and its ideological rigidity vis-à-vis the west and Israel (Danan, 2014; The New Arab, 2016). Additionally, Hamas attempted to reestablish its relations with the neoconservative-resistance camp (Abu-Amer, 2015; Raialyoum, 2015) but with limited success given its unchanging position regarding the Syrian Spring/Civil War.

Hamas) ou à oposição de poderes superiores (como no caso do Fatah) (Amour, 2018, p. 628, tradução nossa³³).

O autor complementa que, devido à sua atualização estratégica regional, o Hamas não reconheceu uma oportunidade de reconciliação com o Fatah, optando por uma linha mais intransigente (Amour, 2018). As tensões entre o Hamas e a ANP, em especial o partido Fatah, alcançaram novos níveis em 2015. Acusações entre ambos e uma série de detenções de ativistas do Hamas na Cisjordânia aumentaram as divergências com a Autoridade Palestina (Chamma, 2013).

Além das diferenças com a Autoridade Palestina, o Hamas apresenta contraposições relacionadas ao seu maior inimigo. Ramani (2015) cita que as alas política e militar do Hamas divergem quanto a um acordo de paz com Israel. Segundo o autor, a liderança da ala política do Hamas anseia por um cessar-fogo com Israel para abrandar o bloqueio israelense permanente em Gaza e, conseqüentemente, melhorar as condições de vida da população. O autor relata que o apoio da Arábia Saudita ao Hamas, que condiciona o uso dos recursos à aplicação social, favorece a ala política do grupo, enquanto o patrocínio do Irã tem como destino a ala militar do Hamas. A grande influência do braço militar sobre as lideranças políticas na tomada de decisões envolvendo a política externa do Hamas gera impopularidade às lideranças do partido (Ramani, 2015). Vanessa Chamma complementa dizendo que o Hamas é um movimento cujos membros tomam atitudes independentes, prejudicando, muitas vezes, as ações da ala política (Chamma, 2013).

O colapso econômico de Gaza, derivado do bloqueio israelense e da recusa do Egito em apoiar o movimento, fez com que o Hamas, em 2015, preferisse um acordo de trégua, essencial para a sua sobrevivência na seara política, em longo prazo. Todavia, como destaca Ramani, a supremacia da ala militar e o Irã, o qual estava disposto a fornecer capacidades militares para enfrentar Israel, prejudicaram a credibilidade da oferta de uma trégua a Israel. O líder político do Hamas no exílio,

³³ The variance in which the two movements have reacted is due in substantial measure to marked differences in the windows of constraint and opportunity that regional dynamics have offered as well as to leaders' pathologies, such as policy preferences and strategies (from the neoclassical realism perspective). From the viewpoint of the neorealist theory, there is good evidence that a portion of the movements' reticence to pursue reconciliation was, in fact, related to regional upgrade/downgrade (as in the case of Hamas) or the opposition of higher powers (as in the case of Fatah).

Khalid Meshaal, necessitava reverter esse quadro para que a ala política do Hamas conseguisse adquirir confiabilidade e, conseqüentemente, apoio financeiro. O suporte da Arábia Saudita poderia modificar a balança de poder em Gaza, beneficiando a ala política mesmo se o Irã retomassem o financiamento para operações militares (Ramani, 2015).

Hroub (2008) cita que o Hamas convive com um dilema com relação ao seu posicionamento político com Israel. Por origem e até por uma fidelidade estatutária, não há muita esperança de negociações diplomáticas com o estado Judeu, mas caso isso ocorresse, com o intuito de atenuar as pressões externas e o movimento reconsiderasse sua posição em relação ao reconhecimento de Israel, uma vitória palpável para o povo palestino deveria ser a contrapartida. Todavia, caso esse reconhecimento ocorresse sem que fossem asseguradas conquistas essenciais para os palestinos, o Hamas teria muito a perder. Caso o grupo tome tal atitude, o Hamas adiaria o comando para ataques militares contra alvos israelenses. Por outro lado, outras facções palestinas militares aproveitariam a chance para ultrapassar o Hamas na área militar, declarando que são mais fiéis ao propósito da resistência do que o próprio movimento Hamas, de maneira similar à maneira como o Hamas adquiriu maior legitimidade junto aos palestinos ante ao Fatah. Neste caso, como aponta Khaled Hroub, o grupo poderia entrar num combate armado contra essas facções e o péssimo resultado desse cenário seria o surgimento de uma guerra civil (Hroub, 2008).

3.5 A Operação Tempestade de Al-Aqsa

Após a retirada unilateral das tropas de Israel da Faixa de Gaza, em 2005, e a ascensão do Hamas, a dinâmica do conflito mudou, e as negociações passaram a envolver o Hamas, embora Israel muitas vezes se recusasse a negociar diretamente com o grupo, considerando-o uma organização terrorista. Após cada grande confronto militar, como em 2008-2009, 2012, 2014 e 2021, intensas negociações de cessar-fogo foram mediadas, incluindo, geralmente, cláusulas sobre a entrada de ajuda em Gaza e, em alguns casos, trocas de prisioneiros.

Em sete de Outubro de 2023, o Hamas lançou um ataque sem precedentes sobre Israel com o lançamento de foguetes, como de costume, mas também com a entrada não muito usual de combatentes por terra, mar e ar no território israelense. Este ataque pegou as FDI de surpresa, o que contribuiu para o avanço das brigadas do Hamas no território israelense, com a execução de vários civis e militares. Imediatamente, o Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu, declarou que Israel estava em guerra (Vieira, 2023). Israel desencadeou uma série de reações com o lançamento quase imediato de operações militares na Palestina por parte da FDI contra aquilo que muitos veículos da imprensa denominaram como “11 de setembro em Israel” (Mahmoudian, 2023, p. 04).

De acordo com a rede árabe de comunicação Al Jazeera (2023), o Hamas alegou que as razões que levaram ao ataque de sete de outubro foram: a campanha de construção de colônias de Israel e a “judaização” das terras palestinas na Cisjordânia ocupada e em Jerusalém, além do assassinato de milhares de civis palestinos desde o ano 2000. A liderança do partido complementa que os ataques de outubro de 2023 foram um passo necessário e uma resposta normal de enfrentamento a todas as conspirações israelenses contra o povo palestino (Al Jazeera, 2023).

De acordo com matéria do jornal israelense Haaretz (2023), a operação do Hamas foi considerada um dos mais intensos e abrangentes ataques desde o início das hostilidades entre as partes. As imagens e relatos da violência chocaram a comunidade internacional, levando a condenações e apelos à calma. Israel, por sua vez, declarou estado de emergência e respondeu imediatamente com ataques aéreos em Gaza, visando, pelo menos em um discurso oficial, às instalações do Hamas e outras infraestruturas associadas ao grupo (Haaretz, 2023). Os bombardeios à Gaza foram apenas o início da resposta militar do governo israelense.

Esses eventos ressaltaram a fragilidade da situação na região e a escalada das tensões que já eram altas devido a questões como a ocupação israelense em território palestino, bloqueio físico e econômico do enclave e a falta de progresso nas negociações de paz. A resposta militar israelense e as consequências humanitárias em Gaza geraram debates acalorados sobre a necessidade de uma solução pacífica e sustentável para a situação (Haaretz, 2023). Como se não bastasse, a República Islâmica do Irã, financiadora do Hezbollah e do Hamas, passou a assumir um papel

mais direto na oposição a Israel, o que ocasionou uma escalada de tensão no Oriente Médio (Said, 2023).

De acordo com Summer Said (2023), correspondente do Wall Street Journal, o Irã ajudou a planejar os ataques surpresa do Hamas contra Israel. Altos funcionários do Hamas e do Hezbollah teriam dito que Teerã aprovou o lançamento do ataque em uma reunião em Beirute na última segunda-feira que antecedeu os ataques, supostamente planejados desde agosto de 2023 e executados pelos seus *proxys*³⁴ (Said, 2023). Essas forças permitem ao Irã projetar poder e influenciar várias regiões do Oriente Médio, muitas vezes em oposição aos interesses dos Estados Unidos e de outros aliados na região. A dinâmica dessas relações é complexa e está ligada a questões políticas, sectárias e estratégicas (Seliktar, 2020).

Além disso, os ataques de sete de outubro reviveram discussões políticas sobre segurança, direitos humanos e a complexidade das relações entre israelenses e palestinos (Said, 2023). A situação continua a escalar, com implicações não apenas para os diretamente envolvidos, mas também para a estabilidade regional e para as relações internacionais do Oriente Médio como um todo. O impacto desses ataques e a violenta resposta subsequente, ainda em andamento, bem como as implicações do envolvimento iraniano na guerra, impactou na dinâmica da política na região. Guerra e política estão intimamente ligadas, não só no Oriente Médio, mas em qualquer lugar onde há conflito de interesses nacionais sendo disputados com o uso da força.

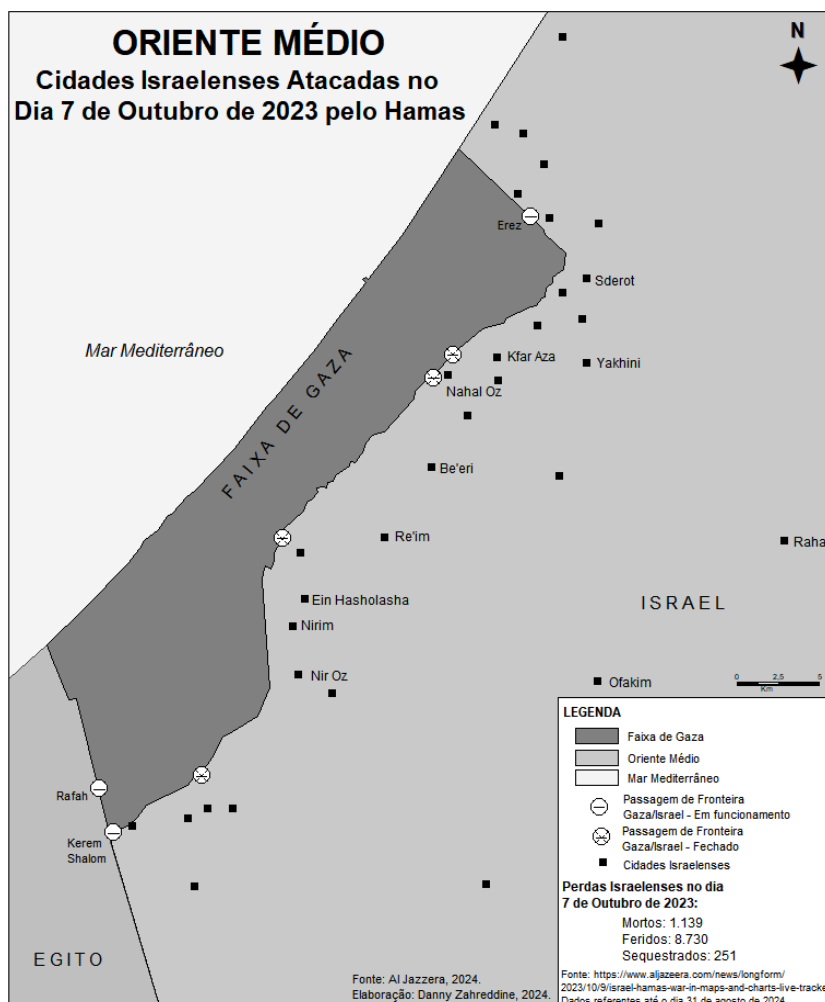
O ataque do Hamas outubro surpreendeu o mundo, mas como menciona Levitt (2023), nos meses anteriores ao ataque, o Hamas havia alertado que um provável conflito se aproximava. No final de agosto, Saleh al-Aroui – o segundo líder na hierarquia do grupo, com sede em Beirute – disse a um canal de notícias libanês que as políticas do governo israelense envolvendo uma apropriação de terras na Cisjordânia e seu desejo de controlar a mesquita de Al-Aqsa em Jerusalém, poderiam desencadear uma guerra regional. Ele teria afirmado que o Hamas estava se preparando para uma guerra total e já discutia as perspectivas dessa guerra com

³⁴ As forças *proxy* do Irã são grupos armados e milícias que operam em diferentes regiões, agindo em nome ou com o apoio do governo iraniano, mas que não são forças regulares do exército iraniano. São frequentemente utilizados pelo Irã para expandir sua influência geopolítica e realizar operações de combate sem envolver diretamente suas próprias forças armadas (Hollingshead, 2018).

todas as partes relevantes. Levit cita que, de fato, uma delegação do Hamas se reuniu, em Beirute, em abril de 2023, com Hassan Nasrallah, líder do grupo libanês Hezbollah, para discutir a cooperação entre as duas organizações numa resistência contra Israel. Essa não teria sido a primeira reunião. Levit (2023) cita que autoridades do Hamas, do Hezbollah e da Força Quds do Irã se reúnem regularmente no Irã e no Líbano há anos e já coordenaram ataques em conjunto com o Hezbollah e o Irã (Levitt, 2023).

Levitt (2023) explica que nas semanas e meses anteriores ao ataque de outubro de 2023, o Hamas não dava sinais de que atacaria Israel, mas não era difícil observar suas intenções. Depois que assumiu o controle de Gaza em 2007, alguns argumentaram que o Hamas se tornaria mais moderado enquanto poder político vigente. Mas essa noção de mudança em seus caminhos era ilusória. No dia 7 de outubro, o Hamas deixou claro exatamente sua natureza e o que quer. Embora o massacre provavelmente tenha levado alguns meses para ser planejado, a decisão de executá-lo naquele momento pode estar ligada ao receio do Hamas sobre a normalização das relações entre Israel e a Arábia Saudita e a oportunidade apresentada pela desordem política e social que assolava Israel (Levitt, 2023).

Mapa 3 – Cidades atacadas no dia 07 de outubro de 2023

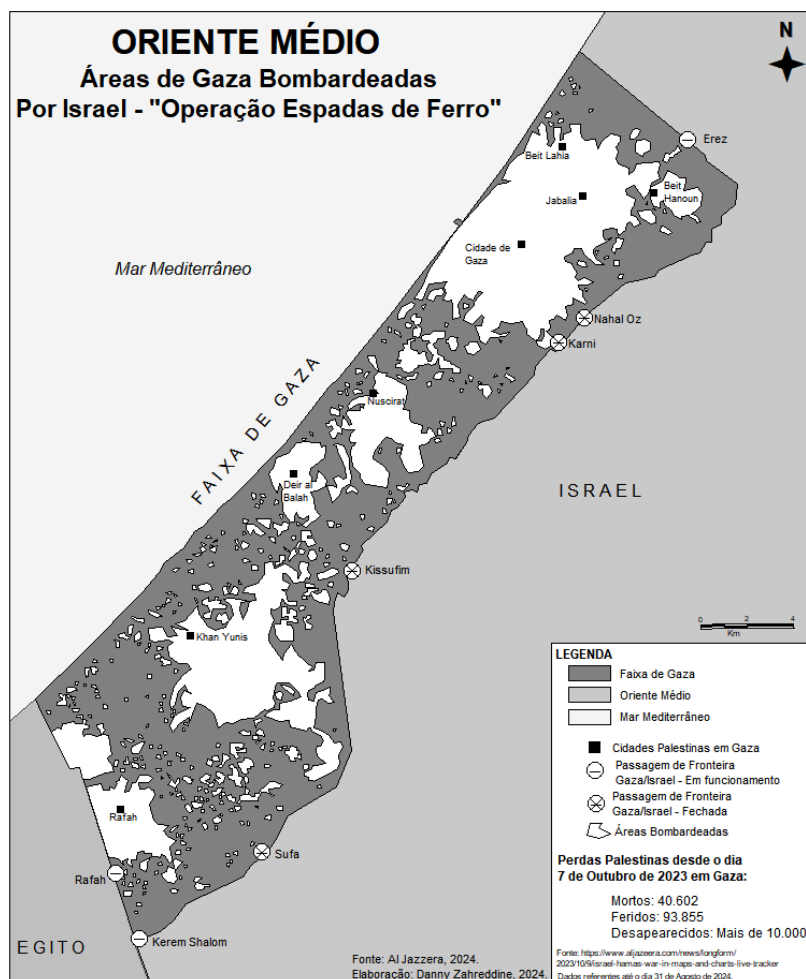


Fonte: (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025, p. 108).

Após a confusão das primeiras horas do dia 07 de outubro, ainda sob o que Clausewitz descreveria como a névoa da guerra, Israel iniciou a contenção e a retaliação aos ataques sofridos. Após dois dias, mais de 1.000 militares do Hamas haviam sido mortos, além de 200 capturados e presos ainda em território israelense. Em seguida, uma campanha de bombardeamento sem precedentes foi iniciada contra alvos do grupo islâmico na Faixa de Gaza, muito embora prédios residenciais, hospitais, escolas e centros religiosos também tenham sido atingidos. Questões relativas ao mau uso da informação de inteligência pelo governo, o deslocamento de contingente militar que estava na fronteira com Gaza para a Cisjordânia para apoiar ações ligadas a colonos judeus e o excesso de confiança de Israel de que o Hamas não seria capaz de uma ação orquestrada dessa natureza, são algumas hipóteses que podem explicar os erros na defesa de seu território (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025).

Terminada a fase de bombardeios, Israel ordenou o deslocamento massivo de 1,2 milhões de pessoas que viviam no Norte do enclave para a porção Sul da Faixa, para iniciar suas operações por terra. A Faixa de Gaza foi dividida pelo exército israelense em duas porções (norte e a sul). No dia 27 de outubro de 2023 Israel iniciou sua campanha terrestre, cujo objetivo era eliminar o grupo palestino na cidade de Gaza, principal cidade do território (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025).

Mapa 4 – Bombardeios de Israel em Gaza - “Operação Espadas de Ferro”



Fonte: (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025, p. 111).

Zahreddine, Lasmar e Teixeira (2025), citam que Israel utilizou a força assimétrica contra o oponente, como preconiza a doutrina militar israelense Dahiya³⁵,

³⁵ A Doutrina Dahiya é uma doutrina militar israelense que exige o uso de força massiva e desproporcional e o ataque deliberado a civis e infraestrutura civil. Recebeu o nome do subúrbio de Dahiya, em Beirute, onde o Hezbollah tem sua sede, que os militares israelenses destruíram durante

atingindo a infraestrutura civil, como hospitais, escolas e bairros residenciais, com o intuito de criar maior pressão popular contra os grupos oponentes, bem como diminuir os custos para a cavalaria mecanizada e para a infantaria em um posterior avanço por terra. “O maior problema da doutrina Dahiya é seu alto custo humano, pois as ações de contraforça e contravalor ocorrem de maneira imoderada e sem poupança, gerando alto efeito colateral na população civil” (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025, p. 109).

Ao iniciar a invasão a Gaza por terra, Israel travou uma guerra assimétrica, irregular e urbana, que exige custos elevados, graças ao adensamento populacional do enclave palestino, um dos maiores do mundo, aliado ao grande número de escombros decorrente dos bombardeios e da extensa rede de túneis construídos pelo Hamas desde 2007 (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025). Mas a resposta israelense e suas consequências criaram um ambiente extremamente volátil, gerando na região do Oriente Médio um caminho real de escalada do conflito. Israel passou a se preocupar ao norte com o Hezbollah, ao leste com a Síria, no Mar Vermelho com os Houthis do Iêmen e com o Irã (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025, p. 109).

A Operação Inundação de Al-Aqsa marcou a história do conflito como um ponto de virada que mudou o paradigma na luta palestina contra Israel, assim como a Primeira Intifada. “A destruição do mito de segurança de Israel e a transferência da supremacia discursiva para a Palestina podem ser consideradas consequências diretas da ruptura psicológica e epistemológica provocada pela operação de sete de outubro”.

Com a Operação Inundação de Al-Aqsa, um processo com o potencial de transformar radicalmente a política do Oriente Médio começou de fato. As políticas palestinas e israelenses de atores globais e regionais afetarão seriamente o equilíbrio político na região. Além disso, esse processo, no qual referências religiosas são mais utilizadas do que no passado, significa que as abordagens escatológicas das religiões abraâmicas terão um lugar mais significativo na futura equação política do Oriente Médio. No Oriente Médio, onde sinais de transição de uma fase geopolítica para uma fase teopolítica são observados há muito tempo, espera-se que o processo pós-7 de outubro acelere essa transição. Em conclusão, a Operação Inundação de Al-Aqsa foi um evento significativo que quebrou muitas regras na política do Oriente Médio e sinalizou uma mudança sistêmica na região. Seria apropriado

seu ataque ao Líbano no verão de 2006, matando quase 1.000 civis, causando enormes danos à infraestrutura civil do país (Huberman; Santos; Nasser, 2024).

argumentar que os resultados da operação no próximo período moldarão em grande parte a política da região. (Mercan, 2023, p. 89, tradução nossa³⁶).

A estratégia do Hamas ao longo dos anos e a experiência de combate das Brigadas Izz ad-Din al-Qassam permitiram o lançamento de uma operação contra Israel a partir de Gaza que marcou uma mudança de paradigma após a Primeira Intifada. Mercan (2023) fala sobre uma “ruptura psicológica e epistemológica” no conflito palestino-israelense. A resistência de Gaza, liderada pelas Brigadas Qassam, passaram de um modelo defensivo para uma estratégia ofensiva de infiltração multifacetada. Mereceu destaque a criação de um "centro de operações conjunto" de 12 grupos de resistência diferentes para lutar contra as forças de ocupação de forma coordenada (Mercan, 2023).

Mearsheimer e Walt (2006) entendem que os episódios de terrorismo comumente praticados pelo Hamas não são um simples ato de violência aleatória dirigida contra Israel ou contra o Ocidente, mas é, em grande parte, uma resposta à prolongada campanha colonizadora de Israel na Cisjordânia e Faixa de Gaza. O "terrorismo", do ponto de vista do Hamas, é uma tática de resistência contra o que os palestinos consideram uma ocupação e colonização contínua de seus territórios, (Mearsheimer; Walt, 2006).

De acordo com Mearsheimer e Walt (2006), Israel é frequentemente (e de forma proposital) retratado pelos líderes israelenses e escritores simpáticos como fraco e sitiado, mas a narrativa não corresponde à verdade. Ao contrário do que se acredita, durante a Guerra da Independência de 1948, os sionistas tinham forças mais numerosas, mais bem equipadas e mais bem lideradas, à exceção de um breve período de três a quatro semanas entre maio e junho de 1948, quando a ofensiva árabe parecia em vantagem. Israel tem o exército regular mais forte do Oriente Médio e, até 2006, era o único estado da região com armas nucleares. Alguns de seus

³⁶ With Operation al-Aqsa Flood, a process that has the potential to transform Middle Eastern politics radically has de facto begun. The Palestinian and Israeli policies of both global and regional actors will seriously affect the political balance in the region. Moreover, this process, in which religious references are used more than in the past, means that the eschatological approaches of the Abrahamic religions will have a more significant place in the future political equation of the Middle East. In the Middle East, where signs of a transition from a geopolitical to a theo-political phase have been seen for a long time, the post-October 7 process is expected to accelerate this transition. In conclusion, Operation al-Aqsa Flood was a significant event that broke many rules in Middle Eastern politics and signaled a systemic change in the region. It would be appropriate to argue that the results of the operation in the coming period will largely shape the region's politics.

vizinhos como o Egito e a Jordânia assinaram tratados de paz com os israelenses e os palestinos mal têm uma polícia eficaz, muito menos um exército regular que possa ameaçar a existência de Israel. Apesar das dificuldades recentes no Líbano, a FDI não poderia ser derrotada por nenhum dos seus potenciais adversários no campo de batalha (Mearsheimer; Walt, 2006).

Mearsheimer e Walt (2006) destacam que, quando o sionismo político ganhou força no final do século XIX, cerca de 15.000 judeus viviam na Palestina. Em 1893, por exemplo, os árabes compreendiam 95% da população e, embora vivessem sob domínio otomano, mantiveram a posse contínua deste território por 1300 anos. Mesmo quando o Estado de Israel foi proclamado, os judeus representavam apenas 35% da população da Palestina e possuíam sete por cento das terras (Mearsheimer; Walt, 2006).

Não havia um interesse por parte da liderança sionista em dividir o território palestino ou estabelecer uma entidade binacional. A liderança sionista aceitou a partição como primeiro passo, como parte de uma manobra tática e não o seu verdadeiro objetivo. O próprio David Ben Gurion, futuro primeiro Chefe de Estado, disse em 1937 que, na sequência da criação do Estado judeu, seria formado um grande exército para a abolição da partição e expansão do território para toda a Palestina. Esta ambição foi mantida após a fundação de Israel em 1948. Segundo o historiador israelense Benny Morris (2004), o pensamento dominante sionista sempre considerou um Estado judeu que contemplasse as terras desde o Mediterrâneo até o Rio Jordão. A visão do “Grande Israel” como objetivo maior sionista não terminou com a guerra de 1948 (Mearsheimer; Walt, 2006).

Para que o objetivo proposto fosse atingido, e tendo em vista que os árabes não saíam de livre e espontânea vontade, os sionistas expulsaram grande parte da população árabe do território que acabaria por se tornar Israel. Quando as forças judaicas chegaram a 700.000, em 1947 e 1948, os palestinos foram forçados ao exílio sob o medo de uma morte violenta. Autoridades israelenses afirmaram que os árabes fugiram por ordem de seus líderes, mas na verdade, a maioria dos líderes árabes instou a população palestina a resistir. Depois da guerra, Israel não permitiu o retorno dos exilados palestinos (Mearsheimer; Walt, 2006).

Mearsheimer e Walt (2006) expõem que a política do então primeiro ministro israelense, Ariel Sharon, de não negociar com o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, que reconheceu o Estado de Israel, renunciou ao terrorismo e ainda era aberto às negociações de um acordo, limitou o governo de Abbas nos objetivos de proporcionar ao povo palestino benefícios tangíveis e, por consequência, contribuiu diretamente para a campanha eleitoral vitoriosa do Hamas de 2006. Com o intransigente Hamas no comando, concluem Mearsheimer e Walt (2006), Israel tem nova desculpa que justifique não negociar com os palestinos. É importante destacar que estas decisões foram canceladas pela administração de George W. Bush, que até apoiou as anexações unilaterais dos territórios ocupados por Israel, revertendo uma política declarada de todos os presidentes anteriores, desde Lyndon Johnson (Mearsheimer; Walt, 2006).

Os objetivos declarados pelo Hamas para a Operação Tempestade de *Al-Aqsa* (também conhecida como *Al-Aqsa Flood*), conforme comunicados por seus líderes e em documentos posteriores são vários. A começar pelo fator que faz alusão à operação militar, destaca-se o objetivo de proteção da mesquita de *Al-Aqsa* e locais sagrados do Islã, já que o Hamas alegou que a operação foi uma resposta às "agressões" israelenses, incluindo incursões e supostas profanações da mesquita por colonos e forças israelenses, bem como planos para "judaizar" a cidade de Jerusalém (Indyk, 2023).

O fim do bloqueio de Gaza também é um dos objetivos principais do Hamas. Israel e Egito mantêm um bloqueio à Faixa de Gaza desde 2007, que teria sufocado a economia de Gaza, tornando a vida insustentável para os palestinos na região. Um objetivo da operação foi "romper o cerco" e aliviar o sofrimento da população. A libertação de milhares de prisioneiros palestinos detidos por Israel era outro objetivo crucial. O Hamas frequentemente busca sua libertação através de trocas de prisioneiros (Indyk, 2023).

A operação também visava chocar a opinião pública global e forçar a comunidade internacional a tomar uma posição em relação à questão palestina, que, segundo o Hamas, estava sendo negligenciada ou normalizada. De acordo com o Hamas, uma série de crimes e violações têm sido cometidos por Israel contra os palestinos na Cisjordânia, em Jerusalém e na própria Faixa de Gaza. Isso inclui a

expansão de assentamentos, a violência de colonos, demolições de casas e o que eles chamam de "limpeza étnica". Em um sentido mais amplo, a operação foi apresentada como um passo estratégico para restaurar os direitos nacionais palestinos, alcançar a independência e estabelecer um Estado palestino com Jerusalém como sua capital (Indyk, 2023).

A operação do Hamas buscou ainda perturbar os esforços de normalização das relações entre Israel e os países árabes. O mundo árabe estava se reconciliando com Israel, a exemplo da Arábia Saudita, que admitiu normalizar as relações com Israel. Como parte desse possível acordo, os Estados Unidos pressionaram Israel a fazer concessões à Autoridade Palestina — inimiga do Hamas. Esta foi uma oportunidade para o Hamas e seus apoiadores iranianos interromperem todo o processo. O propósito foi constranger os líderes árabes que buscam a paz com Israel e provar que o Hamas e o Irã são os únicos capazes de infligir uma derrota militar a Israel. Muito provavelmente, o Hamas e o Irã desejavam romper o acordo entre Israel e Arábia Saudita sob a intermediação dos Estados Unidos, porque ameaçava isolá-los (Indyk, 2023).

4 A GUERRA DO YOM KIPPUR

O quarto grande conflito entre Israel e os árabes, seis anos depois da guerra de 1967, teve uma série de características únicas. As forças egípcias e sírias conseguiram (embora temporariamente) um sucesso militar sem precedentes para os árabes, o que levou os líderes políticos israelenses a repensarem sua posição em relação aos seus vizinhos. A guerra foi uma tentativa egípcia e síria de recuperar seu próprio território perdido na última guerra e a questão palestina ficou em segundo plano em termos de estratégia e objetivos. Foi durante essa guerra que os Estados do Golfo começaram a usar os preços do petróleo e o boicote como principais armas contra o Ocidente que, pela primeira vez, tomou conhecimento da enorme influência que os Estados árabes possuíam sobre as economias dependentes do petróleo (Hinchcliffe; Milton-Edwards, 2007).

4.1 Os antecedentes da guerra

Após a vitória na primeira guerra árabe-israelense, em 1948, Israel aumentou seu território em cinquenta por cento. Graças a uma malfadada ofensiva militar, os árabes passaram a contar com um quinto do território original da região da Palestina, o que gerou repercussões generalizadas e duradouras no Oriente Médio. Um período de instabilidade nos países árabes motivado pela reação contra a influência britânica e ocidental na região fez aumentar a oposição popular às monarquias Hachemitas apoiadas pelos britânicos no Iraque e na Jordânia. O surto do nacionalismo popular em resposta à derrota árabe também sinalizou o fim do regime monarquista no Egito e, em 1952, o Movimento de Oficiais Livres, liderado por Gamal Abdel Nasser, montou um golpe que derrubou o rei Farouk I, colocando um fim no ciclo colonial britânico no país. A Revolução Egípcia³⁷, como ficou conhecida, colocou Nasser no centro da

³⁷ Na noite de 22 para 23 de julho de 1952, Nasser liderou seu grupo clandestino cuidadosamente elaborado chamado Oficiais Livres em um golpe de estado militar bem-sucedido que virou "revolução". Os jovens oficiais possuíam diversas orientações ideológicas, mas estavam unidos por um fervoroso nacionalismo fortalecido pela derrota humilhante para Israel na guerra da Palestina de 1948 e por um forte descontentamento com a monarquia constitucional do Egito e uma repulsa por mais de setenta anos de imperialismo britânico (Beatttie; El-Meehy, 2001).

política da nação, mesmo que oficialmente o poder estivesse nas mãos de Muhammad Naguib. Dois anos depois, Nasser ascendia ao poder, após a derrubada de Naguib (Hinchcliffe; Milton-Edwards, 2007).

Para os nacionalistas árabes no Cairo, Beirute, Bagdá e Damasco, Israel era um inimigo não apenas por causa da injustiça contra seus irmãos na Palestina, mas por causa de sua estreita associação com o imperialismo ocidental. Assim, o nacionalismo árabe e as pretensões pan-árabes alcançaram uma nova dimensão no conflito com Israel no Oriente Médio, como visto durante a Guerra de Suez de 1956 (Hinchcliffe; Milton-Edwards, 2007).

O conflito de Suez eclodiu com a decisão de Nasser de nacionalizar a Companhia do Canal de Suez em julho de 1956, motivado pelo efervescente sentimento anticolonialista e, por associação, antissionista no mundo árabe. Construído na década de 1860, o Canal de Suez permaneceu sob controle britânico e estrangeiro desde então. O canal era visto pelos britânicos como um elemento essencial em seu controle da principal rota marítima para a Índia. Nasser, por meio de um programa de coesão pan-árabe com pactos militares com a Síria, Arábia Saudita e Iêmen, buscava a restauração da nação árabe sob a liderança egípcia e o fim da influência estrangeira na área (Hinchcliffe; Milton-Edwards, 2007).

França, Inglaterra e Israel realizaram um conluio secreto para recuperar o controle sobre o canal e, em 29 de outubro de 1956, o exército israelense cruzou a fronteira e entrou no deserto do Sinai e, em cinco dias, derrotou o exército egípcio e se aproximou do canal. Agindo de acordo com um plano preestabelecido com Israel, os britânicos e franceses bombardearam alvos egípcios e enviaram suas tropas para ocupar Port Said e Port Fouad, sob o pretexto de protegê-los de ações hostis.

Os israelenses aceitaram um cessar-fogo como parte do pré-acordo secreto com os britânicos e franceses, mas Nasser se recusou a retirar suas tropas do canal e, no fim, os britânicos e franceses foram forçados a aceitar um cessar-fogo e retirar suas forças como resultado da pressão econômica dos EUA, URSS e da ONU, apesar da aparente “vitória militar”. Mas tal vitória não ensejou em um ganho real nas aspirações do “ocidente”. Nasser manteve o canal sob poder egípcio, o que elevou o moral nacionalista árabe, bem como o sentimento anti-imperialista na região. Israel ganhava naquele momento um novo problema (Hinchcliffe; Milton-Edwards, 2007).

A visão que o mundo árabe possuía de Israel como um defensor dos interesses ocidentais no Oriente Médio ficou ainda mais forte após os conflitos no Suez e as animosidades entre as nações se elevaram. Embora a retirada israelense do Sinai em março de 1957 tenha sido motivada pela pressão dos EUA, União Soviética e da ONU, o envolvimento de Israel em Suez foi considerado pelo governo como parte da estratégia de segurança interna do país e vendido como tal para o povo israelense (Hinchcliffe; Milton-Edwards, 2007). Cláudio Camargo complementa que a pressão do governo norte-americano foi motivada por um temor a uma represália soviética na região e o agravamento do impasse na Guerra Fria. Com a retirada dos três países da região do Canal, a aliança entre ex-URSS e Egito foi ainda mais fortalecida (Camargo, 2008).

Para Peter Hinchcliffe e Beverley Milton-Edwards, a guerra de 1967 era inevitável, pois o imbróglio entre árabes e israelenses perdurava e o nacionalismo árabe autoconfiante encontrava seu auge. A humilhação militar sofrida por Nasser em 1956 marcou o presidente egípcio e certamente influenciou as decisões que culminaram com a guerra de 1967 (Guerra dos Seis Dias). Na véspera da guerra, o número total de tropas árabes era mais de duas vezes maior do que o de Israel. Sua força combinada contava com três vezes mais tanques e aeronaves. Porém, em seis dias, a coligação árabe foi derrotada pela FDI, que se valeu de um ataque surpresa para se antecipar aos inimigos (Hinchcliffe; Milton-Edwards, 2007).

Pelo lado árabe, a preparação para a guerra foi marcada pela retórica imprudente sobre as proezas militares do "povo árabe" e sua capacidade de derrotar de vez os israelenses e reconquistar a Palestina. Hinchcliffe e Milton-Edwards (2007) destacam que o Egito de Nasser figurava como o mais ansioso e autoconfiante da coligação, tendo, inclusive, influenciado bastante os líderes sírios e jordanianos, que influenciados por tamanha confiança, foram arrastados para a guerra. Nasser, determinado a fazer história e se firmar como líder indiscutível do mundo árabe, utilizou o discurso de libertação da Palestina como sua missão sagrada. Mas ao mesmo tempo, seu governo oprimia a população palestina administrada pelo Egito em Gaza e a comunidade de refugiados no Egito, prendendo milhares deles durante sua presidência (Hinchcliffe; Milton-Edwards, 2007).

A Guerra dos Seis Dias ocorreu entre 5 e 11 de junho de 1967. No sábado, 10 de junho, o exército israelense ocupou a Península do Sinai, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia (incluindo Jerusalém Oriental e a Cidade Velha) e as Colinas de Golã, o que fez com que seu território aumentasse em seis vezes e trouxe enormes implicações logísticas, militares e políticas para o governo israelense (Hinchcliffe; Milton-Edwards, 2007).

Israel superou as probabilidades e prevaleceu militarmente. A campanha militar meticulosamente planejada pelo Ministério da Defesa do recém-empossado ministro Moshe Dayan consistiu em tomar a iniciativa, lançando a guerra antes que os árabes pudessem fazê-lo. Os israelenses, valendo-se da surpresa, dominaram primeiro o espaço aéreo e depois o território inimigo (Hinchcliffe; Milton-Edwards, 2007). Após a guerra, Israel se firmou como potência militar pujante no Oriente Médio. De igual modo, Israel havia passado ao *status* de Estado ocupante. A ONU teve papel tímido durante as hostilidades, mas aprovou a Resolução 242³⁸ do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em novembro de 1967, após cinco meses de negociação, exigindo a retirada das forças israelenses dos territórios ocupados (o que não ocorreu) em troca de um cessar-fogo, o reconhecimento de todos os estados da região, a liberdade de navegação no Canal de Suez e no Golfo de Aqaba e a criação de zonas desmilitarizadas (Hinchcliffe; Milton-Edwards, 2007).

Nas décadas seguintes à vitória israelense sobre a coligação árabe formada por Egito, Síria, Jordânia e Iraque na Guerra dos Seis Dias, o governo de Israel iniciou uma aproximação com a Jordânia. Para Camargo (2008), o diálogo foi influenciado pela experiência traumática do Rei Hussein (1935-1999) durante a Guerra dos Seis Dias e a forma como Israel o ajudou a resistir aos ataques palestinos (mais precisamente de organizações guerrilheiras da OLP) e sírios iniciados em setembro de 1970 e que se estenderam até julho de 1971, conhecidos como Setembro Negro.

³⁸ A Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU, adotada em 22/11/1967, por unanimidade, representou um fio de esperança no processo de paz no Oriente Médio. As mais importantes resoluções aprovadas posteriormente pelo CSNU sobre o tema fazem referência e, por vezes, reafirmam a decisão de 1967, que enuncia os princípios para a construção da paz e lista obstáculos que devem ser superados para pôr fim aos atritos na região (Neff, 1994).

4.2 Da revolução de Nasser e o nacionalismo árabe à ascensão de Sadat

Desde o golpe de Nasser em 1952 até sua morte em 1970, o Egito se transformou consideravelmente. Sua população aumentou em 54%, passando de cerca de 21 milhões para cerca de 33 milhões. Houve também uma expansão na educação e, em 1970, havia cerca de três vezes o número de alunos nas escolas primárias do Egito e mais de três vezes alunos matriculados em suas universidades. Mas a economia crescia em um ritmo lento e as expectativas de emprego eram baixas. Uma estratégia duvidosa utilizada pelo governo envolvia o inchaço da máquina pública, que fez com que o serviço público crescesse de 325.000 empregados em 1952 para 1,2 milhões em 1970 (Beattie; El-Meehy, 2001).

Cairo era uma cidade criada para acomodar as necessidades de três milhões, mas abrigava quase três vezes esse número, muitos destes expulsos de suas residências nas cidades ao longo do Canal de Suez devido à ocupação israelense da península do Sinai e combates esporádicos ao longo do canal na Guerra de Atrito de 1968-1970. Havia escassez de moradias e a maioria dos serviços básicos estava à beira de um colapso. Como se isso não bastasse, ainda havia uma guerra a ser travada para libertar a península do Sinai e restaurar o orgulho nacional do Egito. O esforço de guerra estava custando ao estado cerca de 1,5 bilhões de dólares em gastos militares anuais. A ideia de uma guerra pela paz perdurava e isso diminuía as perspectivas de desenvolvimento socioeconômico do Egito naquele momento em que os gastos com a guerra superaram em mais de duas vezes a soma das exportações totais do Egito (Beattie; El-Meehy, 2001).

Em 28 de setembro de 1970, como citam Beattie e El-Meehy (2001), após longos e insistentes esforços para pôr fim aos combates entre as forças jordanianas e os guerrilheiros palestinos, Gamal 'Abd al-Nasser, morreu vítima de um ataque cardíaco. Seu funeral faraônico, com poucos similares na história contemporânea, evidenciou o impacto de sua carreira política para seu país (Beattie; El-Meehy, 2001). Seu vice-presidente (e sucessor no poder) iniciava um mandato sob a sombra de uma das figuras mais carismáticas da história para seu povo.

Anwar al Sadat, o sucessor e vice-presidente do falecido Nasser assumiu uma economia em péssimas condições e as dificuldades decorrentes da guerra de 1967,

incluindo as altas despesas da Guerra de Atrito, oneravam o Estado. Sadat se dedicou menos ao nacionalismo pan-árabe do que Nasser, mas estava igualmente interessado em negociar um acordo de paz com Israel e recuperar o território perdido para os israelenses. Sob pressão dos EUA e do Departamento de Estado, o diplomata sueco Gunnar Jarring retomou suas tratativas para viabilizar um acordo de paz entre Egito e Israel (Harms; Ferry, 2017).

Em 1971, o Egito e a Jordânia estavam dispostos a assinar tratados de paz com Israel com base na retirada de tropas prevista na Resolução 242 da ONU. Além da missão de Jarring, Sadat, em fevereiro de 1971, estendeu uma iniciativa de paz própria na direção de Israel, com algumas concessões em troca da retirada de Israel de seus territórios. Mas Israel da primeira-ministra Golda Meir, mesmo com a insistência dos EUA e da ONU, não cedeu na questão da retirada e uma grande oportunidade de estabelecimento da paz foi desperdiçada (Harms; Ferry, 2017).

Em resumo, pôde-se perceber que a condição de tensão no Oriente Médio, decorrente do surgimento do Estado de Israel, encontrava-se longe de sua estabilização. Pontua-se o apoio dos EUA a Israel, mas com notável interesse em diminuir a influência da ex-URSS sobre os países árabes na região. Divergências ideológicas, religiosas, disputas territoriais, alianças, assimetrias de poder militar regional, exploração de recursos e aspectos culturais, são fatores que influenciaram o nível de tensão na região e foram manifestados com maior veemência mais tarde, em 1973 (Camargo, 2008).

Em 1973 os egípcios viviam um dilema, pois a paz determinada representada pela manutenção do *status quo* só interessava aos israelenses e a situação se tornava insustentável. As Colinas de Golã e o Canal de Suez tornaram-se alvos simbólicos e militares de Sadat. Os territórios de Gaza e Sinai que levam ao Canal de Suez foram tomados do Egito pelas tropas israelenses durante a Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967. Seis anos depois, cansados de esperar por medidas diplomáticas, os líderes egípcios decidiram tentar uma última cartada para forçar Israel a ceder de volta os territórios ocupados e a decisão de retomar a terra à força foi inevitável (Wagner, 2007).

Na também conhecida como Guerra do Ramadã, os árabes tentaram, pela 4ª vez, subjugar Israel em um esforço de guerra. Em um sábado, seis de outubro, data

em que na tradição judaica se comemora o “Dia do Perdão” (do hebraico: *Yom Kippur*), os egípcios romperam a linha defensiva israelense no Sinai (linha Bar-lev) e transpuseram o Canal de Suez. Ao Norte, nas colinas de Golan, o ataque integrado contou com os sírios, apoiados por unidades jordanianas e iraquianas. A ofensiva árabe fora bem planejada e ensaiada. De acordo com Alessandro Visacro (2009), seus objetivos eram compatíveis com as possibilidades dos atacantes e as FDI foram surpreendidas por desconsiderar o perigo que os exércitos árabes representavam. Graças ao apoio bélico fornecido pelos soviéticos, as tropas empenhadas estavam bem treinadas e bem equipadas. Os sistemas de armas antiaéreas e anticarro soviéticos foram preponderantes (Visacro, 2009).

Kamrava (2013) descreve a operação como uma blitz brilhantemente coordenada e executada. As forças sírias e egípcias atacaram às 14 horas e, poucas horas depois, haviam tomado posições defensivas israelenses no Golã e na margem leste do Suez, respectivamente. No Sinai, o ataque contou com cerca de setecentos tanques egípcios. Ao cair da noite do mesmo dia, os egípcios tinham rompido a fortificação defensiva israelense conhecida como Linha Bar-Lev — nomeada em homenagem ao seu criador, o Tenente-General Chaim Bar-Lev. Centenas de soldados e unidades de artilharia egípcias foram transportadas para a margem leste do Suez, graças à tecnologia de construção de pontes Soviética e à sua própria engenhosidade e determinação. As perdas de Israel na frente síria foram mais preocupantes, pois todas as Colinas de Golã haviam sido recapturadas pelas forças sírias ao final do primeiro dia de combate e a força aérea israelense perdeu cerca de quarenta aeronaves nos primeiros dias do conflito. Nem o contra-ataque israelense no Sinai, que resultou em uma das maiores batalhas de tanques desde a Segunda Guerra Mundial, foi suficiente para expulsar os egípcios do Suez e nos primeiros três dias de guerra, as forças sírias e egípcias davam sinais claros de vitória (Kamrava, 2013).

Ao contrário de uma guerra total, com o propósito de aniquilamento de Israel, os egípcios optaram por uma guerra de objetivo limitado, que seria, principalmente, reconquistar os territórios perdidos em 1967. Para esse propósito, o plano consistia em “irromper as defesas inimigas, estabelecer uma cabeça de ponte, protegida por um guarda-chuva de artilharia antiaérea e armas anticarro, atraindo sucessivos

contra-ataques israelenses, que seriam derrotados em uma guerra de posição” (Visacro, 2009, p. 198).

Depois dos revezes iniciais, os israelenses reverteram o quadro tático que lhes era desfavorável ao norte em Golan – sua frente principal. Com as portas de Damasco escancaradas, os sírios pediram socorro aos egípcios, que foram obrigados a abandonar seu plano original em prol de um novo e mal sucedido ataque na frente sul. Na tarde do dia 15 de outubro, os israelenses lançaram uma contraofensiva, transpondo o canal e cercando o 3º Exército egípcio. Diante da perspectiva de uma derrota militar, as diplomacias norte-americanas e soviéticas intervieram, exercendo vigorosa pressão sobre Telavive, e interromperam os avanços israelenses nas duas frentes. No dia 22 daquele mesmo mês, um novo cessar-fogo finalizou o conflito (Visacro, 2009).

Kamrava (2013) destaca que dois fatores contribuíram para o sucesso inicial dos árabes na guerra do *Yom Kippur*: um processo de profissionalização dos exércitos egípcio e sírio nos anos que se seguiram à Guerra de 1967 e o excesso de confiança dos israelenses, que subestimavam as capacidades militares árabes. Os israelenses também não acreditavam que os árabes atacariam em pleno Ramadã, quando os muçulmanos observantes jejuam, ainda mais na luz do dia, motivo pelo qual apenas uma pequena força defendia a Linha Bar-Lev no dia sagrado. Os israelenses também não estavam preparados para os novos equipamentos dos egípcios, como lançadores de foguetes carregados em pequenas malas, bombas d'água de alta potência contra muros defensivos e escadas leves para transposição de muros (Kamrava, 2013).

Os Estados Unidos rapidamente socorreram seu aliado com o envio massivo de equipamentos militares e suprimentos para Israel. Tanques e aeronaves foram enviados às pressas a partir de porta-aviões pertencentes a Sexta e Sétima Frota dos EUA, alguns diretamente de bases militares nos Estados Unidos, destinados à defesa direta do país, e o equipamento foi colocado em uso imediatamente após a entrega (Kamrava, 2013).

Na terceira semana de outubro, a posição árabe havia se tornado insustentável, já que os sírios haviam sido expulsos do Golã novamente e sua economia apresentava sinais de fraqueza devido à campanha de Israel. A única refinaria de petróleo da Síria foi incendiada por jatos israelenses e os portos de

Banisa, Tartus e Latakia foram gravemente danificados. Enquanto isso, no Sinai, o contra-ataque israelense cercou o Terceiro Exército Egípcio. O Secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, voando de uma capital para outra em busca de um acordo de cessar-fogo teve papel preponderante nas negociações de paz e, em 22 de outubro, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou a Resolução 338, solicitando a cessação imediata das hostilidades, a implementação da Resolução 242 de 1967 e o início das negociações de paz. Egito e Síria concordaram prontamente com a resolução, mas Israel, inicialmente, não. As hostilidades foram cessadas após a aprovação de uma nova resolução em 23 de outubro (Kamrava, 2013).

Kamrava (2013) destaca que, em termos militares e territoriais, a Guerra de 1973, diferentemente do conflito de 1967, não resultou na transferência de grandes parcelas de terra ou na vitória decisiva de um lado sobre o outro. Contudo, o autor pondera que a guerra gerou consequências profundas para as partes envolvidas no conflito. Os desdobramentos da guerra originaram ramificações regionais e internacionais mais amplas. Egito e Israel foram os mais profundamente afetados, mas também a OLP e o mundo árabe em geral. Para os egípcios, o sentimento foi de vitória e isso afetou a política e a moral do país, como cita Kamrava (2013):

As consequências da Guerra de 1973 parecem ter sido maiores para a vida e a política do Egito. A Guerra do Ramadã foi a guerra de Sadat, concebida, coordenada e executada sob sua liderança. Ao levar as Forças de Defesa Israelenses à beira da derrota, Sadat fez o que Nasser tentou, mas falhou miseravelmente em realizar. Sadat agora acalmou os céticos, e o fez com autoridade. De pé logo após a guerra, Sadat declarou: “As forças armadas árabes realizaram um milagre na Guerra do Ramadã, a julgar por qualquer medida militar. O mundo árabe pode ter a certeza de que agora tem tanto um escudo quanto uma espada.” De fato, como três generais egípcios escreveram triunfantemente mais tarde em A Guerra do Ramadã, os mitos gêmeos da invencibilidade israelense e da incompetência árabe foram ambos destruídos. Afinal, Israel, que havia obliterado tão decisivamente as forças aéreas árabes em terra em 1967, havia perdido um total de 115 aeronaves. Israel pode não ter sido derrotado, mas, para os egípcios, a vitória era deles. Um novo faraó havia emergido, um homem que finalmente havia acabado com a vergonha e a humilhação coletivas dos árabes. Sadat agora podia adicionar um novo apelido ao seu nome: “O Herói da Travessia” (Kamrava, 2013, p. 131, tradução nossa³⁹).

³⁹ The consequences of the 1973 War appear to have been greatest for the life and politics of Egypt. The Ramadan War was Sadat's war, conceived, coordinated, and carried out under his leadership. By bringing the Israeli Defense Forces to the verge of defeat, Sadat had done what Nasser had tried but had miserably failed to accomplish. Sadat had now quieted the skeptics, and had done so with authority. Standing tall shortly after the war, Sadat declared, “The Arab armed forces performed a miracle in the

Além disso, o petróleo e sua flutuação em virtude da guerra entraram de vez na política econômica internacional, regional e mundial. O resultado da guerra influenciou bastante a diplomacia de Sadat, que, orgulhoso de seu feito, assumiu o papel de novo porta-voz do mundo árabe e passou a buscar uma diplomacia solo com base no que considerava prudente para o Egito e para os demais Estados árabes, o que gerou um isolamento do Egito do resto do mundo árabe. Essa ruptura teve início em 1974, logo após Kissinger negociar um acordo de desligamento, primeiro entre Egito e Israel e depois entre Israel e Síria. O primeiro acordo de desligamento egípcio-israelense ficou conhecido como Sinai I. Depois, com a assinatura do Sinai II em 1975, no qual o Egito optou por firmar um acordo em separado com Israel, em vez de esperar por um acordo de paz que abrangesse outras partes árabes, incluindo os palestinos (Kamrava, 2013).

A Guerra do *Yom Kippur* deixou claro que, mesmo que os árabes pudessem realizar ataques eficazes e infringir duros danos ao inimigo, como o fizeram, Israel e seu patrocínio americano não poderiam ser derrotados na frente de batalha. A única maneira de recuperar o Sinai seria negociar com Israel e com o apoio americano. Essa aproximação para negociação com Israel acabou gerando um rompimento do Egito com o resto do mundo árabe (Kamrava, 2013).

A guerra também teve consequências profundas para a política israelense, como cita Kamrava (2013). O grande sucesso inicial da ofensiva síria e a facilidade com que a Linha Bar-Lev havia caído para os egípcios deixou claro para muitos israelenses a vulnerabilidade inerente de Israel como Estado soberano. Além disso, assim como ocorreu no Egito e na Síria após 1967, a Guerra de 1973 desencadeou um processo nacional de autoanálise. Muitos israelenses começaram a repensar suas prioridades, tanto em relação aos seus líderes políticos quanto aos palestinos nos territórios ocupados. No que diz respeito aos líderes políticos, a velha geração foi substituída gradualmente por uma geração mais jovem de líderes, representada pelo

Ramadan War as judged by any military measure. The Arab world can rest assured that it has now both a shield and a sword." Indeed, as three Egyptian generals later wrote triumphantly in *The Ramadan War*, the twin myths of Israeli invincibility and Arab incompetence were both shattered. After all, Israel, which had so decisively obliterated the Arab air forces on the ground in 1967, had now lost a total of 115 aircraft. Israel might not have been defeated, but as far as the Egyptians were concerned victory was theirs. A new pharaoh had emerged, a man who had finally ended the Arabs' collective shame and humiliation. Sadat could now add a new moniker to his name: "The Hero of the Crossing".

Primeiro-Ministro Yitzhak Rabin e pelo Ministro da Defesa Shimon Peres (Kamrava, 2013).

Em uma estratégia mais ampla para lidar com a Síria, Israel assinou os tratados do Sinai I e II com o Egito. Uma paz com o Egito neutralizaria militarmente o aliado mais forte da Síria e o Primeiro-Ministro Rabin também acreditava que a segurança de Israel seria mais bem atendida pela renúncia ao controle sobre os Territórios Ocupados. Os acordos foram assinados anos depois, pois o Primeiro-Ministro não estava disposto a se envolver nas negociações necessárias à sombra da Guerra de 1973, sob o receio de que os árabes interpretassem isso como um sinal de fraqueza israelense. Apenas duas décadas após a Guerra de 1973, Rabin negociou com a OLP o *status* da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, em 1993 (Kamrava, 2013).

Outro desdobramento da guerra nas relações árabe-israelenses foi o endurecimento da postura dos palestinos que viviam sob ocupação israelense na Faixa de Gaza e na Cisjordânia. Uma maior confiança e senso de identidade substituíram o clima de resignação e desespero após 1967, causando um aumento gradual da resistência passiva, e às vezes até ativa, às autoridades israelenses após a guerra. Em agosto de 1973, o estabelecimento de uma Frente Nacional Palestina, destinada a atuar como elo entre a OLP e as “forças nacionais” na Cisjordânia e em Gaza reforçou essa tendência. A dura resposta israelense alimentou, por sua vez, o ciclo vicioso de violência que, em meados da década de 1970, já caracterizava o movimento palestino (Kamrava, 2013).

Kamrava (2013) entende que a Guerra de 1973 em si foi inconclusiva e sem vencedores claros. Mas ressalta que o conflito resultou em uma importante vitória psicológica para os árabes, que reverteram o derrotismo pós 1967. Após a Guerra do *Yom Kippur*, o sentimento de medo e desconfiança era mútuo, um respeito relutante pelo oponente em ambos os lados, baseado na percepção de que o inimigo era de fato capaz de infligir ferimentos graves em quaisquer conflitos futuros. O impasse militar que se seguiu tencionou bastante as relações árabe-israelenses, com Israel apertando o cerco aos territórios ocupados, os sírios se recusando a reconhecer Israel enquanto não desocuparem as Colinas de Golã e os egípcios recuperando sozinhos o Sinai por meio de negociações (Kamrava, 2013).

4.3 A estratégia egípcia para utilização da guerra como extensão de sua política

O Egito saiu da Guerra dos Seis Dias com uma sensação de fracasso absoluto. O sistema de comando e controle da batalha ficou arruinado. Clausewitz teria atribuído parte do fracasso egípcio à "névoa da guerra": uma expressão para descrever a incerteza e a confusão que os comandantes enfrentam no campo de batalha. Representa as informações incompletas e a imprevisibilidade que desafiam a tomada de decisão. À medida que a Guerra de Atrito - e especialmente a Guerra do *Yom Kippur* - se aproximava, o alto comando militar egípcio trabalhou incansavelmente para simplificar a cadeia de comando e eliminar pontos de conexão sobrepostos e desnecessários (Asher, 2009).

A estratégia de desorientação egípcia adotada em janeiro de 1973 foi baseada no conceito soviético de *maskirovka*: uma conquista surpresa nos níveis estratégico, operacional e tático a partir da dissimulação ampla e em diversos níveis. No centro do plano egípcio estava a tentativa de convencer os israelenses de que as informações relativas às preparações militares estavam ligadas ao *Tahrir-41*, um grande exercício militar de rotina, realizado duas vezes por ano, desde 1968. Para que o plano fosse bem sucedido, foram utilizadas medidas passivas e ativas (Bar-Joseph, 2005).

Uma medida passiva comumente utilizada pelo Egito foi a compartimentação. Os comandantes do Segundo e Terceiro Exércitos egípcios souberam que o *Tahrir-41* não passava de uma cobertura para a verdadeira guerra apenas em 1º de outubro, data em que o exercício começou. Seus comandantes de divisão souberam em três de outubro, os comandantes de brigada um dia depois e assim sucessivamente. Os sírios também adotaram as mesmas medidas de compartimentação de informações (Bar-Joseph, 2005). No início de outubro, Sadat e Assad informaram a Moscou que a guerra começaria em breve. O dia D preciso e a hora H foram entregues ao embaixador soviético em Damasco em 4 de outubro, fato que acarretou uma evacuação em emergência de soviéticos e familiares do Egito e da Síria, como explica Bar-Joseph (2005).

A estratégia ativa utilizada para convencer Israel de que os preparativos militares do Egito eram para um exercício foi utilizada entregando três tipos principais

de mensagens falsas aos israelenses. O primeiro tipo visava a anular os indicadores de alerta antecipado, ressaltando o efeito da “síndrome do lobo chorão” de Sadat e diminuindo a percepção dos israelenses sobre uma guerra iminente. Dessa categoria podem ser destacados os exercícios Tahrir e exercícios de mobilização e desmobilização reservistas (Bar-Joseph, 2005).

A segunda categoria de mensagens envolvia a utilização da mídia internacional e local para divulgar mensagens, como: o término do exercício *Tahrir-41* em sete de outubro e a desmobilização de 20.000 soldados da reserva. A terceira categoria de mensagens envolvia informações que retratavam seu exército como despreparado para a guerra, fortalecendo a estimativa israelense dominante de que o Egito não se via com capacidade de vencer uma guerra (Bar-Joseph, 2005).

O plano egípcio consistia em “irromper as defesas inimigas, estabelecer uma cabeça de ponte, protegida por um guarda-chuva de artilharia antiaérea e armas anticarro, atraindo sucessivos contra-ataques israelenses, que seriam derrotados em uma guerra de posição” (Visacro, 2009, p. 198). Mas como cita Diniz (2002), uma campanha de ataque ou de invasão a território estrangeiro exige mais daquele que luta para quebrar o *status quo* do que daquele que defende seu território. O ataque precisava ser coordenado e muito bem preparado. Os egípcios usaram o período de três anos entre o acordo de cessar-fogo⁴⁰ na Guerra de Atrito (1970) para preparar seu exército para a campanha principal, em outubro de 1973.

De acordo com fontes egípcias, as lições aprendidas com a Guerra de Atrito tiveram uma influência crucial nos preparativos e planejamento da Guerra do Yom Kippur. Foi também uma prova da resistência, determinação e dedicação do Egito ao objetivo de libertar a terra ocupada. Os resultados positivos da guerra trouxeram enormes benefícios de longo prazo para o Egito e serviram como campo de treinamento para a Guerra de Outubro (Asher, 2009). As perdas foram pesadas por todos os lados e, embora Israel tenha obtido uma vitória militar técnica, o choque da guerra foi significativo, principalmente porque suposições há muito sustentadas foram

⁴⁰ Um cessar-fogo de noventa dias foi anunciado em 7 de agosto de 1970. Este cessar-fogo permaneceria em vigor por mais de três anos até a eclosão da Guerra do Yom Kippur (Asher, 2009, p. 32).

questionadas e o descontentamento popular subindo a níveis sem precedentes na história de Israel (Harms; Ferry, 2017).

Israel demitiu vários altos funcionários dos departamentos militar e de inteligência após uma comissão interna de inquérito - a Comissão *Agranat* - investigar as falhas que possibilitaram um ataque árabe bem sucedido. Na primavera de 1974, Golda Meir e Moshe Dayan anunciaram suas renúncias. Pelo lado do Egito, Sadat obteve uma vitória psicológica e política. Seu plano de chamar a atenção internacional para suas preocupações territoriais funcionou e, embora isso tenha lhe custado muito em termos militares (como foi para Israel), ele elevou a moral há muito abalada de seu país, além de obter respeito em particular. Após a guerra, os Estados Unidos permaneceram como o único ator externo de poder na região e fortaleceu suas relações com o Egito, o principal cliente de Moscou no Oriente Médio (Harms; Ferry, 2017).

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Na presente seção serão discutidos, com base nos aspectos metodológicos propostos e na ancoragem teórica apresentada, os resultados alcançados na pesquisa. Com base no rastreamento de processos, será apontado o mecanismo causal que relaciona os eventos na busca da confirmação da hipótese. Será considerada a estrutura e conjuntura dos fatos comparados, como explicou Fonseca Júnior (1998). Também serão interpretados e analisados os dados criticamente, conectando-os ao corpo de conhecimento apresentado nos capítulos anteriores. Após a discussão dos resultados, retomaremos os objetivos do trabalho e apresentaremos as conclusões sobre a hipótese na qual a pesquisa se ancorou. Por fim, serão apresentadas as considerações finais, sem que o assunto seja finalizado ou superado, pois a pesquisa pode indicar direções para outros pesquisadores iniciarem a partir daqui.

5.1 Estrutura e conjuntura na análise comparada entre a Guerra do *Yom Kippur* e a Operação Tempestade de *Al-Aqsa*

5.1.1 Análise das semelhanças estruturais e conjunturais entre a Guerra do Yom Kippur e a Operação Tempestade de Al-Aqsa

Em 1973, Egito e a Síria buscavam restaurar a honra nacional e recuperar os territórios perdidos em 1967. Israel havia obtido ampla vitória na Guerra dos Seis Dias, ocupando territórios estratégicos do Egito (Península do Sinai e Faixa de Gaza), da Síria (Colinas de Golã) e da Jordânia (Cisjordânia e Jerusalém Oriental). O cenário apontava para um impasse diplomático e as negociações de paz para a devolução dos territórios ocupados não avançavam. Foi então que Anwar al Sadat tomou a decisão crucial de utilizar as forças armadas em uma operação projetada, de acordo com Asher (2009), exclusivamente para forçar a negociação de um entrave diplomático. Para o autor, uma guerra com objetivos limitados impediria que uma

distensão cristalizasse e serviria aos interesses egípcios sem ter que levar em consideração os objetivos árabes. Mas Sadat decidiu embarcar em um novo curso de ação quando ordenou que as Forças Armadas lançassem uma "guerra total de dimensões limitadas". Ou seja, uma guerra sem limite de intensidade sobre uma área limitada, que restauraria o controle egípcio sobre o lado leste do Canal de Suez, forçando os israelenses a lidarem com o choque de sua própria falibilidade, descongelar o impasse diplomático e empurrar os dois lados para a mesa de negociações (Asher, 2009).

Em 2023, a Faixa de Gaza estava sob um rigoroso bloqueio terrestre, marítimo e aéreo imposto por Israel e Egito desde 2007, após a ascensão e controle pelo Hamas da Faixa de Gaza. Isso resultou em uma severa crise humanitária, altos níveis de desemprego e dependência de ajuda externa. A ocupação israelense da Cisjordânia, a expansão contínua de assentamentos e a violência de colonos (com o apoio de setores do governo israelense) eram fontes crescentes de tensão e frustração palestina. Para piorar, a Mesquita de *Al-Aqsa*, um local sagrado tanto para muçulmanos quanto para judeus (Monte do Templo), era frequentemente palco de confrontos, especialmente devido a incursões de grupos judeus e ações da polícia israelense contra fiéis palestinos.

Os objetivos do Hamas com os ataques eram estratégicos e de visibilidade, mais do que uma conquista militar convencional motivada por conquistas puramente territoriais. Incluía quebrar o bloqueio de Gaza, recolocar a "questão palestina" no centro da agenda internacional e regional, e responder a questões específicas como a tensão na Mesquita de *Al-Aqsa* e a situação dos prisioneiros palestinos. Os objetivos do Egito também não eram puramente territoriais. Sadat defendia o orgulho e a volta da confiança de todo o povo árabe em 1973. A inaceitabilidade do *status quo* motivou tanto o Egito quanto o Hamas a tentarem forçar um novo ciclo diplomático para alterar a dinâmica de poder.

Outra semelhança conjuntural se refere ao elemento surpresa e à falha do serviço de inteligência. Ambos os eventos foram marcados por erros graves da inteligência israelense. Em 1973, a liderança militar estava complacente e não acreditava que os árabes iriam atacar. Em 2023, a crença na eficácia da tecnologia de vigilância e da cerca de segurança de Gaza levou a uma subestimação das

capacidades do Hamas. Em ambos os casos, a surpresa foi uma vantagem tática crucial para os árabes, principalmente, porque eles foram oportunistas e aproveitaram os feriados para atacar. Ambos os ataques foram lançados em feriados religiosos judaicos. A Guerra do *Yom Kippur* começou no Dia do Perdão, o dia mais sagrado do judaísmo e a Operação Tempestade de *Al-Aqsa* começou durante o feriado de *Simchat Torá*. Esta escolha de datas oportunas amplificou o elemento surpresa e a eficácia do ataque, pois as FDI provavelmente estariam em menor alerta.

Magalhães (2024) faz uma reflexão que chama a atenção e vai ao encontro do simbolismo que envolve a data da operação do Hamas e que foi mencionado no trabalho:

Não teria o Dilúvio de Al Aqsa sido orquestrado para o dia 6 de outubro de 2023, data exata do aniversário de 50 anos da Guerra do Yom Kippur (iniciada em 6 de outubro de 1973) e isso esteja sendo ignorado pelos analistas internacionais e abordado simplesmente pela data de propagação e/ou divulgação como 7 de outubro, desconsiderando a história e narrativa árabe? Não deveríamos pensar, ao menos, no caráter simbólico desta data? Não se trata de um rigor desmedido ou um preciosismo em função da diferença de apenas um dia, e sim de um secular processo de apagamento das histórias e vivências do povo palestino, por parte do ocidente (Magalhães, 2024).

O colunista Martin Indyk (2023), da *Foreign Affairs*, afirma que a data dos ataques de 2023 não se trata de uma coincidência. Para os árabes, a Guerra do *Yom Kippur* foi vista como uma vitória. Egito e Síria conseguiram surpreender as FDI a ponto de muitos israelenses pensarem que aquele seria o fim de Israel. Para o Hamas, mostrar, 50 anos depois, que pode fazer a mesma coisa é um enorme impulso para sua posição no mundo árabe. A mesma arrogância de 1973 se manifestou nos últimos anos, mesmo com muitos avisos aos israelenses de que a situação com os palestinos era insustentável. Eles achavam que o problema estava sob controle. Mas as suas suposições foram por água abaixo, assim como em 1973 (Indyk, 2023).

A data dos ataques do Hamas contra Israel que iniciaram a guerra atual, exatamente no dia seguinte ao aniversário de 50 anos da invasão egípcia que deu início à Guerra do *Yom Kippur* é emblemática. Não há confirmações oficiais sobre a intencionalidade envolvendo a similaridade das datas, mas a coincidência é, no

mínimo, curiosa. Ainda assim, as datas são apenas detalhes perto das evidências de intenções políticas semelhantes para ambos os casos. Nos dois contextos, uma vitória total contra Israel seria difícil de obter, mas uma vitória tática limitada poderia reacender a discussão e forçar uma negociação capaz de trazer ganhos políticos para o Hamas, como ocorreu com o Egito em 1973.

5.1.2 Análise das dissemelhanças estruturais e conjunturais entre a Guerra do Yom Kippur e a Operação Tempestade de Al-Aqsa

A dissemelhança mais marcante na análise da estrutura e conjuntura internacional dos dois eventos comparados faz menção à natureza dos atores envolvidos. A Guerra do Yom Kippur foi um conflito convencional, predominantemente, entre Estados-nação. Egito e Síria, como Estados soberanos, lançaram um ataque militar coordenado contra Israel, outro Estado soberano e seus exércitos regulares foram os principais combatentes em ambos os lados. Até mesmo em virtude disto, a guerra não gerou um grande número de baixas civis. Diferentemente, a Operação Tempestade de Al-Aqsa foi iniciada por um ator não-estatal, o Hamas, contra um Estado (Israel).

Há uma diferença entre a natureza propriamente dita dos confrontos no campo de batalha. A guerra travada pelo Hamas é híbrida e assimétrica, combinando táticas de guerrilha e terrorismo com o lançamento de foguetes no enfrentamento de um exército estatal altamente preparado e tecnológico. A guerra travada por Egito e Síria, embora assimétrica pela diferença de poderio e pelo uso de estratégias táticas como a surpresa, pode ser classificada por uma guerra convencional, travada por infantarias, artilharias e etc. Os alvos dos árabes em 1973 eram militares, ao passo que o Hamas em 2023 optou por um ataque predominantemente contra alvos civis.

Zahreddine, Lasmar e Teixeira (2025) destacam a diferença entre a letalidade contra civis provenientes de ambos os ataques. Diferentemente do Egito de Sadat, que desencadeou a operação com a utilização de seu exército regular e contra alvos militares, o Hamas visou também aos alvos civis em seus ataques contra Israel:

Quando o Hamas escolheu o dia 7 de outubro de 2023 para iniciar um ataque contra Israel, 50 anos após a Guerra do Yom Kippur, o grupo buscou objetivos estratégicos similares ao do Egito, que seria uma vitória tática limitada, para de certa forma reativar a atenção do mundo e da sociedade israelense sobre a questão palestina, em um momento de profunda transformação da ordem mundial. Porém, um elemento foi muito distinto da guerra de 1973. Enquanto na Guerra do Yom Kippur a morte de civis israelenses foi praticamente zero, nos ataques de outubro de 2023, a maior parte das vítimas eram civis, revelando o aspecto mais condenável da ação (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025, p. 113).

A estrutura do sistema internacional era bem diferente nas duas ocasiões, caracterizado por uma descontinuidade. A Guerra do *Yom Kippur* ocorreu em um contexto bipolar da Guerra Fria. As superpotências apoiavam lados opostos (EUA a Israel e URSS aos Estados árabes), e a escalada do conflito envolvia o risco de um confronto direto entre elas. A crise energética global (Crise do Petróleo) foi uma consequência direta desse alinhamento geopolítico.

A Operação Tempestade de *Al-Aqsa* ocorreu num contexto pós-Guerra Fria, caracterizado por um sistema multipolar e fragmentado. Embora o Irã e outros atores regionais como o Hezbollah sejam vistos como apoiantes do Hamas, não há o alinhamento definido de superpotências como em 1973. A resposta diplomática e militar é mais influenciada por considerações regionais e por um debate global sobre direitos humanos e a legitimidade das ações militares.

5.2 Process Tracing da Guerra do Yom Kippur e a Operação Tempestade de Al-Aqsa à luz da teoria de base

5.2.1 Comparação das guerras pela lente do realismo estrutural, realismo ofensivo e realismo neoclássico

Analisar a Guerra do *Yom Kippur* (1973) pela lente do realismo estrutural implica focar em como a estrutura do sistema internacional e a distribuição de poder

influenciaram o comportamento dos Estados envolvidos (Egito, Síria e Israel). O realismo estrutural argumenta que o principal motor das ações dos Estados é a busca por segurança num sistema internacional anárquico, onde não há uma autoridade central. Os Estados buscam garantir sua sobrevivência e a distribuição de capacidades (poder) molda suas estratégias.

A guerra de 1973, vista como um conflito dentro do contexto da estrutura bipolar da Guerra Fria, sob a ótica do realismo estrutural, pode ser interpretado como uma busca pelo equilíbrio do poder regional. A vitória de Israel em 1967 tinha alterado o equilíbrio de poder no Oriente Médio e o realismo estrutural sugere que, num sistema anárquico, a concentração excessiva de poder por um Estado (Israel, com o Sinai, Golã, Jerusalém Oriental e a Cisjordânia) tende a provocar uma coalizão de contrapeso por outros Estados para restaurar o equilíbrio. O ataque egípcio-sírio pode ser visto como uma tentativa de forçar essa reconfiguração de poder. A guerra foi uma manifestação direta da busca dos Estados por segurança. Para Egito e Síria, a derrota de 1967 e a ocupação territorial representavam uma ameaça existencial. Não apenas a segurança das suas fronteiras estava comprometida, mas a honra e a legitimidade dos seus regimes dependiam de uma resposta. O ataque de 1973 foi um ato extremo, mas típico do sistema anárquico, uma vez que a diplomacia não havia produzido resultados.

O realismo estrutural enfatiza a importância da distribuição das capacidades militares e econômicas dos Estados. Ao mesmo tempo em que Israel, com a sua superioridade militar comprovada em 1967 e o apoio dos EUA, tornou-se complacente e crente em sua própria invencibilidade, os árabes focaram no aumento de suas capacidades. Egito e Síria, com o apoio soviético, investiram pesadamente em novas tecnologias militares (mísseis, defesa antiaérea) para neutralizar a superioridade aérea e de blindados de Israel. Essa alteração na distribuição de capacidades regionais foi fundamental para o sucesso inicial da ofensiva árabe e para a surpresa de Israel.

Pela lente do realismo ofensivo de John Mearsheimer, pode-se entender que os Estados árabes e Israel em 1973 buscaram maximizar o seu poder relativo, pois acreditavam que essa era a única forma de garantir a sua sobrevivência num sistema anárquico. A guerra, nesse sentido, é um instrumento racional para obter mais poder.

Enquanto Israel buscava a manutenção de uma hegemonia regional, os árabes tentavam subverter essa ordem, visto que a derrota e a perda de território representavam uma ameaça direta à sua soberania e uma diminuição catastrófica do seu poder relativo.

Pela ótica do realismo ofensivo, a vitória de Israel na Guerra dos Seis Dias (1967) não foi apenas uma resposta defensiva, mas uma oportunidade para consolidar uma posição de poder hegemônico na região. A ocupação de territórios estratégicos (Sinai, Golã, Jerusalém Oriental e Cisjordânia) é vista como um movimento para aumentar a sua capacidade defensiva (barreiras geográficas) e poder militar, intimidando os seus vizinhos e, assim, garantindo a sua segurança em longo prazo. Israel atuou como o Estado mais poderoso na região e procurou manter essa superioridade.

O realismo ofensivo argumenta que a melhor forma de um Estado garantir a sua segurança é através da acumulação de poder ofensivo. A decisão do Egito de lançar um ataque surpresa coordenado com a Síria pode ser vista como a única escolha racional disponível. Pelo entendimento árabe, a diplomacia falhou, e a passividade apenas consolidou a hegemonia israelense. Um ataque surpresa bem-sucedido poderia alterar o equilíbrio de poder, obrigar Israel a negociar em termos mais favoráveis e recuperar a capacidade de se defender.

Para Mearsheimer, a paz não é o objetivo final. Um Estado em desvantagem de poder não aceitaria um acordo que consolide a superioridade do seu adversário. A recusa árabe de 1973 em reconhecer Israel e negociar sob os termos do pós-1967 pode ser interpretada como uma relutância em legitimar a hegemonia israelense. O único caminho plausível era o da força, para negociar a partir de uma posição de poder alterada.

As subseqüentes negociações diplomáticas pós Guerra do *Yom Kippur*, que resultaram nos Acordos de Camp David, podem ser interpretadas como parte de uma manobra estratégica. O Egito, ao recuperar o Sinai, alcançou o seu objetivo mínimo, melhorando a sua segurança e a moral de seu povo. Israel por sua vez, ao remover o Egito da coalizão árabe, assegurou a sua principal ameaça militar e isolou a Síria,

mantendo a sua hegemonia sobre a Faixa de Gaza e a Cisjordânia e consolidando a sua posição de poder geral na região.

Safdar (2024) concluiu em seu estudo que, a guerra travada entre Israel e Hamas, após 07 de outubro de 2023, intensificou a política regional, atraindo posteriormente o interesse dos demais estados árabes e das potências globais. Os estados árabes que vinham fazendo acordos de paz com Israel como parte da normalização ou reconciliação se viram envolvidos em um dilema pela escolha de lados. Da mesma forma, as potências globais possuem interesses que as levaram a se manifestarem e até a influenciar as decisões em nível internacional, como por meio do procedimento de votação das resoluções do CSNU. A guerra iniciada em 2023 pode também ser citada como resultado da estrutura anárquica que tem impulsionado o comportamento dos Estados. O realismo estrutural ajuda a explicar a aliança dos atores regionais e globais em um mundo multipolar emergente e dissecar a dinâmica da intensidade e duração da guerra (Safdar, 2024).

Como apresentado por Waltz, o realismo estrutural parte do princípio de que o sistema internacional não possui uma autoridade central acima dos Estados. Essa ausência de um governo a nível global obriga os Estados a priorizarem sua própria segurança e sobrevivência. No contexto do conflito Israel-Hamas, ambos agem em um ambiente sem uma autoridade superior que garanta sua segurança, o que os leva a tomarem medidas que julguem necessárias para sua autodefesa. Ações de Israel como o robusto investimento no moderno sistema de defesa antimíssil e o constante monitoramento da Faixa de Gaza e Cisjordânia, podem ser interpretadas pela lente neorrealista como tentativas de garantir sua segurança contra as ameaças do Hamas. Da mesma forma, as políticas de alianças do Hamas com Irã, Hezbollah e outros grupos e seu constante aparelhamento bélico, podem ser vistos como esforços para proteger seus interesses e resistir a uma ocupação que ameaça a segurança dos palestinos.

Devido a essa citada anarquia no cenário internacional, os Estados devem confiar em si mesmos para garantir sua segurança e sobrevivência, um conceito conhecido como autoajuda. Israel, em particular, adota uma política de segurança robusta, caracterizada por investimentos militares significativos e ações de autodefesa. O Hamas, por sua vez, também busca proteger seus interesses através

de meios próprios, destinando boa parte de seus recursos em gastos bélicos. Estes recursos são oriundos principalmente do Irã, ao passo que Israel se beneficia de uma parceria com os Estados Unidos para reforçar sua defesa.

A ausência de uma autoridade central efetiva para regular o conflito, combinada com a necessidade de autoajuda e preocupações de segurança, leva as partes a se engajarem em ações que, mesmo que sejam para a própria segurança, contribuem para uma escalada nas tensões e ocasionam mais violência. Embora as ações de ambas as partes possam ser vistas como irracionais por um ponto de vista externo, sob a ótica do realismo estrutural essas ações são racionais para cada um dos atores. Israel e o Hamas agem de acordo com seus próprios interesses de segurança e sobrevivência, ainda que isso resulte em custos humanos elevados e sofrimento mútuo.

A distribuição de poder enfatizada no realismo estrutural refere-se à forma como as capacidades materiais (militares, econômicas, tecnológicas) estão distribuídas entre os Estados no sistema internacional. Essa distribuição é considerada uma variável estrutural que afeta as decisões e interações dos Estados. No conflito Israel-Hamas, a disparidade de poder é evidente, com Israel possuindo um exército muito mais forte e bem equipado. Essa desigualdade influencia a forma como o conflito se desenrola com Israel frequentemente agindo com mais liberdade e capacidade militar. O Hamas, por sua vez, adota táticas de guerrilha para tentar equilibrar a balança e atingir seus objetivos, mesmo em uma guerra assimétrica. Os atores, buscando segurança, esforçam-se para equilibrar o poder entre si, seja através de alianças ou do aumento de suas próprias capacidades.

Como em toda relação de hostilidade entre povos vizinhos, a busca por segurança por um lado pode ser vista como uma ameaça pelo outro. O aumento da capacidade militar de Israel tende a ser percebido pelo Hamas como uma ameaça à sua sobrevivência, levando-o a reagir. Da mesma forma, as alianças e fortalecimento do Hamas sinalizam a Israel uma ameaça direta à sua segurança e geram determinadas reações. Waltz classifica essa interação como “dilema de segurança”, uma dinâmica comum em ambientes anárquicos, como o sistema internacional.

O realismo estrutural, como toda abordagem teórica, possui limitações na interpretação do conflito entre Israel e Hamas e nos objetivos propostos para o trabalho, pois ignora fatores culturais e ideológicos, interações domésticas, como a política interna e outras variáveis que podem ter um papel importante no desenvolvimento dos conflitos. O apoio popular a cada lado, as divisões internas em Israel e no território palestino, extremismos ideológicos e a influência de fatores primordiais como os religiosos, são exemplos de elementos que não são aprofundados numa análise puramente estrutural. O realismo estrutural enfatiza pouco nesses atores não estatais e foca nos Estados como atores primários.

Sob a lente do realismo ofensivo, o conflito Israel-Hamas pode ser analisado focando na forte política de ocupação de Israel, caracterizada pela expansão de assentamentos em território palestino e operações militares frequentes na Faixa de Gaza, que podem ser vistas como tentativas de maximizar seu poder e segurança na região. A finalidade destas ações seria estabelecer uma posição de domínio regional para garantia de sua segurança. Outras medidas de segurança adotadas por Israel, como a construção da barreira de separação e aumento na vigilância militar, podem ser interpretadas como estratégias para aumentar seu poder relativo e limitar a capacidade do Hamas.

O Hamas, por sua vez, pode ser visto como um ator que desafia a hegemonia de Israel. Segundo o realismo ofensivo, mesmo um ator mais fraco como o Hamas, teria uma motivação para desafiar o poder estabelecido para aumentar seu próprio poder relativo e buscar a realização de seus objetivos voltados à libertação da Palestina. Atos hostis como o lançamento de foguetes e os ataques recentes contra Israel, podem ser interpretados como tentativas de enfraquecer o poder israelense e aumentar seu próprio poder relativo para se tornar um ator mais relevante na região em busca de seus objetivos políticos.

O realismo ofensivo defende que há uma desconfiança mútua entre os Estados. No caso do conflito Israel-Hamas, essa desconfiança é evidente, com ambas as partes suspeitando das intenções da outra e agindo de acordo com essa descrença. Israel enxerga o Hamas como uma ameaça à sua segurança e à de seu povo e não acredita na possibilidade de acordos com o grupo. O Hamas, por sua vez, tem motivos para desconfiar das intenções de Israel e acredita que o Estado hebreu busca sua subjugação para um domínio completo da Palestina.

Na lógica do realismo ofensivo, o conflito Israel-Palestina pode ser compreendido como um jogo de soma zero, onde os ganhos de um lado são vistos como perdas para o outro. As ações dos dois atores são moldadas por essa dinâmica competitiva, de modo que a busca por poder e aumento de capacidades por um lado é vista como uma ameaça pelo outro, criando um ciclo de competição e violência. O realismo ofensivo explica estes ciclos recorrentes de violência entre Israel e o Hamas como uma busca incessante por poder e a desconfiança mútua leva a ações que aumentam a insegurança de ambos os lados. Cada lado busca aumentar seu poder relativo, o que leva à reação do outro lado e à escalada da violência, que por sua vez contribui para o impasse (Mearsheimer, 2001).

O Realismo Neoclássico, como forma de complementar uma análise com base nas teorias apresentadas, oferece uma lente para analisar o conflito assimétrico entre um estado como Israel e um ator não-estatal como o Hamas, integrando fatores do sistema internacional (anarquia) com variáveis domésticas (internas ao estado). O Realismo Neoclássico começa com o pressuposto central do realismo: a anarquia no sistema internacional e a busca de poder pelos atores para garantir a segurança. Israel, como um estado soberano, é o ator primário que busca maximizar sua segurança e poder relativo na região visando, também, sua sobrevivência.

Embora não seja um Estado, o Hamas atua com uma estrutura de quase-governo em Gaza, e busca manter seu controle e sua base de apoio. A guerra assimétrica com Israel é vista como uma ameaça à segurança e soberania israelense, exigindo uma resposta. Apesar de ser um ator não-estatal, a capacidade do Hamas de infligir danos e sua conexão com a disputa territorial o elevam a um fator de segurança regional que Israel precisa gerenciar para sua segurança. O Realismo Neoclássico reconhece que, em um mundo pós-Guerra Fria, os atores não-estatais como o Hamas se tornaram estratégicos, especialmente em conflitos assimétricos.

O que diferencia o Realismo Neoclássico das vertentes mais rígidas (como o Neorrealismo) é a introdução de variáveis domésticas que filtram e influenciam a forma como Israel reage à pressão sistêmica (a ameaça do Hamas). A forma como a elite política e militar em Israel percebe o risco e a natureza do Hamas (como uma ameaça existencial ou um grupo a ser contido) afetará a escolha da política externa e a intensidade da resposta militar. Fatores como a capacidade de Israel de mobilizar

recursos, a coesão de seu governo e a opinião pública interna podem acelerar ou limitar a escala e a duração de suas operações militares contra o Hamas.

Seguindo a lógica do realismo neoclássico, o Hamas busca transformar a superioridade militar de Israel em vulnerabilidade política e moral. Isso é feito, segundo algumas análises, através da intenção de atrair uma resposta militar desproporcional de Israel, visando ganhar a simpatia Internacional, colocando a questão social na pauta internacional e alcançar a simpatia externa, explorando as perdas civis para deslegitimar a ação de Israel.

O modelo neoclássico também pode analisar como outros Estados patrocinam ou apoiam o Hamas ou Israel. Para um estado patrocinador (como o Irã, no caso do Hamas), o apoio a um ator não-estatal é uma forma de equilibrar (balancear) a ameaça externa (israelense e americana) de forma indireta e assimétrica, evitando os custos proibitivos de um conflito interestatal aberto e a reprovação internacional. As estratégias assimétricas do Hamas e as variáveis políticas internas de Israel e de seus patrocinadores determinam a forma e a intensidade específicas do conflito.

5.2.2 As ações planejadas para rompimento do *status quo*

Após a humilhação da derrota sofrida pelo então presidente Gamal Abdel Nasser em 1967, seu sucessor Anwar al Sadat buscava restaurar a posição do Egito como líder no mundo árabe, desafiando a hegemonia israelense na região. A União Soviética apoiou os países árabes, enquanto os Estados Unidos apoiaram Israel. Isso elevou a tensão internacional durante o conflito e a pressão externa levou ao cessar-fogo e à Resolução 338 do CSNU, que estabeleceu as bases para negociações de paz. Isso foi apenas o começo de um longo e sinuoso caminho que culminou nos Acordos de Camp David anos depois (Asher, 2009).

Sadat compreendeu que, para recuperar a península do Sinai, o Egito deveria chamar a atenção do mundo e da sociedade israelense para aquele problema. Não havia outra forma de modificar o *status quo* regional, visto que a via diplomática havia falhado. Dessa forma, o Egito, juntamente com a Síria, surpreendeu Israel e o mundo,

buscando a guerra como extensão de sua política. De acordo com Zahreddine, Lasmar e Teixeira (2025), os objetivos estratégicos dessa guerra limitada eram claros e relativamente simples: atravessar o Canal de Suez e retomar alguns quilômetros em profundidade de sua margem oriental para, além de tentar resolver o problema territorial no Sinai e nas Colinas de Golan, mostrar a Israel e ao mundo a capacidade de projeção de força do Egito. “O resultado dessa guerra levou a um acordo de paz entre Israel e Egito, assinado em 1978, e a subsequente devolução de toda a Península do Sinai ao país árabe” (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025, p. 113).

A Guerra do *Yom Kippur* teve um efeito importante para as relações entre Egito e Israel, pois após 20 dias de intensos combates, colocou uma dúvida na ideia de invencibilidade do exército israelense frente aos árabes, conquistada, principalmente, após a guerra dos Seis Dias. No início do conflito, o avanço avassalador das forças egípcias sobre a margem oriental do Canal de Suez, ocupada por Israel na Guerra de 1967, rompeu a temida linha defensiva israelense Bar-Lev. Na primeira semana da guerra, que se iniciou em seis de outubro de 1973, a vitória egípcia parecia incontestável. Foi a partir da segunda semana da guerra, com o apoio material dos Estados Unidos, associada à genialidade dos comandantes Israelenses, que Israel obteve vitórias em batalhas importantes, reequilibrando as coisas e originando um impasse (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025).

Apesar de ter durado oficialmente apenas 16 dias, as consequências da guerra foram duradouras. Ambos os lados se declararam vencedores do último grande conflito armado envolvendo Israel e Estados árabes. Pelo lado israelense, uma vitória militar é reivindicada, já que suas forças haviam prevalecido até o fim, mas os egípcios provaram que as forças israelenses podem ser vencidas. Milhares de soldados de ambos os lados foram mortos ou feridos e a incapacidade de antecipar o ataque acabaria por forçar Golda Meir e seu Ministro da Defesa, Moshe Dayan, a demitirem-se (Wagner, 2007). A confiança israelense foi abalada graças à ousadia e ao uso das estratégias adequadas pelos árabes. Zahreddine, Lasmar e Teixeira (2025) falam de uma vitória política do Egito na guerra e destacam as consequências do conflito nos arranjos do Oriente Médio:

Os desdobramentos da guerra do Yom Kippur são fundamentais para entender o Oriente Médio do século XXI, pois com os avanços militares do Egito desde sua derrota em 1967, e sua vitória política na guerra do Yom Kippur, Israel buscou entender as razões do sucesso egípcio e a necessidade de buscar a paz com aquele país, e assim, tornar mais segura sua fronteira ocidental com a África (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025, p. 98).

Sadat entrou para a história como um líder capaz de romper o *status quo* e recuperar parte do orgulho árabe perdido na Guerra dos Seis Dias. Foi justamente durante um desfile militar em comemoração ao ataque inicialmente bem-sucedido do Egito às posições israelenses no Canal de Suez oito anos antes que Anwar al Sadat foi assassinado em 6 de outubro de 1981. Os assassinos, afiliados à oposição militante islâmica e armados com granadas e fuzis AK-47s, dispararam à queima roupa contra a arquibancada vip, ferindo mortalmente Sadat, ferindo levemente o vice-presidente Mubarak e matando outras dez pessoas (Dunford, 2019).

Zahreddine, Lasmar e Teixeira (2025) entendem que a estratégia utilizada pelo Hamas em outubro de 2023, guardado as devidas proporções, seguem a lógica adotada cinquenta anos antes pelo Egito de Sadat, em outubro de 1973. Assim como os egípcios, os palestinos optaram pelo uso da violência para trazerem algum fato capaz de estremecer o estado atual, caso contrário, o *status quo* que só interessava aos israelenses dificilmente seria ameaçado.

As ações do Hamas que ocorreram no dia 07 de outubro de 2023 contra Israel guardam importantes similaridades com os ganhos estratégicos buscados pelo Egito na Guerra do Yom Kippur em 1973. Quando o presidente Anwar Sadat buscou o apoio dos Estados Unidos da América para uma solução negociada com Israel, acerca da Península do Sinai, perdida na Guerra dos Seis Dias (1967), perguntou ao então secretário de Estado à época, Henry Kissinger, o que poderia ser feito. Kissinger lhe apontou um caminho: não seria possível fazer nada se nenhum fato novo acontecesse (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025, p. 113).

Após a vitória nas eleições de 2006, o consequente aumento do protagonismo do Hamas na região levou a um endurecimento das relações entre Israel e a porção palestina da faixa de Gaza, ocasionando uma escalada de violência na região. A cada ação de lançamento de foguetes contra Israel a partir de Gaza pelo Hamas, Israel respondia de maneira mais violenta, gerando imensas perdas humanas e materiais

para os palestinos (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025). O quadro a seguir elenca os principais conflitos bélicos travados entre Israel e o Hamas desde sua ascensão ao poder em Gaza.

Quadro 1 - Os Conflitos entre Israel e Hamas

Guerra	Início	Fim	Duração
Operação Ferro Fundido	21/12/2008	21/01/2009	26 dias
Operação Pilar de Defesa	14/11/2012	21/11/2012	8 dias
Operação Borda Protetora	08/07/2014	26/08/2014	19 dias
Operação Guardião das Muralhas	06/05/2021	21/05/2021	16 dias
Operação Amanhecer	05/08/2022	07/08/2022	3 dias
Operação Sword of Iron	07/10/2023		

Fonte: (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025, p. 104).

Cada uma das ações, que, de acordo com Zahreddine, Lasmar e Teixeira (2025), tinham como objetivos ganhos políticos pelos dois lados causaram como consequência grande insegurança, tanto para a população israelense, quanto para a palestina. O Hamas promovia o lançamento de milhares de foguetes em território israelense, que se defendia com o avançado “Domo de Ferro” para impedir que os artefatos atingissem áreas povoadas. Em contrapartida, Israel sempre respondia severamente com intensos bombardeios que deixavam milhares de palestinos mortos e grande destruição na infraestrutura do enclave, que já sofria com o bloqueio físico e econômico da Faixa de Gaza iniciado em junho de 2007 (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025).

Os ataques de 07 de outubro de 2023 contra Israel marcaram uma importante mudança na lógica de atuação do grupo. Zahreddine, Lasmar e Teixeira (2025) citam que ataques terroristas diretos (com homens bombas, arma de fogo ou armas brancas) contra alvos israelenses não são inéditos, mas boa parte das ações do grupo a partir de 2007 era fruto de uma postura reativa às políticas violentas de Israel na Cisjordânia, em Jerusalém Oriental ou contra alvos religiosos dos palestinos. Até

então, os eventos de agressões entre as partes seguiam uma lógica de escalada de conflitos específicos com ações e reações violentas intercaladas. “O lançamento de foguetes contra o território Israelense era prática esperada em escaladas de tensão que envolvesse as forças israelenses contra alvos palestinos” (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025, p. 107).

Porém, em outubro de 2023, contrariando uma metodologia predominantemente reativa quando comparadas às cinco principais confrontações anteriores com Israel, a iniciativa foi do Hamas. A Tempestade de *Al-Aqsa*, operação mais mortal do Hamas desde sua fundação, consistiu no lançamento de mais de 5.000 foguetes contra Israel juntamente com uma inédita invasão por terra, ar e mar, envolvendo mais de 3.000 efetivos armados da brigada militar do Hamas (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025, p. 107).

As ações consistiram em romper as cercas na fronteira entre Gaza e Israel para a entrada de contingentes motorizados; utilização de parapentes autopropulsados; e operativos marítimos que também infiltraram na costa mediterrânea Israelense. As ações atingiram postos militares israelenses de controle e comando nos limites do enclave palestino e cidades e *kibutzim* próximos à Faixa de Gaza. O resultado da ação foi 1.139 israelenses mortos, em sua maioria civis, 8.730 feridos, 240 israelenses (civis e militares) feitos reféns, incluindo 30 crianças e a destruição de centenas de casas e carros (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025, p. 107).

O número de mortos israelenses, somadas as cinco principais ações anteriores perpetradas pelo Hamas até então, foi de 251 pessoas. Desse total, 48% eram de integrantes das forças de segurança de Israel. O número alarmante de civis israelenses mortos em poucas horas dos ataques de outubro de 2023 representou um grave escândalo para o governo israelense, que conta com uma das melhores tecnologias e redes de inteligência e de segurança pública do mundo (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025, p. 107).

Pressionado, o governo Netanyahu já passava por uma dificuldade de governabilidade em razão das propostas do governo de reforma das decisões da Suprema Corte Israelense, que aumentaria o poder do parlamento com relação às sentenças do judiciário. Os ataques de outubro de 2023 colocaram em xeque a

sustentação do governo israelense, acusado de incompetência e negligência (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025).

A devastação psicológica que Israel enfrentou com a operação do Hamas, em virtude do número massivo de baixas, também significou um ganho psicológico para a resistência palestina. A mudança de estratégia em sete de outubro pelo Hamas, numa clara tentativa de alteração do *status quo*, pode ser considerada o elemento central dessa ruptura psicológica, de acordo com Mercan (2023). Nesse sentido, a Operação Tempestade de *Al-Aqsa* representou uma ruptura no histórico da resistência palestina, que mostrou o que pode ser feito apesar de toda a limitação (Mercan, 2023).

5.2.3 Clausewitz e a guerra como extensão da política em 1973 e 2023

O objetivo final do Egito na guerra de 1973, na mais pura essência “Clausewitziana” de utilização da guerra como extensão da política por outros meios, era criar um cenário em que as negociações de paz fossem necessárias e propícias para suas demandas territoriais e políticas. Esses objetivos refletem a complexidade das dinâmicas regionais e internacionais durante a Guerra do *Yom Kippur*, que teve repercussões significativas para o equilíbrio de poder no Oriente Médio. Desde então, Israel manteve a paz com o Egito, selada definitivamente em 1979 com os acordos de Camp David (Asher, 2009).

O Hamas, assim como o Egito 1973, utilizou um princípio fundamental apresentado por Clausewitz na condução de uma guerra assimétrica contra um adversário mais forte. O grupo concentrou seus ataques num ponto decisivo, como fez o Egito ao transpor o Canal de Suez. De acordo com o general prussiano, as ações ofensivas devem ser concentradas num ponto mais vulnerável do inimigo, ainda mais se suas forças armadas não forem fortes o suficiente para que uma guerra aberta seja travada com o inimigo.

Da mesma forma que o Egito de Sadat, o Hamas surpreendeu Israel levando o combate para onde eles menos esperavam: seu próprio território. Essa estratégia

não apenas atingiu o objetivo imediato de impor uma derrota física inicial como atingiu a moral do adversário. A guerra, como já exposto, é uma disputa de vontades e a derrota psicológica é muito mais prejudicial e duradoura do que o reverso no campo de batalha. “A melhor maneira de conseguir isso é derrotar seu inimigo onde ele se sentir mais confortável e confiante. Às vezes você só precisa vencê-lo em seu campo” (Goulding Jr., 2000, p. 24, tradução nossa⁴¹).

Entende-se que, ao iniciar a Operação Tempestade de *Al-Aqsa*, o Hamas não buscava uma vitória militar convencional, mas sim atingir objetivos políticos. A lógica seria atrair Israel para uma retaliação massiva que, por sua vez, fosse capaz de gerar impacto na opinião pública mundial face ao inegável sofrimento palestino. A própria pressão doméstica em Israel, decorrente do custo humano e militar da contraofensiva e a questão dos reféns israelenses causariam tensões internas em Israel, forçando o governo a negociar com o Hamas. Isso geraria uma pressão internacional sobre Israel para um cessar-fogo e a flexibilização de sanções.

Na Guerra do *Yom Kippur* (1973), ao que tudo indica o governo do Egito também não esperava uma vitória militar total contra Israel, mas utilizou a ofensiva surpresa para quebrar o *status quo*, restabelecer a dignidade árabe e criar as condições para negociações que eventualmente levaram aos Acordos de Camp David e à recuperação do Sinai. Tanto o Egito quanto o Hamas se valeram da guerra como um instrumento para forçar um diálogo e alcançar objetivos políticos que provavelmente não seriam obtidos pela via diplomática. A utilização da guerra como extensão da política por outros meios teorizada por Clausewitz se amolda aos casos relacionados.

Clausewitz argumentou que a guerra não é um fim em si mesmo, mas sim um instrumento, um meio para alcançar fins políticos. E como uma extensão do processo político, os governos do Egito e da Faixa de Gaza (representada pelo Hamas) recorreram à violência organizada para impor sua vontade ou alcançar seus objetivos quando outros meios falharam. As guerras de 1973 e de 2023 não foram eventos

⁴¹ The best way to achieve it is to thrash your enemy where he feels most comfortable and confident. Sometimes you just have to beat him on his home field.

isolados e irracionais, mas sim atos políticos racionais, embora sujeitos a imprevistos e atos irracionais pelas partes, como diria Clausewitz (1993).

5.2.4 Comparação entre as guerras assimétricas contra Israel

Pela coleta de evidências comuns aos dois eventos relacionados no *process tracing*, notou-se o uso de táticas não convencionais para combater a superioridade militar convencional de Israel em 1973 e em 2023. Tanto o Egito de Sadat quanto o Hamas buscaram agir, organizar e pensar de forma diferente do oponente para maximizar o poder relativo e explorar as fraquezas de Israel, que nas duas ocasiões não acreditava na capacidade de ataque dos árabes. A estratégia adotada por Egito e Hamas se expressou na dimensão psicológica e física defendida por Metz e Johnson (2001).

Táticas assimétricas foram utilizadas para surpreender o adversário nas duas ocasiões. Clausewitz trouxe que a surpresa é uma arma tática poderosa e um ataque surpresa pode desorientar e desmoralizar o inimigo. Israel não esperava os ataques em 1973, tendo mantido um contingente mínimo guardando suas fronteiras enquanto a maior parte de seus soldados passava o dia sagrado longe dali. Boa parte dessa despreocupação se devia a uma prepotência israelense que julgava os árabes como fracos e incapazes de se organizarem de tal maneira que oferecessem algum perigo. Bermúdez, (2006) citou que a diferença da guerra assimétrica em relação à guerra de manobra é a novidade de emprego de meios ou procedimentos ou na combinação inesperada deles. O Egito soube utilizar armamento e equipamento russo até então desconhecido do exército israelense em conjunto com uma tática arriscada e inesperada.

De igual forma, em 2023, Israel ignorou a capacidade operativa do Hamas em coordenar uma invasão integrada ao seu território. As posições fronteiriças eram guardadas por um efetivo mínimo e muitos militares haviam sido substituídos por sistemas automatizados de defesa, que incluía câmeras, sensores e metralhadoras operadas remotamente. Acreditava-se que essa tecnologia seria impenetrável. No

entanto, o Hamas usou drones simples e explosivos para desativar esses sistemas, abrindo caminho para que suas forças terrestres atravessassem a fronteira.

Os impactos psicológicos dos dois ataques podem ser comparados. Como ressalta Mckenzie (2000), as abordagens assimétricas podem ter um efeito poderoso apenas manipulando o efeito psicológico. Neste sentido, foi possível compensar as disparidades materiais e outras deficiências atingindo diretamente a vontade do inimigo. Em 1973, a transposição das Linhas Bar-lev e a tomada da Península do Sinai pelas tropas egípcias derrubaram o mito de invencibilidade israelense e, em 2023, o grande número de vítimas e a brutalidade dos ataques do Hamas infligiram uma derrota psicológica particularmente severa aos israelenses.

Como destacou Mckenzie (2000), a disparidade de interesses pode ser a maior causa de assimetria entre os atores. O maior incentivo para a utilização de abordagens assimétricas nasce de uma real ou percebida disparidade de interesses. O Egito de 1973 lutava para recuperar não só um importante território perdido, mas a moral e o respeito de seu povo. O Hamas em 2023 foi motivado por interesses vitais relacionados, entre outros, ao esquecimento político da causa palestina naquele momento conjuntural e os processos de normalização das relações diplomáticas entre países árabes e Israel, bem como à grande crise humanitária vivida em Gaza, e isso foi um forte incentivo para utilização de abordagens assimétricas com foco no efeito estratégico das ações.

5.3 Conclusões sobre a Operação Tempestade de *Al-Aqsa* e os objetivos do Hamas

A política doméstica tanto em Israel quanto na Palestina também exerce influência direta no impasse do conflito. O governo Netanyahu luta para se manter no poder e a continuidade da guerra fornece condições para o governo recuperar sua imagem fragilizada pelas derrotas políticas e estratégicas provenientes do dia 07 de outubro de 2023. Por outro lado, o Hamas, que trouxe a guerra à Faixa de Gaza com seus ataques contra alvos israelenses, também persegue uma vitória política contra seus adversários internos e externos. O cessar-fogo permanente, que tenha

como consequência o fim dos combates e a libertação dos reféns israelenses, pode ser percebido como uma vitória dos palestinos contra Israel a essa altura. Por isso, o Hamas insistiria em negociações que visem ao término definitivo da guerra (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025, p. 114).

Pelo lado israelense, os arranjos da política doméstica exercem grande influência sobre a não aceitação de um cessar-fogo permanente com o Hamas e a consequente libertação do restante dos israelenses mantidos reféns em Gaza. A vitória total contra o Hamas é vista pelo governo como estratégica para melhorar sua reputação e popularidade junto ao público interno. Porém, esta decisão coloca em risco os reféns israelenses ainda vivos em Gaza por um lado, e por outro, prorroga o sofrimento da população palestina na Faixa de Gaza, além de manter a sociedade israelense em uma sensação de constante perigo e de impactar profundamente a economia nacional (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025). A escalada regional e o alastramento do conflito configuram ameaças reais e motivos de preocupação israelense com a manutenção da guerra, como citam Zahreddine, Lasmar e Teixeira (2025):

Uma outra preocupação com a continuidade da guerra é seu alastramento por toda a região, tensionada pelas ações do norte de Israel com o Hizballah, na Síria e no Iraque com as milícias Xiitas, no Mar Vermelho com os Houthis no Iêmen, e com o Irã, que promete vingança pelo assassinato em seu próprio território da liderança política do Hamas, Ismael Haniya (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025, p. 112).

Um ponto de impasse nas negociações do cessar-fogo se refere à retirada das tropas israelenses do enclave. O Hamas entende que qualquer acordo envolvendo a liberação de reféns deverá englobar a retirada total das tropas israelenses de Gaza. Já Israel não abre mão da manutenção de suas forças por mais tempo na localidade, principalmente nas regiões denominadas “Corredor Philadelphia” e corredor “Netzarim”, duas estreitas faixas de terra que fazem limite de Gaza com o Egito (Corredor Philadelphia) e outra que corta ao meio a Faixa de Gaza (Corredor Netzarim). A presença de forças israelenses nessas posições teria como objetivo limitar a capacidade de reorganização do Hamas (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025).

Entre os dias 15 e 17 de janeiro de 2025, negociadores israelenses e do Hamas no Catar aceitaram a proposta de cessar-fogo e o cessar-fogo entre Israel e Hamas entrou em vigor a partir de 19 de janeiro de 2025, com termos semelhantes aos apresentados na proposta apresentada em maio de 2024 (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025). O acordo resultou na suspensão imediata das hostilidades e na abertura de corredores para a chegada de ajuda humanitária a Gaza.

A proposta de cessar-fogo foi composta por três fases: na primeira fase foi prevista a libertação de 33 reféns israelenses pelo Hamas e de 990 prisioneiros palestinos pelo governo israelense. Durante essa fase, o exército israelense desocupou os grandes centros urbanos e se concentrou no Corredor Philadelphia, Corredor Netzarim e em uma zona de amortecimento que contorna toda a Faixa de Gaza. A previsão é que, após 16 dias do início do cessar-fogo, as negociações para a implementação da segunda fase do cessar-fogo evoluam para a libertação do restante dos reféns israelenses, incluindo militares, a libertação de prisioneiros palestinos e a retirada por completo do exército israelense de Gaza, incluindo os corredores Philadelphia e Netzarim. A terceira e última fase contemplaria a entrega dos corpos de ambos os lados, a escolha de um novo governo diferente do Hamas para Gaza e o início da reconstrução do enclave com o auxílio externo regional do Egito, Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes Unidos, bem como de potências mundiais. A reconstrução de Gaza poderá demorar até 15 anos e custará dezenas de bilhões de dólares (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025). Apenas a primeira fase do acordo foi parcialmente cumprida e Israel retomou as operações militares. Ambas as partes se acusam de não respeitarem os termos propostos.

Para Zahreddine, Lasmar e Teixeira (2025), a aceitação do cessar-fogo representou uma derrota israelense para a base de partidos de direita que sustenta o governo de Netanyahu. Pouco depois da assinatura do acordo, Israel já deixava transparecer sua intenção de não querer prosseguir com a segunda fase do cessar-fogo para agradar os partidos de extrema direita que compõem o governo. Os autores destacam ainda que, logo após a entrada em vigor do cessar-fogo em Gaza, Israel iniciou uma ação militar na Cisjordânia, sinalizando uma mudança de foco da guerra e o desejo do governo de reiniciar o processo de anexação da Cisjordânia.

A vitória total é um resultado muito improvável para qualquer das partes em razão da própria natureza do conflito. Esse entrave dificulta o fim dos confrontos e torna a escalada geral do conflito na região um cenário possível. Dessa forma, como entendem Zahreddine, Lasmar e Teixeira (2025), os dois lados envolvidos no confronto só cederão a algum tipo de negociação quando os custos políticos e as perdas materiais se tornarem insustentáveis. O fim do conflito exige uma atuação mais contundente das principais potências internacionais na intermediação de uma negociação (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025).

5.4 verificações de hipóteses e objetivos da pesquisa

O presente trabalho partiu de um problema verificado após os ataques terroristas do Hamas do dia 07 de outubro de 2023. Uma lacuna ainda não tão explorada sobre os objetivos por trás da inédita ofensiva do Hamas em território israelense se referia ao propósito do grupo em planejar e executar a Operação Tempestade de *Al-Aqsa* contra Israel, mesmo sem perspectivas contundentes de vitória nos embates bélicos provenientes da ofensiva, dada a assimetria de poderio econômico e militar.

A hipótese de que o Hamas, tal qual o Egito de Anwar al Sadat, cinquenta anos antes, durante a Guerra do *Yom Kippur*, teria utilizado da guerra como extensão de sua política, segundo a lógica “Clausewitziana”, para a obtenção de ganhos políticos em sua guerra de resistência contra Israel foi confirmada. Sabedor de que uma vitória militar direta seria improvável, o Hamas optou por atrair as FDI para um contra-ataque que colocou em evidência a crise humanitária vivida em Gaza há muito tempo e impactou a opinião pública mundial acerca do sofrimento do povo palestino, de modo a pressionar Israel a um acordo com o Hamas.

A derrota no campo militar proveniente do contra-ataque israelense pode ser vista como uma contrapartida visando à obtenção de ganhos políticos e estratégicos importantes para os interesses palestinos, de maneira similar à vitória política experimentada pelo Egito de Sadat, em outubro de 1973. A destruição de grande parte do enclave palestino com baixas significativas de civis foi parte do (alto) preço pago

pelo Hamas. Os acordos de cessar-fogo de 2024 e 2025 e as constantes conversas para um acordo de paz, mediado por importantes atores regionais e potências internacionais, ilustram bem este avanço, visto, de certa forma, como um progresso para o Hamas. A aceitação de um cessar-fogo representa uma derrota para Israel (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025, p. 116).

O Hamas utilizou da guerra como extensão de sua política, segundo a lógica “Clausewitziana”, para a obtenção de ganhos políticos em sua guerra de resistência contra Israel. Com seus ataques desencadeados pela Operação Tempestade de Al-Aqsa, o Hamas atraiu as FDI para um contra-ataque seguido de uma custosa invasão por terra, que deixou mais de 61.709 palestinos mortos em Gaza, dentre as quais 17.492 crianças, incluindo milhares de desaparecidos presumidos mortos sob os escombros, cerca de mil membros das forças de segurança israelense (além dos 1.139 israelenses mortos no dia sete de outubro de 2023) e um rastro de destruição (Al Jazeera, 2025a). A contraofensiva israelense impactou a opinião pública mundial, evidenciando o sofrimento do povo palestino e Israel se viu pressionado, em um primeiro momento, a um acordo que retirasse algumas das sanções econômicas e políticas, bem como retirasse parte das suas tropas do território palestino. A opinião pública doméstica também causou pressões internas que contribuíram para que o governo Netanyahu encaminhasse um acordo envolvendo a troca de reféns com o Hamas. Mas o cessar-fogo não durou muito tempo e Israel continuou com as operações militares em Gaza.

Em meio à crescente pressão internacional sobre o conflito em Gaza, uma onda de países ocidentais já sinaliza a intenção de reconhecer o Estado palestino. O reconhecimento de grandes potências democráticas confere maior legitimidade ao projeto de reconhecimento da Palestina como Estado independente e aumenta a pressão sobre outros países para fazerem o mesmo, isolando politicamente Israel e os Estados Unidos, que historicamente se opõem ao reconhecimento unilateral (CNN, 2025). Para os palestinos, incluindo o Hamas, o reconhecimento internacional representa uma vitória simbólica crucial, pois legitima a luta palestina e o direito à autodeterminação de seu povo, independentemente de quem governa Gaza. A guerra, apesar de todas as suas consequências danosas, recolocou a causa palestina no centro da agenda global e convidou o mundo a agir.

Desde 1988, quando a OLP se declarou como Estado, a entidade mantém status de estado observador na ONU, de maneira similar ao Vaticano. Atualmente, 147 países - aproximadamente 75% dos membros da ONU - reconhecem o Estado palestino, com o Brasil fazendo parte deste grupo desde 2010 (CNN, 2025). Desde o início da guerra em 2023 diversos Estados divulgaram seu reconhecimento à Palestina, entre eles Espanha, Irlanda, Noruega, Armênia, Trinidad e Tobago, Bahamas, Jamaica e Barbados, que anunciaram oficialmente o reconhecimento do Estado da Palestina em 2024 (Zanlorenssi; Froner, 2025). França e Reino Unido anunciaram a intenção de reconhecer o Estado Palestino, com planos de formalizar a decisão na Assembleia Geral da ONU em setembro de 2025. O Reino Unido, em particular, condicionou o reconhecimento à aceitação de um cessar-fogo por Israel e a um compromisso com a paz duradoura. Canadá, Malta e Portugal também indicaram que planejam reconhecer a Palestina em setembro de 2025 (CNN, 2025).

No escopo do objetivo geral da pesquisa, destaca-se que os objetivos políticos e estratégicos que motivaram a ofensiva militar coordenada pelo Hamas contra Israel em outubro de 2023, à luz da teoria de Clausewitz sobre a guerra como um fenômeno político, até onde se pôde analisar do evento ainda em andamento, foram: chamar a atenção da comunidade internacional para a questão palestina, o fim do longo bloqueio de Gaza e a libertação de milhares de prisioneiros palestinos detidos por Israel. A operação teve como objetivo estratégico restaurar os direitos nacionais palestinos, caminhar rumo à independência e estabelecer um Estado palestino com Jerusalém como sua capital (Indyk, 2023). A busca da solução da região palestina em dois Estados e a normalização das relações de Israel com a Arábia Saudita também devem ser considerados fatores capazes de estimular a ação do Hamas. O grupo teria tentado (e conseguido), por meio da violência, trazer a libertação e independência palestina novamente para a agenda internacional (Zahreddine; Lasmar; Teixeira, 2025).

Os objetivos específicos da pesquisa foram alcançados. Após aprofundar no conflito Israel-palestino, com foco na evolução das ações revisionistas do Hamas contra a manutenção do *status quo* israelense, principalmente após sua ascensão política, foi possível um melhor entendimento da lógica da operação desencadeada em outubro de 2023. Os documentos oficiais do Hamas e o histórico de atuação do

grupo na luta contra Israel em uma guerra assimétrica foram levados em conta e se notou que as negociações entre Israel e Hamas apresentam um histórico de períodos de conflito intenso intercalados com tentativas de trégua e acordos, muitas vezes mediados pelas Nações Unidas e por países como Catar e Egito.

Clausewitz defendia a ideia de que o resultado de uma guerra nem sempre deve ser considerado o seu desfecho final, já que o lado derrotado pode considerar a derrota como um mau transitório, para o qual um remédio ainda pode ser encontrado em melhores condições políticas posteriormente (Howard *et al.*, 1976). Neste contexto, a Operação Tempestade de *Al-Aqsa* pode ter sido planejada e aguardada por muito tempo, sendo deixada para o momento mais apropriado. O Hamas pode ter considerado os bloqueios econômicos e materiais à Gaza, a colonização de terras palestinas, o esquecimento político da causa Palestina pela Sociedade Internacional e outros males como transitórios, até que um golpe potente e bem articulado fosse capaz de modificar o *status quo*.

Por uma análise “Clausewitziana” da utilização da guerra como extensão da política do Hamas, há similaridades importantes entre os propósitos dos ataques de outubro de 2023 com os objetivos egípcios de 1973 no contexto da Guerra do *Yom Kippur*, de modo que é possível inferir que a estratégia egípcia inspirou o Hamas cinquenta anos depois a adotar postura de ataque ante o inimigo comum às duas ocasiões (Israel).

Os objetivos políticos do Hamas têm evoluído ao longo do tempo. Alguns pontos centrais podem ser destacados, tendo como base os objetivos fundamentais presentes na sua carta original de 1988. O estabelecimento de um Estado Palestino Islâmico em toda a Palestina histórica (do Rio Jordão ao Mar Mediterrâneo), incluindo o atual território de Israel, é parte central dos objetivos do grupo. A carta original não reconhece a legitimidade do Estado de Israel e defende o seu fim através da *Jihad* (guerra santa). A rejeição de qualquer solução negociada para o conflito israelo-palestino que envolva a concessão de qualquer parte da Palestina e o estabelecimento da lei islâmica (*Sharia*) como base da sociedade e do Estado Palestino também é mencionada na carta com destaque (Hamas, 1988).

Documentos posteriores como a carta de 2017 já mencionam a aceitação da ideia de um Estado Palestino dentro das fronteiras de 1967 (Faixa de Gaza, Cisjordânia e Jerusalém Oriental) como uma fase de transição. Esse é o principal ponto de diferença para o seu documento inaugural de 1988, que previa a instalação da Palestina em todo o território ocupado pelo Estado israelense. No entanto, esta aceitação de fronteiras provisórias não implica, pelo menos de acordo com o discurso formal dos líderes do Hamas, no reconhecimento do direito de Israel de existir. O objetivo final de uma Palestina unificada "do rio ao mar" permanece para muitos dentro do movimento (Hamas, 2017).

A carta de 2017 afirma que o conflito do Hamas é com o projeto sionista, não com os judeus por causa de sua religião. O grupo reitera que não luta contra os judeus por serem judeus, mas sim contra os sionistas que ocupam a Palestina. O movimento sionista, de acordo com a carta, conseguiu, com a ajuda das potências ocidentais, ocupar a Palestina, constituindo-se na forma mais perigosa de ocupação de assentamentos, que já desapareceu de grande parte do mundo e deve desaparecer da Palestina (Hamas, 2017).

O objetivo político central do Hamas continua sendo o estabelecimento de um Estado Palestino, embora as suas táticas e a sua visão de como isso pode ser alcançado, assim como as fronteiras aceitas para o território Palestino, tenham evoluído ao longo do tempo. A questão do reconhecimento de Israel constitui-se ainda em um ponto fundamental de divergência, já que existem diferentes interpretações e nuances dentro do próprio Hamas relacionado a estes objetivos e a melhor forma de alcançá-los. A carta de 2017 também cita que o estabelecimento de Israel é totalmente ilegal e contraria os direitos inalienáveis do povo palestino, indo contra a sua vontade e a vontade da comunidade árabe, além de violar o direito à autodeterminação dos povos (Hamas, 2017).

5.5 Considerações finais

Assim como a estratégia egípcia em 1973, os ataques do Hamas de outubro de 2023 também não geraram uma vitória militar clara (embora os egípcios tenham

tido um sucesso inicial impressionante) e acabaram por pressionar Israel para uma negociação, como o cessar-fogo de janeiro de 2025, intermediado pelos Estados Unidos e outras potências regionais. A guerra segue seu curso e seus desdobramentos ainda não foram concluídos até o fechamento deste trabalho, mas é possível estimar que uma saída provável passe por um acordo entre as lideranças do Hamas e o governo Netanyahu intermediado pelas potências regionais como Egito e Arábia Saudita e demais potências mundiais como os Estados Unidos e a União Europeia.

Desde o ataque surpresa do Hamas, em sete de outubro de 2023, as negociações têm sido intensas, focando principalmente na libertação dos reféns israelenses em poder do Hamas em troca de prisioneiros palestinos e um cessar-fogo. Uma trégua de uma semana foi alcançada no final de novembro de 2023, resultando na libertação de dezenas de reféns em troca de centenas de prisioneiros palestinos. No início de 2025, várias rodadas de negociações, com mediação do Catar, Egito e EUA, buscaram um novo acordo de cessar-fogo e a libertação de mais reféns. Houve aprovações de propostas por ambas as partes em janeiro de 2025, indicando um possível avanço para uma trégua em fases, envolvendo libertação de reféns, entrada de ajuda humanitária e retirada gradual de tropas israelenses de certas áreas de Gaza. No entanto, a implementação total e a transição para as fases posteriores, que visam o fim permanente da guerra, foi quebrada por Israel, que não avançou para sua segunda fase, reiniciando os combates em Gaza.

As negociações entre Israel e Hamas seguem dificultadas pela desconfiança mútua, pela realidade política doméstica em Israel e entre as facções políticas palestinas, pelas diferenças ideológicas irreconciliáveis para alguns segmentos de ambos os lados e pelo complexo arranjo geopolítico da região, recentemente agravado pela escalada do conflito entre Israel e Irã. O Hamas reiterou que só libertará os reféns como parte de um acordo para encerrar a guerra e rejeitou as exigências para depor as armas, enquanto Israel insiste que a ofensiva continuará até que todos os reféns sejam libertados e Gaza seja desmilitarizada. A pressão internacional, especialmente de mediadores como EUA, Catar, Egito e a ONU, segue sendo crucial para se obter progresso nas negociações. O paulatino reconhecimento internacional do Estado palestino por países influentes, incluindo membros permanentes do

Conselho de Segurança da ONU como França e Reino Unido, aumenta a pressão diplomática sobre Israel, que passa a contar praticamente com o apoio incondicional dos Estados Unidos apenas no cenário internacional (CNN, 2025).

Em última análise, a "vitória" no conflito pode não ser definida pelo controle militar do território, mas pelo nível de influência sobre a política internacional. O Hamas pode não ter vencido no campo de batalha, mas se as ações de Israel levar a uma onda de reconhecimento global do Estado Palestino, isso pode ser visto em um longo prazo como um triunfo da causa palestina que o grupo busca representar.

A pesquisa possui algumas limitações e a mais visível delas se relaciona à dinamicidade dos fatos, ainda não resolvidos, na conturbada história recente do Oriente Médio, o que torna a análise suscetível a falhas de interpretação. O pequeno lapso temporal do evento, iniciado em 2023 e com seus desdobramentos ainda em curso, também reduz as fontes científicas de pesquisa sobre o fenômeno. Um fator que limita as análises com amparo na teoria de Relações Internacionais escolhida como base é a condição peculiar do Hamas, tido pela maioria dos palestinos e de outros Estados árabes como representante político legítimo de Gaza, mas como uma organização terrorista por outros como Israel, Estados Unidos, Japão, Reino Unido e outros estados europeus. O Brasil segue o CSNU, que não classifica o Hamas como um grupo terrorista, como é o caso do Estado Islâmico ou da *Al-Qaeda*, embora o Conselho condene atos de terrorismo praticados por ambos os lados do conflito (Council on Foreign Relations, 2023).

Fato é que, pelo histórico intransigente das partes, uma solução definitiva do conflito não figura no horizonte por enquanto. Os dois lados têm exigências conflitantes que os negociadores não conseguiram conciliar. Questionado, o governo de Benjamin Netanyahu parece se alicerçar na guerra para se sustentar no poder sob um propósito maior que une o povo israelense. Até então, alguns avanços foram obtidos com trocas de reféns e afrouxamentos momentâneos do bloqueio à Faixa de Gaza. Contudo, a maior vitória política do Hamas com a guerra, até então, é a condenação global com a forma com que Israel tem lidado com a crise em Gaza, evidenciado pelo número de países que passaram a reconhecer ou demonstraram intenções de reconhecer a Palestina como Estado, numa clara resposta da comunidade internacional contra a intransigência israelense e sua falta de

compromisso com a solução de dois Estados. Donald Trump pressiona pelo fim da guerra que dura quase dois anos (Al Jazeera, 2025b), gerando esperanças de que um acordo de paz seja celebrado em breve.

REFERÊNCIAS

ABUSADA, Mkhaimar. Islam versus Secularism in Palestine: Hamas vs. Fatah. [S.l.]: In: **Conference Paper prepared for “The Transformation of Palestine: Palestine and the Palestinians**, 2010.

AL JAZEERA. **Israel-Palestine escalation updates: Gaza under bombardment**. [S.l.]: 08 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/liveblog/2023/10/7/israel-palestine-escalation-live-news-barrage-of-rockets-fired-from-gaza>. Acesso em: 12 dez. 2024.

AL JAZEERA. **Guerra Israel-Gaza em mapas e gráficos: Rastreador ao vivo**. [S.l.]: 17 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/longform/2023/10/9/-israel-hamas-war-in-maps-and-charts-live-tracker>. Acesso em: 18 mai. 2025.

AL JAZEERA. **What’s in Trump’s ceasefire proposal and can it end Israel’s war on Gaza?**. [S.l.]: 06 de julho de 2025. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2025/7/6/whats-in-trumps-ceasefire-proposal-and-can-it-end-israels-war-on-gaza>. Acesso em: 06 jul. 2025.

ALMEJO, José de Jesús López. HAMAS: ¿entre la táctica terrorista y la vía política?. [S.l.]: **Desafíos**, v. 19, p. 42-70, 2008.

AMOUR, Philipp O. Hamas-PLO/Fatah Reconciliation and Rapprochement within the unfolding regional order in the Middle East since 2010: Neorealist and neoclassical realist perspectives. [S.l.]: **Anemon Muş Alparslan Üniversitesi Sosyal Bilimler Dergisi**, v. 6, n. 5, p. 621-631, 2018.

ARMSTRONG, Karen. **Jerusalém: uma cidade, três religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ASHER, Dani. **The Egyptian strategy for the Yom Kippur War: an analysis**. [S.l.]: McFarland, 2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAR-JOSEPH, U. **The watchman fell asleep: the surprise of Yom Kippur and its sources**. New York: State University of New York Press, 2005.

BARTAL, Shaul. Ḥamās: The Islamic Resistance Movement. [S.l.]: **Handbook of Islamic Sects and Movements**, p. 379, 2021.

BEATTIE, Kirk J.; EL-MEEHY, Asya. Egypt during the Sadat years. [S.l.]: **International Journal**, v. 56, n. 3, p. 544, 2001.

BERMÚDEZ, Brúmmel Vazquez. A Guerra assimétrica. [S.l.]: **Revista da EGN**, v. 7, p. 63-82, 2006.

BOWEN, Jeremy. **The Arab uprisings: The people want the fall of the regime**. [S.l.]: Simon and Schuster, 2013.

CAMARGO, Cláudio. **Guerras árabe-israelenses**. História das Guerras, São Paulo: Contexto, p. 425-452, 2008.

CATHERWOOD, Christopher. **A brief history of the Middle East**. [Reino Unido]: Hachette UK. 2011.

CHAMMA, Vanessa Miguel. **A política externa do Hamas**. Belo Horizonte: Academia.edu, 2013.

CLAUSEWITZ, Carl von. **On war**. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1993.

CNN. **Cresce o apoio ao reconhecimento da Palestina em meio à crise em Gaza**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/cresce-o-apoio-ao-reconhecimento-da-palestina-em-meio-a-crise-em-gaza/>. Acesso em: 04 de ago. 2025.

COETZEE, Eben. Democracy, the Arab spring and the future (great powers) of international politics: a structural realist perspective. [S.l.]: **Politikon**, v. 40, n. 2, p. 299-318, 2013.

COLLIER, David. Understanding process tracing. [S.l.]: **PS: political science & politics**. v. 44, n. 4, p. 823-830, 2011.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. 30/08/2023. **What the World's Terrorist Groups Have in Common**. Disponível em: <https://education.cfr.org/learn/reading/what-worlds-terrorist-groups-have-common>. Acesso em: 06 jun. 2025.

CRENSHAW, Martha. Explaining suicide terrorism: A review essay. [S.l.]: **Security studies**, v. 16, n. 1, p. 133-162, 2007.

DINIZ, Eugenio. **Clausewitz, o balanço ataque-defesa e a teoria das Relações Internacionais**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2002.

DUNFORD, David J. **From Sadat to Saddam: The Decline of American Diplomacy in the Middle East**. [S.l.]: 2019.

FONSECA JÚNIOR, Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FOR the Greater Good of God. Intérprete: Iron Maiden. Compositor: Steve Harris. In: *A Matter of Life or Death*. Intérprete: Iron Maiden. [S.l.]: EMI, 2006. 1 CD, faixa 8.

GLOBAL FIREPOWER. 2025 **Military Strength Ranking**. Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/countries-listing.php>. Consulta em 02/03/2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. [S.l.]: Editora Atlas SA, 2002.

GOULDING JR, Vincent J. Back to the future with asymmetric warfare. [S.l.]: **The US Army War College Quarterly**: Parameters, v. 30, n. 4, p. 7, 2000.

HAARETZ (2023, october 08). **Israel at war**: At least 700 Israelis killed, 2,000 wounded; over 130 civilians and soldiers held hostage in Gaza. *Haaretz*. <https://www.haaretz.com/israel-news/2023-10-08/ty-article-live/over-250-israelis-killed-1-590-wounded-civilians-and-soldiers-held-hostage-in-gaza/0000018b-0cd2-d8fc-adff-6dfe855e0000>. Acesso em: 20 Nov. 2024.

HAMAS, Estatuto do. Publicado em 1988 [Online]. Disponível em: https://www.chamada.com.br/mensagens/estatuto_hamas.html. Acesso em: 12 Abr. 2024.

HAMAS. **Document of General Principles and Policies**. [S.l.]: Hamás Media Office, 2017.

HARMS, Gregory; FERRY, Todd M. **The Palestine-Israel conflict**: a basic introduction. [S.l.]: Pluto Press, 2017.

HINCHCLIFFE, Peter; MILTON-EDWARDS, Beverley. **Conflicts in the Middle East since 1945**. [S.l.]: Routledge, 2007.

HITMAN, Gadi; KERTCHER, Chen. Explaining a state status quo and non-state revisionist dynamic: The case of the conflict between Hamas and Israel 2007–2019. [S.l.]: **Ethnopolitics**, v. 22, n. 2, p. 140-156, 2023.

HOLLINGSHEAD, Emmet. **Iran's new interventionism**: Reconceptualizing proxy warfare in the Post-Arab Spring Middle East. [S.l.]: 2018.

HOWARD, Michael *et al.* **On war**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1976.

HROUB, Khaled. Salafi formations in Palestine and the limits of a De-Palestinised Milieu. [S.l.]: **Holy Land Studies: A Multidisciplinary Journal**, v. 7, n. 2, p. 157-181, 2008.

HUBERMAN, Bruno; DOS SANTOS, Isabela Agostinelli; NASSER, Reginaldo Mattar. Guerra Global ao Terror: o “urbicídio” no centro da aliança EUA-Israel. Fortaleza, CE: **Tensões Mundiais**, v. 20, n. 42, p. 263-285, 2024.

INDYK, Martin. **Why Hamas Attacked—and Why Israel Was Taken by Surprise**. [S.l.]: Foreign Affairs, 7 de outubro de 2023. Disponível em: Martin Indyk: Why Hamas Attacked—and Why Israel Was Taken by Surprise. Acesso em: 09 jun. 2025.

JAMES, Patrick. **Realism and international relations**: a graphic turn toward scientific progress. UK: Oxford University Press, 2022.

KAMRAVA, Mehran. **The modern Middle East: a political history since the First World War**. Berkeley, US: University of California Press, 2013.

KLEIN, Menachem. Hamas in power. [S./]: **The Middle East Journal**, v. 61, n. 3, p. 442-459, 2007.

LEVITT, Matthew. The War Hamas Always Wanted. [S./]: **Foreign Affairs**, 2023.

LITTLE, Richard. Kenneth N. Waltz's Theory of International Politics. [S./]: **The Balance of Power in International Relations: Metaphors, Myths and Models**, p. 167-212, 2007.

LØVLIE, Frode. Questioning the secular-religious cleavage in Palestinian politics: comparing Fatah and Hamas. [S./]: **Politics and Religion**, v. 7, n. 1, p. 100-121, 2014.

MAGALHÃES, Juan. **Apelo por um cessar-fogo**: O Dilúvio de Al Aqsa e a assimetria bélica na Faixa de Gaza. [S./]: Le Monde Diplomatique Brasil, 2024. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-diluvio-de-al-aqsa-e-a-assimetria-belica-na-faixa-de-gaza/>. Acesso em: 06 mai. 2025.

MAHMOUDIAN, Arman. **Israel-Hamas Conflict**: Operational Considerations and Strategy, 2023. [S./]: GNSI (Global and National Security Institute) Publications. Disponível em: https://digitalcommons.usf.edu/gnsi_publications/3/. Acesso em: 16 fev. 2024.

MAHONEY, James. After KKV: The new methodology of qualitative research. [S./]: **World Politics**, v. 62, n. 1, p. 120-147, 2010.

MARCONI, Maria. De Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. [S./]: Editora Atlas, v. 8, 2022.

MCKENZIE, Kenneth F. **The Revenge of the Melians: Asymmetric Threats and the next QDR**. [S./]: Institute for National Strategic Studies, National Defense University, 2000.

MEARSHEIMER, John. **The tragedy of great power politics**. New York: W. W. Norton & Company, 2001.

MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen. **The Israel Lobby**. [S./]: London Review of Books, v. 28, n. 6, p. 3-12, 2006.

MENDES, Flávio Pedroso. Clausewitz, o realismo estrutural e a paz democrática: uma abordagem crítica. [S./]: **Contexto Internacional**, v. 34, p. 79-111, 2012.

MENDES, Flávio Pedroso. **Lakatos, o Realismo Ofensivo e o Programa de Pesquisa Científico do Realismo Estrutural**. São Paulo: 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MERCAN, Muhammed Hüseyin. Operation al-Aqsa Flood. [S.l.]: **Insight Turkey**, v. 25, n. 4, p. 79-91, 2023.

METZ, Steven; JOHNSON, Douglas V. **Asymmetry and US military strategy: Definition, background, and strategic concepts**. [S.l.]: Strategic Studies Institute US Army War College, 2001.

MILTON-EDWARDS, Beverley. Hamas and the Arab Spring: Strategic Shifts?. [S.l.]: **Middle East Policy**, v. 20, n. 3, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21ª Edição. Editora Vozes. Petrópolis: 2002. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MISHAL, Shaul. The pragmatic dimension of the Palestinian Hamas: A network perspective. [S.l.]: **Armed Forces & Society**, v. 29, n. 4, p. 569-589, 2003.

MORRIS, Benny. **The birth of the Palestinian refugee problem revisited**. UK: Cambridge University Press, 2004.

NEFF, Donald. The Clinton Administration and UN Resolution 242. [S.l.]: **Journal of Palestine Studies**, v. 23, n. 2, p. 20-30, 1994.

PROENÇA JR., Domício; DINIZ, Eugenio; RAZA, Salvador Ghelfi. **Guia de estudos de estratégia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

PRONADOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Methodology of scientific work: methods and techniques of research and academic work**. Rio Grande do Sul: FEEVALE, 2013.

RAMANI, Samuel. **Hamas's Pivot to Saudi Arabia. Carnegie Endowment for International Peace**. Washington-DC: 17 de setembro de 2015. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/sada/2015/09/hamass-pivot-to-saudi-arabia?lang=en>Acesso em: 15 jan. 2025.

RODIN, David. The ethics of asymmetric war. [S.l.]: In: **The Ethics of War**. Routledge, 2020. p. 153-168.

ROSE, Gideon. Review: Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. *World Politics*, v. 51, n. 1, p. 144-172, oct. 1998.

SAFDAR, Maira. Israel-Hamas war in Gaza: Rearrangement of regional powers and implications for the middle east. [S.l.]: **Margalla Papers**, v. 28, n. 1, p. 161-179, 2024.

SAID, Summer. (2023, october 08). **Hamas Says Attacks on Israel Were Backed by Iran**. *The Wall Street Journal*. New York: Disponível em: <https://www.wsj.com/livecoverage/israel-hamas-gaza-rockets-attack-palestinians/card/hamas-says-attacks-on-israel-were-backed-by-iran-kb2ySPwSyBrYpQVUPyM9>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SAMIH, K.; ZACHARIA, C. F. Y. **Palestine and the Palestinians**. London: Westwiew Press, 1997.

SCHANZER, Jonathan. The challenge of Hamas to Fatah. [S./]: **Middle East Quarterly**, 2003.

SCHNEER, Jonathan. **The Balfour declaration**: The origins of the Arab-Israeli conflict. [S./]: A&C Black, 2011.

SCHWEITZER, Yoram. Hamas and the Islamic State Organization: Toward a Head-On Collision in the Gaza Strip?. [S./]: **The Institute for National Security Studies**. INSS Insight No. 697, May 17, 2015. Disponível em: <http://www.inss.org.il/index.aspx?id=4538&articleid=9524>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SCHWELLER, Randall L. Neorealism's status quo bias: What security dilemma?. [S./]: **Security Studies**, v. 5, n. 3, p. 90-121, 1996.

SCHWELLER, Randall L. The Progressiveness of Neoclassical Realism. In: ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. (Eds.) *Progress in International Relations Theory: Appraising the Field*. Cambridge: MIT Press, 2003. p. 311-347.

SELIKTAR, Ofira; REZAEI, Farhad. **Iran, Revolution, and Proxy Wars**. [S./]: Cham: Springer International Publishing, 2020.

SHAUGHNESSY, David; COWAN, Thomas M. Ataque à América: A Primeira Guerra do Século XXI. [S./]: **Military Review Brazilian**. Fort Leavenworth. V. 79, 1º Quarter 2002, p. 72-84.

SIGNIFICADOS. **Palestina**. [S./]: Disponível em: <https://www.significados.com.br/palestina/>. Acesso em: 29 jun. 2025.

SINGH, Rashmi. **Hamas and suicide terrorism: Multi-causal and multi-level approaches**. [S./]: Routledge, 2013.

SMITH, Charles D. The Arab-Israeli Conflict. [S./]: **International relations of the Middle East**, p. 245-267, 2013.

SMITH, Charles D. **Palestine and the Arab-Israeli conflict**: A history with documents. Boston: Bedford/St. Martin's, 2017.

SMITH, Rupert. **The utility of force**: The art of war in the modern world. UK: Penguin, 2012.

SUDHIR, M. R. Asymmetric war: a conceptual understanding. [S./]: **Claws Journal**, v. 1, p. 58-66, 2008.

TAMINI, A. **Hamas**: A History From Within. Northampton: Olive Branch Press, 2011.

TANNENWALD, Nina. Process tracing and security studies. [S.l.]: **Security Studies**, v. 24, n. 2, p. 219-227, 2015.

TESSLER, Mark. **A history of the Israeli-Palestinian conflict**. [Indiana]: Indiana University Press, 2009.

The Church of Jesus Christ of Latter-day Saints. Map 10 [mapa]. Bible Maps, s.d. Disponível em: https://www.churchofjesuschrist.org/study/scriptures/bible-maps/map-10?lang=por&utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 19 ago. 2025.

VIEIRA, Susana Cabrita. **Hamas: o protagonista no conflito Israelo-Palestiniano**. [S.l.]: Lusíada. Política Internacional e Segurança, 25-26, 2023.

VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

WAGNER, Heather Lehr. **Anwar Sadat and Menachem Begin: Negotiating Peace in the Middle East**. [S.l.]: Infobase Publishing, 2007.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.

WALTZ, Kenneth N. Structural realism after the Cold War. [S.l.]: **International security**, v. 25, n. 1, p. 5-41, 2000.

WICKHAM, Carrie Rosefsky. **Mobilizing Islam: religion, activism and political change in Egypt**. New York: Columbia University Press, 2002.

ZAHREDDINE, Danny. **Série de verbetes informativos sobre os árabes**: Oriente Médio. [S.l.]: 19/03/25. Disponível em: <https://www.icarabe.org/index.php/verbetes/serie-de-verbetes-informativos-sobre-os-arabes-orientes-medio>. Acesso em: 25 mai. 2025.

ZAHREDDINE, Danny; LASMAR, Jorge Mascarenhas; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **O Oriente Médio**: velhos e novos conflitos. 2. ed. rev. atual. Curitiba: Juruá, 2025.

ZANLORENSSI, G; FRONER, M. **8 países reconheceram a Palestina desde o começo da guerra**. [S.l.]: 23 de maio de 2024 (atualizado 23/05/2024). Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2024/05/23/paises-que-reconheceram-palestina-pos-guerra>. Acesso em: 04 ago. 2025.